

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas: Sociologia e Política

**OS “ENTRAVES” PARA O SURGIMENTO DA EFICÁCIA COLETIVA: Um estudo
de casos em um Aglomerado de Belo Horizonte**

Wilson José Antônio da Cruz

Belo Horizonte
2010

Wilson José Antônio da Cruz

**OS “ENTRAVES” PARA O SURGIMENTO DA EFICÁCIA COLETIVA: Um estudo
de casos em um Aglomerado de Belo Horizonte**

Tese de Doutorado apresentada ao
Programa de Pós Graduação em
Ciências Humanas: Sociologia e
Política da Universidade Federal de
Minas Gerais, como requisito parcial
para obtenção do título de Doutor em
Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Chaves
Beato Filho

**Belo Horizonte
2010**

300 CRUZ, WILSON JOSÉ ANTÔNIO DA

C957e Os “entraves” para o surgimento da eficácia coletiva [manuscrito]
:
2010 um estudo de casos em aglomerado de Belo Horizonte / Wilson José da Cruz. – 2010.

189 f.

Orientador : Cláudio Chaves Beato Filho.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Ciências sociais - Teses. 2. Sociologia política - Teses 3. Ecologia humana - Teses. 4. Criminalidade urbana – Teses. I. Beato Filho, Cláudio Chaves. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título

RESUMO

A criminalidade é um fenômeno que aflige as sociedades em todo o mundo. Independente das formas como se apresenta, que são muitas, é um problema com o qual todos os governantes têm que lidar.

Ela se apresenta em várias facetas, mas estamos lidando, nesse trabalho, com os delitos associados às gangues de traficantes de drogas em um Aglomerado de Belo Horizonte. E por que são múltiplas as formas como se apresenta, também são variadas as abordagens. Recentemente outra variável tem sido adicionada à abordagem da criminalidade nas periferias sociais. Assim, as “propriedades das estruturas comunitárias” surgem como mais uma dimensão por meio da qual a criminalidade pode ser analisada. O que se pergunta é “quais características da comunidade estão associadas às altas taxas de criminalidade e violência”. Nesse sentido, a partir de um arcabouço teórico principal, a ecologia humana, (e outros modelos a ele conectados) analisamos um conjunto de favelas em Belo Horizonte cuja peculiaridade é a coexistência de altas taxas de crimes contra a pessoa e alto grau de coesão social entre os moradores.

A nossa intenção no atual trabalho é discutir essa coexistência e apontar para uma possível descrição e interpretação. Para tanto, somos guiados pela seguinte indagação: Por que as comunidades do Aglomerado da Serra são coesas para reivindicar bens e serviços públicos, mas não são capazes de, a partir dessa coesão, implementarem uma meta coletiva de se verem livres das atividades das gangues? Por que a coesão não se transforma em controle social efetivo dos comportamentos dos jovens?

ABSTRACT

Crime is a phenomenon that afflicts societies around the world. Regardless of how you present yourself, which are many, is a problem with which all governments have to deal with.

Crime is presented in several facets, but we are dealing, in this work, with crimes associated with gangs of drug traffickers in a cluster of Belo Horizonte. Recently another variable has been added to the approach of social crime in the suburbs. Thus, the "properties of community structures" emerge as another dimension in which the crime can be analyzed. What question is "which community characteristics are associated with high rates of crime and violence." In this sense, from a theoretical major, human ecology, (and other models connected to it) reviewed a number of slums in Belo Horizonte, peculiar in the coexistence of high rates of crimes against persons and a high degree of social cohesion among residents.

Our intention in the present paper is to discuss coexistence and point to a possible description and interpretation. To this end, we are guided by the following question: Why are the communities of Sierra Particleboard are cohesive to claim goods and services, but are not able to, from this cohesion, implement a collective goal to get rid of gang activities? Why does cohesion becomes effective social control of behavior of young people?

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 01	- Modelo Básico de Shaw e Mckay.....	30
FIGURA 02	- Mapa de localização das facções dominantes no Aglomerado da Serra.....	95
FIGURA 03	- Rede de relacionamento entre Traficantes e Moradores.....	166
GRÁFICO 01	- Taxas de Crimes contra pessoa (1995-1999) em Belo Horizonte.....	89
GRÁFICO 02	- Índice de escolaridade na Vila Santana do Cafezal.....	119
GRÁFICO 03	- Índice de escolaridade na Vila Nossa Senhora da Conceição.....	119
GRÁFICO 04	- Índice de escolaridade na Vila Marçola.....	120
GRÁFICO 05	- Índice de escolaridade na Vila Nossa Senhora de Fátima.....	120
GRÁFICO 06	- Índice de escolaridade na Vila Novo São Lucas.....	120
GRÁFICO 07	- Índice de escolaridade na Vila Nossa Senhora Aparecida.....	121
GRÁFICO 08	- Índice de confiança entre moradores da Vila Cafezal.....	135
GRÁFICO 09	- Índice de confiança entre moradores da Vila Cafezal.....	136
GRÁFICO 10	- Índice de confiança entre vizinhos da Vila Cafezal.....	136
GRÁFICO 11	- Índice de confiança entre moradores e vizinhos da Vila Cafezal.....	137
GRÁFICO 12	- Medidas de coesão na Vila Cafezal.....	138
GRÁFICO 13	- Medidas de coesão entre moradores da Vila Cafezal.....	139
GRÁFICO 14	- Medidas de coesão na Vila Cafezal.....	140
GRÁFICO 15	- Medidas de Eficácia Coletiva na Vila Cafezal...	141
GRÁFICO 16	- Medidas de Eficácia Coletiva na Vila Cafezal.....	141

LISTA DE TABELAS

TABELA 01	- População da Vila Cafezal.....	97
TABELA 02	- Amostra da População da Vila Santa do Cafezal.....	97
TABELA 3/1	- População Segundo Setores Censitários.....	103
TABELA 3/2	- População Segundo Setores Censitários.....	104
TABELA 04	- Total de Domicílios do Aglomerado da Serra.....	105
TABELA 05	- Tempo de Ocupação das Vilas do Aglomerado da Serra.....	109
TABELA 06	- Domicílios, População e Densidade Demográfica no Aglomerado.....	110
TABELA 07	- População Residente nas Vilas em 1983, 1996 e 1999.....	111
TABELA 08	- População de Belo Horizonte e Administrações Regionais 1991-1996.....	112
TABELA 09	- Vilas do Aglomerado da Serra, segundo Idade de seus moradores.....	113
TABELA 10	- Famílias das Vilas do Aglomerado da Serra.....	114
TABELA 11	- Número médio de pessoas, por domicílio e dormitório 1996.....	115
TABELA 12	- Vila Nossa Senhora Aparecida - População Segundo Escolaridade.....	122
TABELA 13	- Vila Santana do Cafezal - População Segundo Escolaridade e Renda.....	122
TABELA 14	- Vila Nossa Senhora da Conceição - População Segundo Escolaridade.....	122
TABELA 15	- Vila Nossa Senhora de Fátima - População Segundo Escolaridade.....	123
TABELA 16	- Vila Marçola - População Segundo Escolaridade e Renda.....	123
TABELA 17	- Vila Novo São Lucas - População Segundo Escolaridade e Renda.....	123
TABELA 18	- Distribuição percentual de mão-de-obra por Vilas da Serra.....	128
TABELA 19	- Domicílios com 2 moradores homens ou mais e Crime contra a Pessoa....	130
TABELA 20	- Domicílios sem moradores homens e Crime contra a Pessoa.....	130
TABELA 21	- Domicílios sem moradores mulheres e Crime contra a Pessoa.....	130
TABELA 22	- Homens e mulheres entre 18 a 24 anos e Crime contra a Pessoa.....	132
TABELA 23	- Mulheres entre 18 a 24 anos e Crime contra a Pessoa.....	132
TABELA 24	- Homens entre 18 a 24 anos e Crime contra a Pessoa.....	132
TABELA 25	- Netos/Bisnetos e Crime contra a Pessoa.....	135
TABELA 25	- Pessoa Alfabetizada entre 20 e 29 Responsável pelo Domicílio.....	135
TABELA 26	- Pessoa Responsável pelo Domicílio e Crime Contra a Pessoa.....	135
TABELA 27	- Homem Alfabetizado Responsável pelo Domicílio.....	135
TABELA 29	- Homem Responsável pelo Domicílio com até 8 anos de Estudos.....	136
TABELA 30	- Domicílios com Moradores Homens de 15 a 34 Anos, Alfabetizados.....	137

SUMÁRIO

300 Cruz, Wilson José Antônio da	10
1 - INTRODUÇÃO	11
2 - O MODELO ECOLÓGICO E A CRIMINALIDADE	16
2.1 - As Modificações no Modelo de Shaw e Mckay	32
2.2 - A Eficácia Coletiva e as Redes	43
2.3 - Redes de Laços Fortes e Redes de Laços Fracos	48
2.4 - Capital Social	50
3 - AS GANGUES E O MODELO SISTÊMICO: A DISCUSSÃO CONCEITUAL	56
3.1 - Dinâmica Comunitária e Atividade de Gangues	62
3.2 - Gangues e a Periferia	68
4 - OBJETIVOS	81
5 - METODOLOGIA	85
6 - ESTATÍSTICA DESCRITIVA	87
6.1 - Estatística Inferencial	88
Operacionalização das variáveis	92
6.2 - Os Dados Qualitativos	98
6.2.1- Do instrumento de coleta de dados	98
6.2.2 - Dos Critérios de seleção	99
6.2.3 - Das Estratégias e Desafios de Campo	100
7 - AGLOMERADO DA SERRA: UMA ANÁLISE DESCRITIVA	103
7.1 - O Perfil Demográfico do Aglomerado da Serra	105
7.2 - O Perfil da Educação no Aglomerado da Serra	120
7.3 - Estatística Inferencial	130
8 - ANÁLISE DESCRITIVA DAS MEDIDAS DE COESÃO SOCIAL E DE EFICÁCIA COLETIVA NA VILA SANTANA DO CAFEZAL	140
8.1 - Medidas de Coesão Social na Vila Cafezal	140
8.2 - Medidas de Eficácia Coletiva	144
9 - OS ENTRAVES COTIDIANOS PARA O SURGIMENTO DA EFICÁCIA COLETIVA	150
9.1 - A Percepção do Lugar	150
9.2 - A comunidade do Aglomerado da Serra	155
9.3 - Comunidade e Os “Meninos do Movimento”	159
10 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	171
REFERÊNCIAS	174

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos não são tão fáceis quanto pode parecer. É difícil, conscientemente lembrar-se de todas as pessoas que, direta ou indiretamente, nos ajudam nessa caminhada. Muitos nem têm a consciência do quanto colaboraram sem saber que estavam. Muitos colaboraram sem que eu percebesse que estavam.

Vocês, os muitos que não forem citados, têm uma importância singular nesse trabalho. Mas eu gostaria de começar agradecendo alguém que foi o principal “combustível” para que eu conseguisse terminar esse trabalho. Gina, obrigado. O seu incentivo foi fundamental. Obviamente que não poderia me esquecer do meu orientador. A forma com que me deixava á vontade em sua presença foi decisiva para minha auto-estima. Confesso que nunca fui orientado por alguém com quem me sentisse tão á vontade. Cláudio, talvez você não faça idéia do quanto isso foi importante para mim. Espero não ter abusado dessa liberdade.

Na atual conjuntura, é quase impossível, para muitos, não trabalhar enquanto está se doutorando. Por isso, as relações que desenvolvemos no espaço do trabalho são fundamentais para que tenhamos fôlego para pesquisar. Principalmente com aquelas pessoas hierarquicamente acima de nós. E nesse momento contei com alguém que foi muito especial nesse sentido. Por isso, quero agradecer a Raquel Parreiras, à quem muito estimo.

Escrever é algo muito difícil. Principalmente para quem não é escritor. Soma-se a isso o fato de que a produção de uma tese é algo extremamente solitário. Os ponteiros do relógio são indiferentes aos nossos momentos de angústias e de problemas pessoais. O autor, geralmente, tem apenas o computador e seus livros como companhias. É nessa hora que faz diferença ter um amigo que, além de amigo, é um companheiro de angústia. É você Café. Mas você sabe que a sua participação foi muito além das discussões teóricas que tivemos. Temos também os amigos que “carregaram o piano”. Piedade, Dri e Marília, valeu...

Eu não me perdoaria se me esquecesse de agradecer os meus entrevistados, pessoas que se dispuseram a sair de suas rotinas para me atender, pessoas sem as quais nem tentaria entender o fenômeno a que me propus entender. Obrigado.

E, por último, mas nem por isso menos importante, pelo contrário, agradeço a meus pais, que mesmo sem entender o que é que eu fazia me incentivaram, ainda que sem perceberem. Agradeço também o Marcelo “judeu” e suas abordagens psicológicas que sempre me confortavam. Ao Alessandro que transformou a “máquina burocrática” em algo mais leve.

Mas tem também o Heitor, que deixei por último de propósito. Só para deixar claro que foi o trabalho dele que estruturou tudo isso. Obrigado a todos.

1 - INTRODUÇÃO

O tráfico de drogas trouxe um aumento considerável do crime violento (em especial do homicídio entre homens jovens) devido ao seu funcionamento interno. A violência doméstica e a violência institucional também tiveram seus registros aumentados, seja em virtude de processos paralelos ao tráfico, mas implicando-o, ou em virtude de processos de interação com ele (ZALUAR, 1998).

Embora as imagens da violência vinculadas pela mídia possam produzir uma visão preconceituosa sobre setores da população e sobre certos espaços geográficos, os crimes contra a pessoa entre os jovens aumentaram em quase todas as regiões metropolitanas brasileiras nas últimas décadas (Paixão, 1983; Zaluar et al. [1994], 1995; Beato e Reis, 2000; FJP, PM & UFMG 1997).

Em 1980 a taxa de homicídios na Região Metropolitana de Belo Horizonte era de 19 homicídios por 100 mil habitantes. Número menor que os da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e da Região Metropolitana de São Paulo no mesmo período (Zaluar;1998:213). Contudo, era maior que a Região Metropolitana do Pará, que possuía uma taxa de menos de 10 homicídios por 100 mil habitantes (Beato e Reis: 2000). Número que é preocupante, já que

se trata de vidas humanas, mas aceitável se lembrarmos que a ONU define como aceitável uma taxa de 10 homicídios por 100 mil habitantes.

Ainda que no início da década de 80 e início da década de 90 a taxa da RMBH seja ultrapassada pela RMPA e se mantida abaixo das outras duas, ela retorna para o patamar inicial de mais de 19 homicídio por 100 mil habitantes (Idem, Ibidem: 387).

Se atentarmos apenas para a RMBH, veremos que, de um total de 723¹ municípios que compõem o Estado de Minas Gerais, 75 municípios são responsáveis por 52,68% dos homicídios, sendo que Belo Horizonte e Contagem respondiam por 61,98% dos homicídios da Região Central do Estado (FJP, PM & UFMG 1997: 54). Em 1995 a taxa de homicídio registrada em Belo Horizonte já era de 28/100 mil habitantes.

Alegando que uma abordagem sociológica do crime deve levar em consideração os traços de lugares e grupos e não apenas características individuais, Beato (et al. 2000:399) mostra que a distribuição da criminalidade na cidade de Belo Horizonte imita o que acontece nos outros municípios, em que os crimes contra o patrimônio se concentram na região central da cidade, ao passo que os crimes contra a pessoa, principalmente o homicídio, têm maior incidência nos bairros pobres e favelas, cujas motivações estão relacionadas ao tráfico e consumo de drogas.

Sabemos que o tráfico de drogas é um fenômeno internacional, e como tal deve ser avaliado. Contudo, parecem-nos que são os seus efeitos localizados os responsáveis pelo clamor público de intervenção estatal. Principalmente quando um de seus desdobramentos “golpeia” aquilo que é (ou deveria ser) moralmente sagrado em qualquer sociedade: a vida

¹ Esses dados baseiam-se na quantidade de municípios existentes no Estado de Minas Gerais em 1986 e não na quantidade atual que é de 853 municípios.

humana. Alguns dos efeitos localizados do tráfico internacional de drogas se objetivam nos números cada vez mais crescentes de mortes entre jovens das periferias brasileiras.

No presente trabalho pretendemos discutir a relação entre o contexto social e os comportamentos de membros de gangues em uma periferia de Belo Horizonte. Pretendemos mostrar que, se por um lado, os comportamentos criminosos estão relacionados com o tipo de estrutura comunitária, como argumentaram Clifford Shaw e Henry Mckay(1942), por outro lado, os tipos de redes de relacionamento desenvolvidos entre moradores e membros de gangues, se não neutralizam, pelo menos dificultam a objetivação do conceito de eficácia coletiva desenvolvida por Sampson, Raundenbush e Earls(1997). Esse parece ser o cenário encontrado no Aglomerado da Serra em Belo Horizonte.

Como arcabouço teórico, trabalharemos com três blocos de teorias de nível comunitário: A Teoria da Desorganização Social, de Shaw e Mckay(1942) e sua reformulação em um modelo sistêmico; a Eficácia Coletiva de Sampson et al.(1997) e Capital Social de Bourdeu(1986), Coleman(1990), Putnam(1993) e Fukuyama(2001).

Assim, no primeiro capítulo, discutimos o modelo ecológico da criminalidade tendo o trabalho de Robert Park e Ernest Burgess como um dos pioneiros. É baseado nele que Shaw e Mackay desenvolverão a Teoria da Desorganização Social, que também será tratada no primeiro capítulo. As críticas que a Teoria da Desorganização Social sofreu levaram a uma reformulação da teoria. Por meio de autores como Lander (1954), Kornhauser (1978), Hunter(1985) dentre outros, a teoria adquire um formato sistêmico, percebendo as comunidades como um todo integrado, tanto internamente, quanto externamente.

O conceito de Eficácia coletiva, discutido ainda no primeiro capítulo, parece ser mais um desdobramento do modelo sistêmico, já que embora critique a capacidade sistêmica de por si só exercer o controle social, captura a importância da conexão entre confiança, de um lado, e controle social do outro. Significa que algum compartilhamento de metas coletivas é necessário para o surgimento da eficácia coletiva. Tal conceito tem a ver com o engajamento dos residentes no controle social local. Por fim, o conceito de Capital Social, nesse trabalho, aparece como um corpo de laços sociais entre pessoas, dispostas em redes que se baseiam em normas de confiança para benefício mútuo que, segundo Sampson, pode definir o contexto comunitário da eficácia coletiva em termos de expectativas para a ação dentro da coletividade.

No segundo capítulo analisamos os comportamentos das gangues à luz do modelo sistêmico, tentando mostrar a influência da dinâmica comunitária no surgimento das gangues e a relação dessas gangues com a periferia social. Para tanto, nos valeremos não só do modelo sistêmico, mas também da abordagem da subcultura representado principalmente por Cohen (1955), Miller (1958), Cloward e Ohlin (1960).

Nos capítulos cinco e seis elaboramos uma descrição demográfica da população do Aglomerado, ressaltando as implicações de tais dados para o nível de controle privado.

O fenômeno da criminalidade e periferia tem sido abordado em diversos trabalhos nas últimas décadas. E os vieses são os mais variados. Assim, no terceiro capítulo esclarecemos os objetivos que temos ao abordar o tema e, posteriormente, a metodologia utilizada. Tentamos também perceber se há correlação entre as variáveis “sexo” e “crimes contra a

pessoa” e (ou) perfil do “responsável pelo domicílio” e “crime contra a pessoa”, utilizando o coeficiente de Spearman's rho.

As medidas de coesão social e de eficácia coletiva são analisadas no capítulo sete. Aqui tentamos perceber se há “descompasso” entre a coesão social e eficácia coletiva em uma das vilas do aglomerado para, no capítulo oito, tentar discutir o que poderia explicar esse descompasso. Para tanto, nos valem de dados qualitativos, coletados por meio de um roteiro de entrevistas semi-estruturada com moradores de todas as vilas do aglomerado. Por meio dessas entrevistas, tentamos “detectar” os “formatos” das interações desenvolvidas entre moradores e membros das gangues e até que ponto tais interações são influenciadas pelos “emaranhados” de relações de parentesco e amizades entre ambos.

2 - O MODELO ECOLÓGICO E A CRIMINALIDADE

As estruturas e o comportamento dos organismos são significativamente afetados por viverem juntos com outros organismos da mesma espécie e de espécies diferentes em um mesmo habitat (WIRTH; 1945:483). Da mesma forma, os homens exibem efeitos da agregação e do habitat. Esse será o foco da Ecologia Humana.

No entanto, embora tenha derivada da geografia e biologia, a ecologia humana está menos preocupada com a relação entre o homem e o seu habitat (como as primeiras). Ela se ocupa é da relação entre os homens sendo afetada, entre outros, pelo seu habitat. Assim, diferente de plantas e animais, os homens constroem seu próprio ambiente. Em agregações humanas encontramos a vida individual regulada por papéis, normas, leis, organizações formais e informais; fatores esses que introduzem no estudo da ecologia humana implicações desconhecidas no mundo das plantas e animais.

Nesse sentido, o foco da atenção dos estudos ecológicos aplicados ao mundo social tem sido no papel da territorialidade na limitação das estruturas e fenômenos sociais, o que colocaria as comunidades em uma posição central no arcabouço teórico da ecologia humana. Isto significa que a base física da vida social passa a ser uma variável importante para o entendimento dos fenômenos socioculturais que colocam as comunidades em um lugar de destaque nas explicações causais (Idem p.485), visto que desde a origem da agregação humana as instituições sociais, bem como as redes de relações sociais, não se estabelecem em áreas arbitrariamente delimitadas. E ter isso em mente é importante para se entender, dentre

outros, o fenômeno da criminalidade. Assim, as explicações das variações nas taxas de crimes devem ser procuradas na concentração e segregação de populações, vivendo sob certas condições materiais e de interações.

As taxas de crime variam de um bairro para outro. E essas variações vêm colocando cada vez mais a ecologia humana como um referencial teórico de análise das características físicas dos bairros, bem como das características das comunidades, na explicação do fenômeno do crime. Assim, tais diferenças passaram a ser interpretadas de várias formas, embora baseassem nessas duas unidades de análise. REISS, e ROTH,(1993), analisando as taxas de crimes violentos em San Diego, EUA, mostram que as taxas de crimes violentos variam não apenas de acordo com o tipo de comunidade, mas também de acordo com os tipos de bairros. Essa distribuição espacial dos crimes violentos dentro da cidade nos mostraria que é possível viver durante muito tempo em uma cidade que apresente altas taxas de crimes violentos sem nunca ter sido vítima. Isto porque o espaço urbano é uma variável importante na motivação para o delito. Ainda segundo eles as altas taxas geralmente se concentram nos centros comerciais e são difíceis de serem interpretadas porque a população residente é menor do que a população exposta ao risco. Haveria então uma dificuldade de coletarem dados que permitissem saber quais eram de fora da cidade e quais eram de outras áreas da cidade. Perceberam que as taxas também eram altas nos bairros de população de baixa renda. E nesse caso, torna-se possível tentar perceber alguma associação entre o fenômeno, o ambiente e as características da população. A grande preocupação aí implícita parece ser com a identificação de uma possível associação entre a capacidade regulatória de um a estrutura social e taxas de crime.

Mas a percepção de que o fenômeno do crime obedece a uma lógica que é, ao mesmo tempo, espacial e organizacional parece ser compartilhada por muitos teóricos da

criminalidade. Assim, as pessoas evitam morar em certos bairros ou parar em alguma área dentro da cidade ou do bairro onde moram. Percebem que, no cotidiano, o risco de vitimização varia de acordo com o espaço e o período do dia, visto que depende de uma cadeia de eventos, que nos permita compreender a natureza dos crimes violentos e das condições de sua ocorrência (Reiss: 1986:7). Sampson (1989), por exemplo, observou que as diferenças nas taxas de crimes poderiam simplesmente representar uma distribuição espacial de indivíduos com características demográficas e sociais específicas. Assim, se algumas dessas características estão associadas a taxas mais altas de crimes, e se os indivíduos com essas características tendem a se concentrar em uma área também específica da cidade, então não é necessário considerar o papel da dinâmica do bairro como um todo. Isto porque “diferenças nas taxas de crimes podem estar refletindo diferenças na composição dos bairros. Áreas com altas taxas de crimes podem estar sendo habitadas por uma proporção maior de indivíduos propensos ao crime...” (Sampson, 2003, P118).

De um modo geral, pesquisas ancoradas no arcabouço teórico da ecologia humana se perguntam se as comunidades estão livres ou não do crime por causa das pessoas que residem nelas ou por causa das propriedades comunitárias em si mesmas; quais características da comunidade estão associadas às altas taxas de violência ou que tipo de mudança comunitária pode está relacionada com mudanças nas taxas de crime.

Os estudos ecológicos aplicados ao fenômeno da criminalidade surgem na Escola de Chicago no início do século passado, tendo o trabalho de Robert Park e Ernest Burgess como um dos pioneiros². Eles argumentaram que o crescimento das cidades leva a mudança na estrutura e na composição de comunidades locais. Esse rápido crescimento e redistribuição da

² Segundo Bursik (1986), trata-se do trabalho intitulado *The Growth of the City*, de 1925, que promoverá o contexto teórico para a elaboração da Teoria da Desorganização Social, publicada em 1942 por Clifford Shaw e Henry Mckay.

população afetariam as taxas de crime porque minam as instituições locais e sua capacidade de controle dos membros. (Bursik,1986:37 b).

O que Park e Burgess querem deixar claro é que os problemas da organização comunitária são, na maioria das vezes, problemas de acomodação ou de articulação de grupos dentro da comunidade e de adaptação da vida da comunidade local à vida da sociedade como um todo. Essa articulação e acomodação refletiriam a “ordem biótica” das sociedades humanas que organizava a inter-relação entre as pessoas, ao mesmo tempo em que criava uma arena de lutas por status. Essa “ordem biótica” era percebida por eles como uma dinâmica natural (não cultural) de competitividade na ocupação do espaço físico, o que teria resultado em uso e ocupação espaciais extremamente padronizados. Assim, as áreas da cidade foram se desenvolvendo como consequência desse processo e não como consequência de alguma interação consciente entre os grupos sociais. Teríamos então um processo natural de competição por espaço originando “áreas naturais”. Posteriormente tanto a dinâmica econômica quanto a cultural serão responsáveis pela diferenciação espacial, que se refletirá nos valores das terras. Assim, o nível biótico seria a primeira instância a estruturar as sociedades humanas.

Tal suposição será refletida na teoria das “Zonas Concêntricas” da estrutura urbana (Idem:38). Segundo o argumento de Park e Burgess, as terras mais desejadas (e por isso mais caras) estavam em pontos onde as linhas de transportes convergiam (Bursik e Grasmick,1993:6). Esses pontos estavam, geralmente, no centro da cidade onde, devido ao acesso a essas linhas, se concentravam a maioria das atividades comerciais. Assim, antecipando a expansão física desses centros comerciais os especuladores compraram terras em volta desses centros por um preço relativamente baixo, com a esperança de lucros futuros. Vislumbrando o máximo de lucros e o mínimo de custos esses especuladores despendiam

muito pouco para manter suas propriedades. A consequência disso é que essas áreas se caracterizavam por unidades habitacionais em estado de abandono e mal conservadas, com valores de aluguel e venda relativamente baratos. O centro comercial seria então o “eixo comum” em torno do qual as áreas seriam ocupadas. A aproximação ou afastamento desse eixo implicaria populações com variações de perfis socioeconômicos. Os bairros localizados nas imediações dos centros comerciais estariam sob áreas menos valorizadas pelo mercado e eram habitados, em sua maioria, por imigrantes devido ao baixo custo dos imóveis. Quando “o lugar” que esses grupos ocupavam na estrutura econômica permitia, eles se deslocavam para bairros residenciais melhores, mais distantes dos centros comerciais e novos imigrantes ocupavam os arredores desses centros, transformando esses arredores em “zonas de transição”. O avanço desse processo estabeleceria então padrões socioeconômicos específicos: os grupos se afastavam do centro comercial na medida em que o seu perfil socioeconômico melhorava. Assim, essa relação positiva entre distância dos centros comerciais e composição socioeconômica que, Park e Burgess chamarão de ordem biótica, seria o resultado da luta pela ocupação, utilização e controle dos espaços residenciais mais desejados. Uma vez que essa “ordem geográfica” foi assumida como resultado de um “mecanismo natural” de um sistema competitivo de mercado, as áreas são percebidas como “áreas naturais” (Bursik e Grasmick, 1993:7) e consideradas “pequenos mundos”³ ; diferenciando-se uns dos outros por suas funções características dentro do complexo econômico e cultural da vida da cidade. E essa noção de bairros como “áreas naturais” se tornou um componente central das pesquisas empíricas da Escola de Chicago em meados do

³ Esses “pequenos mundos” envolvem quatro elementos: a) uma área geográfica fisicamente distinta das outras áreas adjacentes; b) uma população com certa homogeneidade social, demográfica, étnica ou racial c) um sistema social com papéis, normas e um padrão regular de interação social que funcione como um mecanismo de controle social e; d) um conjunto de comportamentos ou modo de vida que diferencie a área de outras áreas adjacentes; Schwirra, Kent (1983:84/85) segundo Bursik e Grasmick, (1993) . De um modo geral, o pressuposto explícito nessa definição é o de que mudanças nas pessoas, lugares, sistemas de interação ou identidades compartilhadas representam um tipo de mudança nos bairros. Isto significa que, para os ecólogos humanos, se um tipo de população ou composição do bairro muda, então haverá mudanças em outros componentes do sistema.

século passado. Tanto que Burgess afirmará que a expansão física foi a característica central da vida urbana moderna, sendo que os bairros eram percebidos como resultados de um processo contínuo de mudanças e readaptações.

Park e Burgess identificam outra dinâmica que, apesar de secundária à ordem biótica, seria interdependente desse processo natural: a ordem moral (Bursik e Grasmick,1995:109). Tal conceito refere-se às simpatias, preconceitos e relacionamentos pessoais surgidos no início do processo de acomodação dos grupos. Isso teria modificado a competição no sentido de controlá-la, refletindo normas, valores e crenças em áreas específicas. Assim, devido a essa dinâmica, os bairros eram considerados resultados de um movimento seletivo de populações dentro de uma comunidade, seleção essa baseada em critérios econômicos, culturais ou categorias ocupacionais.

As análises dos autores mostram que áreas caracterizadas por privação econômica tendem a ter taxas mais altas de renovação populacional porque se tratavam de áreas residenciais pouco atraentes e as pessoas as abandonariam tão logo fosse economicamente possível. Consequentemente, a rápida mudança na composição da população dificultava a criação de resistências contra o influxo de grupos potencialmente ameaçadores à ordem moral. Por isso, os bairros pobres tendiam a se caracterizar por uma heterogeneidade étnica e racial (Idem,1993). Cabe notar que não há, no argumento de Burgess, uma relação causal direta entre composição socioeconômica de uma comunidade e taxas de crimes. O que deixam claro é que a mobilidade populacional que resultou dessa dinâmica urbana talvez seja o melhor indício do “estado de metabolismo da cidade”, uma vez que afeta a dimensão primária de controle do comportamento, enfraquecendo esse controle. As pessoas ficariam então confusas em relação à “ordem moral” vigente em um bairro onde a renovação populacional

fosse grande. Essa ordem então refletia problemas de acomodação ou de articulação de grupos dentro da comunidade. Posteriormente, Shaw e Mckay argumentarão que essas características dificultariam a perseguição de metas comuns pelos residentes da área, situação a que chamarão de “desorganização social”.

Assim, a idéia de “renovação populacional” teria duas conotações no modelo de Park e Burgess. A primeira reflete a noção tradicional de movimento espacial da população. A segunda tem a ver com o grau em que a heterogeneidade (principalmente a étnica e racial) pode acirrar a competição pela “ordem moral” vigente, originando comportamentos delinqüentes.

Park e Burgess identificam outra dinâmica que, apesar de secundária à ordem biótica, seria interdependente desse processo natural: a ordem moral (Bursik e Grasmick, 1995:109). Tal conceito refere-se às simpatias, preconceitos e relacionamentos pessoais surgidos no início do processo de acomodação dos grupos. Isso teria modificado a competição no sentido de controlá-la, refletindo normas, valores e crenças em áreas específicas. Assim, devido a essa dinâmica, os bairros eram considerados resultados de um movimento seletivo de populações dentro de uma comunidade, seleção essa baseada em critérios econômicos, culturais ou categorias ocupacionais.

As análises dos autores mostram que áreas caracterizadas por privação econômica tendem a ter taxas mais altas de renovação populacional porque se tratavam de áreas residenciais pouco atraentes e as pessoas as abandonariam tão logo fosse economicamente possível. Consequentemente, a rápida mudança na composição da população dificultava a criação de resistências contra o influxo de grupos potencialmente ameaçadores à ordem

moral. Por isso, os bairros pobres tendiam a se caracterizar por uma heterogeneidade étnica e racial (Idem,1993). Cabe notar que não há, no argumento de Burgess, uma relação causal direta entre composição socioeconômica de uma comunidade e taxas de crimes. O que deixam claro é que a mobilidade populacional que resultou dessa dinâmica urbana talvez seja o melhor indício do “estado de metabolismo da cidade”, uma vez que afeta a dimensão primária de controle do comportamento, enfraquecendo esse controle. As pessoas ficariam então confusas em relação à “ordem moral” vigente em um bairro onde a renovação populacional fosse grande. Essa ordem então refletia problemas de acomodação ou de articulação de grupos dentro da comunidade. Posteriormente, Shaw e Mckay argumentarão que essas características dificultariam a perseguição de metas comuns pelos residentes da área, situação a que chamarão de “desorganização social”.

Assim, a idéia de “renovação populacional” teria duas conotações no modelo de Park e Burgess. A primeira reflete a noção tradicional de movimento espacial da população. A segunda tem a ver com o grau em que a heterogeneidade (principalmente a étnica e racial) pode acirrar a competição pela “ordem moral” vigente, originando comportamentos delinquentes.

Observemos que a variável explicativa que Park e Burgess utilizaram para as taxas de delinquência é a “renovação populacional”, provocada principalmente pela migração. No entanto, se a rápida mudança na composição da população dificultava a criação de resistências contra o influxo de grupos potencialmente ameaçadores, então a heterogeneidade (principalmente étnica e racial) passa a ser também uma variável importante no arcabouço deles. É nesse arcabouço que Clifford Shaw e Henry McKay se basearão para elaborar o modelo de processo ecológico da estrutura urbana.

Em um dos mais ambiciosos projetos de coleta de dados, em 1921, Clifford Shaw e sua equipe coletaram dados do Tribunal da Infância do Estado de Illinois, incluindo endereço, o tipo de crime, a idade e gênero dos encarcerados, no período de 1900 a 1933. Posteriormente essa pesquisa se tornaria parte integrante do Departamento de Pesquisas Sociológicas da Juventude em Chicago, quando em 1927 se juntava ao projeto Henry McKay, dentre outros (Bursik e Grasmick, 1993:30 e 1995:108). O avanço desse projeto se dará com a inclusão de outros dados, possibilitando uma análise baseada em 1000 jovens do sexo masculino, de idade entre 10 de 17 anos, para as décadas de 30,40,50 e 70 . Dessas análises foram eliminadas 32 áreas comunitárias, devido ao fato de haver um número muito pequeno de homens jovens. Assim, as análises se basearam em 74 comunidades nos períodos mencionados (Bursik, 1986: 44). Além desses dados, Shaw e McKay introduzem outras cinco variáveis (baseadas em um grande survey aplicado na cidade de Chicago) que os permitiram mensurar aspectos da mudança na composição da população dessas áreas comunitárias⁴. Assim, baseados nesses dados, Shaw e McKay detectaram uma relação similar (embora inversa) à relação encontrada por Park e Burgess entre taxa de delinquência e distância do centro comercial. Os dados indicavam ainda que havia uma estabilidade dessas taxas por períodos de até quarenta anos. Ou seja, certas áreas da cidade continuavam a se caracterizar por altas taxas de delinquência, independente da composição dos grupos que ali residiam. As taxas de crime em algumas comunidades permaneciam constantes, apesar de mudanças na composição de sua população. Como observou Sampson (1989), poucos trabalhos tiveram tanta influência nas discussões sobre delinquência como *Juvenile Delinquency and Urban Areas*, de 1942. Nele Shaw e McKay trabalham com a hipótese de que baixo status

⁴ As variáveis econômicas e composicionais são: o percentual de brancos, imigrantes, desempregados, residências ocupadas e proprietários ocupando suas moradias. Não existe, no modelo de Shaw e McKay, uma mensuração direta do conceito de “Desorganização Social”. Assim, esses indicadores parecem funcionar como “reflexos” de um processo de mudança que afeta a capacidade da comunidade de se auto-regular.

econômico, heterogeneidade étnica, mobilidade residencial e desestruturação familiar levam à Desorganização Social que, como consequência, aumentará as taxas de delinquência e de crime. Assim, o que Burgess percebia como causa do tipo de composição e distribuição da população, Shaw e Mckay viam como fruto de uma organização e estrutura social específica.

Concluíram que o padrão das taxas de delinquência estava relacionado com algum processo ecológico, causado pela estrutura econômica das áreas urbanas. Shaw e McKay tentaram explicar essa aparente contradição (mudanças nas características da população e taxas constantes de crimes) em termos de estrutura e organização comunitárias. Eles observaram que apesar de haver grande variação temporal nas raças, nacionalidades e nas taxas de delinquência dentro dos grupos de certa nacionalidade, diversos grupos apresentavam taxas de delinquência relativamente semelhantes às taxas de outras áreas socialmente similares e que cada grupo produzia efeitos desproporcionais à sua concentração nas respectivas áreas. Ou seja, áreas dentro da cidade de Chicago podiam se diferenciar de tal modo que era possível distinguir umas das outras pelos aspectos físicos, econômicos ou, em dado momento, pela composição da população. Isto, segundo eles, era um fenômeno que foi historicamente determinado. Mas as características econômicas que aumentam a desorganização social podem permanecer relativamente estáveis sobre o tempo. Por isso as taxas de delinquência eram mais ou menos constantes em algumas áreas. Essa constância nas taxas levou os autores a questionarem as explicações individuais da delinquência e focarem nos processos em que padrões de comportamentos criminais são transmitidos através de gerações em áreas de pobreza, instabilidade e de fraco controle social. Eles concluíram então que a explicação de Burgess falhava ao sustentar que “as características do grupo” causam a

delinqüência e, conseqüentemente, que essas causas devem ser encontradas em seus respectivos padrões de distribuição territorial na cidade. Assim, a tese central de Shaw e Mckay é que altas taxas de delinqüência refletem, na verdade, é a inabilidade da comunidade de se auto-regular (Desorganização Social) e não uma estrutura econômica simplesmente, como acreditavam Park e Burgess. Nesse sentido, quando há mudanças internas rápidas, as estruturas formais ou informais de controle comunitário podem desaparecer ou se fortalecer extremamente, dificultando a inclusão de novos residentes (Bursik e Webb;1982:36). O conceito de Desorganização Social estará então diretamente relacionado à dinâmica de .mudança que pode romper esses dois elementos estruturais de controle interno: a interdependência e a densidade das redes.

Shaw e Mckay observaram que além da relativa estabilidade das taxas de delinqüência nos bairros de Chicago entre 1900 e 1933 (apesar de mudanças drásticas na composição racial e étnica desses bairros), havia uma relação negativa entre as taxas de delinqüência e a distância do centro comercial. E dada à correlação positiva entre status socioeconômico e distância do centro da cidade (encontrada por Park e Burgess), as taxas de delinqüência estavam negativamente correlacionadas com a composição econômica das comunidades. Contudo, não há uma relação direta entre status econômico e delinqüência. O que Shaw e McKay argumentarão é que o padrão das taxas de delinqüência dos bairros estava relacionado com algum processo ecológico que emerge da estrutura socioeconômica das áreas urbanas. Significa que os níveis de heterogeneidade e de mobilidade residencial são funções da composição socioeconômica e resultarão no enfraquecimento da ordem moral⁵ (definida por

⁵ O conceito de Ordem Moral foi fortemente influenciado pelo trabalho de William Thomas e Florian Znaniecki de 1920, intitulado *The Polish Peasant in Europe and America*. Assim, Thomas e Znaniecki definiriam “Desorganização Social” como “ o enfraquecimento da influência do social sobre o comportamento dos membros do grupo”. Então, uma comunidade esta organizada quando uma opinião coletiva referente a qualquer matéria (acontecimentos externos ou ações individuais dos membros) toma forma de interesse público, fazendo com que as atitudes referentes a tal matéria sejam consistentes e capazes de produzir um certo consenso e

Park e Burgess) e dos grupos primários de controle, cuja consequência seria o aumento nas taxas de delinquência. Assim, enfraquecer essa “ordem moral” é minar uma série de redes de reciprocidade existente entre os membros da comunidade ou dificultar o seu surgimento. Como nos mostra Bursik (1995:111), o conceito de Solidariedade Social, explícito no arcabouço de Shaw e Mckay é identificado com a dinâmica dos controles sociais informais, em que cada residente tenta regular os comportamentos e as atitudes uns dos outros, por meio da alocação de sentimentos positivos, aprovações e estima. Nesse sentido, o nível comunitário de organização é mensurado em termos de redes de relacionamentos locais, expressas em instituições formais e informais (Sampson, 1989).

Esse aspecto dual- normativo e estrutural- da desorganização social expressava claramente a filosofia e o desenho do projeto de pesquisa daquelas 74 áreas comunitárias de Chicago. Shaw e McKay acreditavam que um programa de prevenção do crime só poderia ser bem sucedido se ele explorasse a força de um sistema de relações sociais. Assim, poderia fazer sentido um projeto em que cada bairro pudesse ser organizado e dirigido pelos residentes das comunidades locais, nos quais os adultos pudessem se envolver nas atividades cotidianas dos jovens na tentativa de aumentar o senso de responsabilidade dos moradores pelas atividades criminosas. Eles presumiam então que a capacidade regulatória dos moradores aumentaria com o envolvimento de uma rede de jovem-adultos nas atividades cotidianas. Por isso, era essencial, para a validade interna da pesquisa, que as metas e programas dos projetos de cada área fossem desenvolvidos e implementados pelos residentes locais, evitando a imposição arbitrária de valores da classe média. Isto porque para Shaw e McKay as áreas caracterizadas por alto status econômico possuíam baixas taxas de

cooperação. Aqui nasce os primeiros esboços do conceito de Desorganização Social que estará presente na obra de Shaw e McKay, visto que Thomas e Znaniecki cuidadosamente consideram o grau em que as estruturas internas de relacionamento entre os residentes (refletido no conceito de Solidariedade Social) podem facilitar a habilidade da comunidade de “implementar metas comuns”. Embora a idéia de “metas comuns” não esteja muito clara em Shaw e McKay (e talvez por isso mesmo), ela será fundamental na posterior reformulação do conceito de Desorganização Social.

delinqüência devido à uniformidade, consistência e universalidade dos valores e atitudes convencionais, ao passo que as crianças das comunidades de baixa renda foram expostas a um cenário de uma variedade de normas e padrões de comportamentos, incluindo comportamento de grupos cujos valores morais eram opostos aos valores convencionais simbolizados por família, igreja e outras instituições comuns à sociedade: Bursik (1995:111/12). Assim, essa diversidade teria propiciado o surgimento de uma “tradição delinqüente”, transmitida a cada um dos vários grupos que residiram em um bairro específico ao longo do tempo, resultando em taxas constantes de delinqüência, a despeito de mudanças na composição racial e étnica.

Parece-me que até certo ponto o modelo de Shaw e McKay e o de Park e Burgess possuem uma interface. No argumento de Burgess não há uma relação causal direta entre composição socioeconômica de uma comunidade e taxas de crime. O que propõe é a idéia de que a mobilidade populacional que resultou de uma dinâmica urbana natural talvez seja o melhor indício do “estado de metabolismo da cidade”, uma vez que afeta a dimensão primária de controle do comportamento, causando confusão em relação à “ordem moral” vigente em um bairro. Por outro lado, Shaw e McKay (1942), ao invés de sugerirem uma conexão direta entre privação econômica e crime, propõem a idéia de que, em um primeiro momento, o processo desordenado de urbanização e a pobreza geram a desorganização social (concentração de desvantagens econômicas e estruturais, altas taxas de rotatividade residencial e heterogeneidade étnica). Esta desorganização, como demonstra Kornhauser (1978), por sua vez, diminui a integração e a coesão existentes entre os membros de uma comunidade, o que acaba acarretando o baixo poder de manter um controle social efetivo sobre os comportamentos dos indivíduos e, conseqüentemente, sobre a delinqüência.

O conceito de Desorganização Social é entendido como “...a incapacidade de uma estrutura comunitária realizar os valores comuns de seus habitantes e manter o controle social efetivo” (SAMPSON,1995:198). Ele implica o entendimento da comunidade local e da vizinhança como um sistema complexo de amizade, parentesco ou afinidade e formação/manutenção de redes, com base em laços associativos formais e informais. Isto significa que quando os laços entre as instituições comunitárias são fracos a capacidade de uma comunidade defender seus interesses locais também é enfraquecida. Assim, uma fraca base de organização comunitária atenua as funções de controle social locais. Kornhauser (1978, 79)

Segundo esta visão, tanto a organização quanto a desorganização social estão intimamente unidas ao sistema de redes que facilitam ou inibem o controle social. Quando os habitantes formam laços sociais locais a capacidade de controle social da comunidade é acrescida, porque eles são mais capazes de reconhecerem estranhos e são mais aptos para engajar na vigilância do comportamento contra a vitimização. Quanto maior a densidade e a multiplicidade de redes interpessoais em uma comunidade, maior o constrangimento sobre o comportamento desviante dentro da rede.

Assim definida, a desorganização social é analiticamente separada não apenas do processo que poderia conduzir a ela (como por exemplo, pobreza e mobilidade residencial), mas também do grau de comportamento criminoso do qual seria um resultado. Significa que a idéia de “comunidade” vai além de uma dimensão estritamente geográfica e passa a focalizar também as redes sociais dos residentes.

Uma dimensão subjacente ao conceito de desorganização social é a capacidade de uma comunidade supervisionar e controlar grupos de adolescentes, impedindo a formação das gangues. Isto nos leva a crer que habitantes de comunidades coesas são mais capazes de controlar o comportamento de jovens que fixam o contexto para a violência de gangues, sendo que tal controle poderia ser feito por meio da supervisão das atividades de tempo livre dos jovens, da intervenção nas aglomerações nas esquinas e a contestação das ações dos jovens.

Uma segunda dimensão subjacente ao componente estrutural da organização social é a densidade, bem como a taxa de participação em associações voluntárias e organizações locais. Shaw e McKay então supõem que as organizações comunitárias refletiriam a personificação estrutural da solidariedade da comunidade local, e por isto a instabilidade e o isolamento das instituições comunitárias são fatores-chaves subjacentes à dimensão estrutural da desorganização social visto que comprometeria a “ordem moral” definida por Park e Burgess.

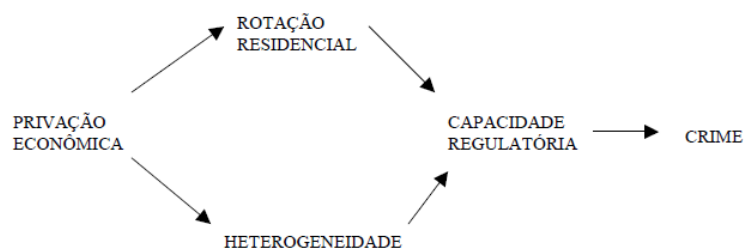


FIGURA 1 – Esquema baseado no Modelo Básico de Shaw e McKay
Fonte: Bursik e Grasmick, (1993)

Parece que Shaw e McKay operacionalizam com um pouco mais de clareza a idéia de “ordem moral”, transformando-a em “capacidade regulatória”. Tal instância passa da dimensão abstrata para a dimensão objetiva por meio das “redes comunitárias” internas; redes essas que tomam forma por meio de uma base consensual produzida por costumes, normas, metas e valores da comunidade local (Bursik;1995:110). Nesse sentido, as instituições locais

passam a ter um papel importante na socialização dos membros da comunidade dentro desse sistema cultural. Contudo, como nos mostram Bursik e Grasmick (1993:33), o estabelecimento de instituições de controle interno é dificultado quando muitos residentes da comunidade estão desinteressados e têm a esperança de se mudarem na primeira oportunidade. Os relacionamentos primários que resultam nas estruturas de controle social são menos desenvolvidos quando as redes locais estão em fluxo; e a heterogeneidade impede a comunicação e obstrui a resolução de problemas comuns, isto é, não existe uma meta comum. Assim, o enfraquecimento das estruturas formais e informais de controle diminui os custos associados com o desvio dentro do grupo. Sampson (1995:195) aponta uma interação significativa entre mobilidade e baixa renda na explicação da violência. Ele mostra que em cinquenta e sete bairros de três cidades americanas a mobilidade estava associada positivamente com as taxas de crime violentos em vizinhanças pobres. Assim, comunidades caracterizadas por populações com rápida rotatividade e altos níveis de pobreza têm significativamente altas taxas de crimes violentos em relação àquelas áreas de alto status econômico ou em relação às áreas pobres com estabilidade populacional. Segundo ele, uma direção semelhante é apontada por um dos estudos de Block (1979) e de Taylor e Covington (1988). Block, analisando a cidade de Chicago, revelou uma ampla correlação negativa entre estabilidade residencial e crimes violentos de homicídio, roubo, e lesão corporal grave. Isto parece ser confirmado com outro estudo de Taylor e Covington sobre a pobreza, instabilidade e crimes violentos (homicídio e assalto). Estes autores examinaram as mudanças ecológicas no status econômico e familiar para 277 cidades vizinhas a Baltimore no período de 1970-1980. Taylor e Covington (1988, 561) tinham como hipótese a idéia de que bairros que experimentaram declínio de status econômico relativo e de estabilidade populacional também tiveram um aumento nas taxas de violência. Especialmente nos contextos de pobreza, então, a instabilidade residencial parece ter conseqüências importantes para a violência.

2.1 - As Modificações no Modelo de Shaw e Mckay

Depois de um hiato nas pesquisas ecológicas durante meados do século passado, diversas publicações mostraram que o conceito de Desorganização Social continua a contar com importantes ramificações na criminologia moderna. Se por um lado, pesquisas mostram que não existe ou é muito fraca a correlação entre os crimes utilitários e os indicadores de pobreza, ao passo que há uma correlação significativa entre eles e os indicadores de riqueza (Beato e Reis [2000]), por outro, tem sido destacada a tradição da análise espacial da criminalidade, sugerindo que o contexto específico tem se transformado cada vez mais em uma variável explicativa importante (Beato,1997). Talvez isto se deva às reformulações sofridas pela Teoria da Desorganização Social, que fizeram com que ela voltasse a se destacar no cenário intelectual.

Uma das principais críticas que a teoria de Shaw e McKay tem sofrido diz respeito à falta de clareza com que os autores diferenciaram o resultado presumido da desorganização social (o aumento da delinquência e do crime) da própria desorganização social. LANDER (1954:10) concluiu que o valor da “Desorganização social” é duvidoso em considerar o fato de que a desorganização social tinha sido definida como um grupo complexo de fatores em que a delinquência juvenil, crimes, lares desestruturados e outros fatores sócio-patológicos estavam incluídos. Essa confusão conceitual fará com que autores como Kornhauser (1978) tente ampliar a explicação dos pressupostos da teoria. Não tendo esclarecidos “causa” e “conseqüência”, a delinquência era definida como a própria desorganização social. É como utilizar o conceito que se está definindo na sua própria definição. E essa tautologia; essa falta de clareza entre causa e efeito traz sérias dificuldades de operacionalização do conceito, o que levou alguns autores a reelaborarem o conceito. Berry e Kasarda (1977: 55-56) já tinham

notado que o modelo ecológico de Park e Burgess (1924), que promoveu o contexto intelectual para o trabalho de Shaw e Mckay era, no início, uma abordagem sistêmica da estrutura comunitária local, que considerava a comunidade como sendo um sistema complexo de amizade, uma rede de parentesco e laços associativos. E definido nesses termos, para alguns autores⁶ a Desorganização Social passa a ter um status conceitual único por meio de sua definição como a incapacidade da comunidade em se auto-regular; a falta de habilidade em afastar a ameaça criminosa de sua área. Esta definição operacional facilitou bastante a diferenciação entre a Desorganização Social e os processos ecológicos que tornaram problemática a auto-regulação interna, bem como a diferenciação e entre tais processos e as taxas de criminalidade e delinquência que podem resultar.

O entendimento da “desorganização social” como pouca ou nenhuma capacidade da comunidade de se auto-regular implicou duas reavaliações dos pressupostos normativos da teoria. Janowitz (1976:9-10) argumenta que uma abordagem normativa do controle social (auto-regulação da comunidade) não significa necessariamente controle rígido e repressão social. A não-conformidade pode ser tolerada em uma área contanto que não interfira no alcance de uma meta aceita por todos. Deve-se demonstrar apenas que os moradores de uma área valorizam uma existência relativamente livre da criminalidade. Significa que a única pressuposição a respeito do consenso necessário para a viabilidade do modelo é que os cidadãos das comunidades desejam viver em comunidades residenciais relativamente livres da ameaça de crimes graves (SAMPSON et al.1997,1999):

Portanto, não é necessário presumir que bairros organizados se caracterizem por um conjunto de crenças culturais razoavelmente monolíticas e homogêneas. Só é necessário

⁶ Cf. SOMPSON 1987. BURSIK e GRASMICK, 1993.

presumir que exista um consenso, dentro da esfera pública, em torno da idéia de que o crime é socialmente destrutivo. Como resultado, os modelos contemporâneos dentro da tradição de Shaw e McKay apresentam uma noção um tanto limitada de homogeneidade cultural. Como a variação cultural observada no arcabouço tradicional de Shaw e McKay foi substituída pela suposição da invariância cultural com vista a esta única meta (que é livrar-se dos comportamentos criminosos e violentos), as teorias contemporâneas da desorganização social tendem a focar somente a dinâmica estrutural. Ou seja, presume-se que as taxas de criminalidade e delinqüência do bairro representem efeitos das contingências situacionais causadas pela estrutura da comunidade, e não de uma "subcultura semi-autônoma".

A segunda característica definidora da investigação contemporânea da desorganização social é o pressuposto de que os bairros representam sistemas padronizados de interação e associação entre os moradores. Assim, o modelo passa a ser denominado modelo sistêmico da criminalidade nos bairros. E essa reformulação do modelo da Desorganização Social implica na revisão de pelo menos quatro paradigmas:

*1a. As abordagens sistêmicas enfatizam os padrões de troca de informação vigentes conforme estes se refletem nas redes e nos laços entre os componentes de um sistema*⁷.

*2a. A desorganização social se caracteriza por graus variados de "sistemicidade" (BUCKLEY: 1967)*⁸.

Assim, a abordagem sistêmica da criminalidade nos bairros presume que a estrutura social de uma comunidade é representada na totalidade dos complexos conjuntos de associações entre os membros dos grupos de afinidade, grupos de parentesco e associações locais. É através dessas redes relacionais que as capacidades regulatórias de uma comunidade se atualizam.

⁷ Cf. BURSIK e GRASMICK, 1995. p. 114.

⁸ Cf. BURSIK e GRASMICK, 1995. p. 115.

ALBERT HUNTER (1985) desenvolveu três níveis de abordagem do controle social que possibilita um melhor entendimento de como as redes de relações são intrínsecas ao controle do crime no nível comunitário. Assim, o mais básico é o controle no nível "privado", que está baseado na intimidade informal dos grupos primários existentes na área. Dentro de tais grupos, o controle social é geralmente conseguido através da alocação ou da retirada do sentimento de prazer, apoio social e estima mútua. BLACK (1989: 4)⁹ teria colocado alguns mecanismos primários de controle existentes nesse nível, como críticas a comportamentos, a ridicularização ou a marginalização de grupos, o que poderia redundar em autodestruição ou violência. Contudo, segundo os autores, há indícios de que tal controle é mais eficiente em adolescentes.

O segundo nível de controle social discutido por Hunter é chamado de "paroquial" e representa os efeitos da rede interpessoal local e a interlocução entre instituições locais, como igrejas, escolas, comércios e organizações voluntárias. Assim, se a ordem privada refere-se às relações entre amigos, a ordem paroquial refere-se às relações entre grupos em que a ligação "sentimental" não seja o instrumento principal de coesão. E esse nível paroquial pode ser entendido como "conexão entre instituições ou grupos dentro de uma comunidade". SPERGEL e KORBELIK (1979)¹⁰ mostraram que existem contingências que mediam a capacidade das redes locais e as instituições de controle da ameaça de crime. São algumas associações locais que se ergueram inicialmente devido à intervenção de organizações externas à comunidade.

⁹ Cf. BURSIK e GRASMICK, 1993. p. 16.

¹⁰ Idem. p. 17.

O terceiro nível de controle é o "público" que focaliza a capacidade da comunidade em assegurar a implantação de bens públicos para a sua área; serviços que são oferecidos por agências localizadas fora da comunidade. Esses resultados externos podem tomar duas formas básicas: a) a comunidade pode desejar se engajar em atividades de controle do crime, que apenas serão bem sucedidas se as organizações locais tiverem a capacidade de influenciar na burocracia dos serviços municipais e nas decisões das políticas públicas, que alocam recursos econômicos e b) referente ao controle externo do crime, isto é, a relação existente entre a comunidade e o departamento de polícia da cidade.

O nível de controle privado enfoca as redes que integram os moradores aos grupos informais primários de uma comunidade. Através dessas associações é transmitida a informação a respeito do comportamento adequado. Se essas expectativas são frustradas, essas redes são utilizadas para impor diversas sanções informais sobre o membro transgressor. Mas uma vez que os dados acerca da natureza precisa das comunicações transmitidas através dessas redes são escassos, a maioria dos trabalhos enfocou a capacidade potencial de controle privado em uma comunidade, especialmente aquela refletida no número de amigos ou familiares que vivem próximos a um dado morador. Além disso, os modelos sistêmicos incorporaram a ênfase de Shaw e McKay na estrutura e dinâmica familiar como elemento do nível de controle privado.

O nível de controle paroquial irá privilegiar as redes interpessoais nas quais a comunicação entre os membros do sistema não apresentam o mesmo grau de intimidade que no nível privado. Um morador pode, por exemplo, ficar informalmente de olho nas atividades públicas das crianças locais, ou alertar os vizinhos sobre a presença de estranhos considerados ameaçadores. Esta dimensão representa parcialmente, portanto, as capacidades de supervisão

de uma comunidade. Também representa a participação dos moradores nas instituições locais, como igrejas, organizações voluntárias e escolas. Através, por exemplo, das redes relacionais desenvolvidas entre os membros de organizações comunitárias preocupadas com a prevenção da criminalidade, podem ser transmitidas informações acerca de ações do grupo e iniciativas individuais desejáveis, como vigilância do alvo, vigilância local e denúncia dos crimes.

Shaw e McKay foram criticados por não reconhecerem as diversas formas possíveis de serem tomadas pela organização social. Bursik e Grasmick(1993) mostram que os modelos sistêmicos da criminalidade nos bairros reconhecem, portanto, que a organização de um bairro pode se refletir em uma variedade de estruturas sociais.

As redes privadas e paroquiais de controle variam também ao longo de outras dimensões; como por exemplo, o tamanho, ou seja, se as pessoas se ligam a essa rede através de laços formais ou informais, e o grau com que as redes abarcam os diversos grupos que residem na área. Como um exemplo do primeiro caso, Sampson e Groves(1989) observaram que bairros britânicos nos quais os respondentes apontaram um número relativamente alto de amigos dentro da distância de uma caminhada de quinze minutos da sua casa apresentaram taxas significativamente inferiores de crime contra a propriedade (embora este não fosse o caso para a violência pessoal). Sua investigação sugere, além disso, que o nível privado pode constituir uma dimensão mais relevante do controle sistêmico do que paroquial.

A segunda dimensão da variação sistêmica representada pelo o grau com que as redes abarcam os diversos grupos que residem na área, ou o que foi denominado de fechamento. Refere-se à quantidade de pessoas da área que são percebidas como pertencentes à rede. Os

moradores dificilmente intercedem em acontecimentos criminosos que envolvam estranhos e relutam em assumir responsabilidade pelo bem estar de propriedades que pertençam a pessoas pouco conhecidas. Portanto, as fronteiras sociais existentes entre os grupos em comunidades heterogêneas podem reduzir a amplitude das atividades de supervisão devido à desconfiança mútua entre os grupos nessas áreas.

De modo geral, a discussão de Bursik e Grasmick(1993) acerca das redes urbanas sugere que quando os indivíduos se conectam relacionalmente a todos os outros membros de uma rede, mas não a alguém de fora dela, as atividades supervisoras se desenvolvem de maneira independente dentro de cada rede no sentido de garantir o sucesso no controle da criminalidade em toda a comunidade.

Novamente, a proposta do fechamento (ou de grau) das redes comunitárias é consistente com o pressuposto tradicional de desorganização social segundo o qual a heterogeneidade pode reduzir a capacidade regulatória de uma área, dificultando, portanto, o alcance da meta comum de “uma comunidade relativamente livre da criminalidade”. Presume-se, no entanto, na reformulação do modelo sistêmico da Desorganização Social, que esta relação seja somente uma função das estruturas sistêmicas que caracterizam as redes relacionais encontradas em bairros heterogêneos, e não resultado da presença da variação cultural.

3ª- Aspectos da estrutura sistêmica podem mudar com o tempo ou mesmo continuamente sem a dissolução do sistema em si. (BUCKLEY 1967: 43)¹¹.

¹¹ Cf. BURSIK e GRASMICK, 1995. p. 117.

Essa reformulação representa a raiz da Ecologia Humana, visto que implícita está a idéia de que a dinâmica que dá origem à estrutura da cidade é a mobilidade espacial dos grupos. Assim, variando em graus, toda rede de residência tem que encarar o potencial de adição ou perda de seus membros. Implica dizer que os indicadores estruturais de vizinhança podem mudar (como mobilidade residencial, nível de controle informal, nível de renda) sem que o sistema seja dissolvido. Ou seja, as comunidades passam a ser percebidas como “malhas integradas entre si e à cidade como um todo”. Este pressuposto difere dramaticamente daquele contido no trabalho de Shaw e McKay, uma vez que os modelos sistêmicos contemporâneos presumem que as redes relacionais comunitárias se inserem em sistemas relacionais mais amplos. Neste sentido, assim como as redes ligam os moradores de bairros específicos em uma estrutura sistêmica, cada bairro também apresenta laços entre ele e a estrutura ecológica da cidade. Daí considera-se um outro pressuposto na reformulação da teoria que tenta resolver aquilo que foi salientado pelas críticas feitas a Shaw e McKay de considerarem a comunidade como um grupo isolado do resto da cidade:

4º- A comunidade como um sistema é aberto. Isto significa não só que ele participa de intercâmbios com o ambiente, como também que este intercâmbio é um fator essencial para a viabilidade dos sistemas, sua capacidade de reprodução ou continuidade, e sua capacidade de mudança (BUCKELEY, 1967)¹².

Esta orientação representa uma das mais importantes reformulações em relação ao modelo tradicional da desorganização social. Não há dúvida de que os níveis privado e paroquial de controle representam importantes mecanismos regulatórios dentro de um bairro. Entretanto, Spergel e Korbelik (1979)¹³ mostraram que há contingências extremamente determinadas que mensurassem a capacidade de controle da ameaça da criminalidade por parte das redes e instituições locais. O papel de atores externos foi consistentemente

¹² Idem. p. 115.

¹³ Cf. BURSIK e GRASMICK, 1995. p. 118.

documentado na literatura da mobilização de recursos, onde se observou que, para que um movimento social (como os esforços de controle da criminalidade em um bairro) seja bem sucedido, é necessário desenvolver laços eficazes entre o movimento social e outros grupos exteriores à coletividade.

Assim, a reformulação da abordagem da Desorganização Social enfatiza não apenas o grau em que as comunidades podem ser funcionalmente interdependentes, mas também o grau em que a natureza dessa interdependência muda no decorrer do tempo.

E é atentando para a natureza dessa interdependência que Sampson e seus colegas observam que muitas cidades pobres possuem uma integração limitada entre os vizinhos e ainda assim parecem gerar capital social, enquanto outras áreas urbanas, onde as redes são fortes e ajustadas geograficamente, podem produzir um clima que desencoraja as respostas coletivas para os problemas locais. Diante desse paradoxo, Sampson, Raudenbush e Earls (2003) se perguntam: entre os antecedentes estruturais (ou concentração de desvantagens como privação econômica, instabilidade populacional e desestruturação familiar) e o crime, o que faz as pessoas desobedecerem as leis, levando a altas taxas de crime? Originalmente eles identificaram dois fatores contextuais separadamente: de um lado, a concentração de desvantagens e do outro lado, a coesão e a confiança. Assim, após uma análise empírica, perceberam que controle social informal, coesão social e confiança estavam altamente correlacionados. Eles começam então a focar no efeito contextual da comunidade no crime e focalizam um mecanismo que pode facilitar o controle social, mas que não requer necessariamente redes fortes de associativismo. Passam a questionar a idéia de “comunidade” como algo denso, repleto de laços emocionais e intimidade. Sampson define “comunidade” em termos ecológicos e variando no funcionamento da confiança e da boa vontade dos

residentes para intervir no controle social. Agora o conceito de “comunidade” é analisado em termos sistêmicos. Aqui, ela seria um complexo sistema de amizades, redes de afinidades e laços associativos baseados nas famílias e nos processos de socialização vigentes dentro de uma determinada vizinhança.

Dentro desse novo enfoque é a “extensão da confiança local” que vai “operacionalizar” a coesão e o funcionamento da confiança, a boa vontade em ajudar os vizinhos, a ausência de conflitos e compartilhamento de valores. Assim, Sampson e Groves (1989) supõem que o crime seria, em última instância, consequência da pouca ou nenhuma capacidade que os moradores de determinadas comunidades possuem de estabelecer um conjunto de valores e objetivos comuns (pouca coesão social), da falta de capacidade dos mesmos de controlar ou supervisionar o comportamento mútuo e, além disso, da pouca ou nenhuma predisposição que os membros destas comunidades têm de agir em prol do bem comum. Isto porque quando as pessoas de uma comunidade confiam uma nas outras, elas têm a base para juntas controlarem a desordem e o comportamento criminoso. Desta forma, outras duas variáveis passam a fazer parte da teoria original: a desestruturação familiar (que minaria a capacidade de supervisão dos jovens) e o processo rápido e desordenado de urbanização (que tornaria impossível a formação de uma comunidade socialmente coesa e atrelada a valores e metas comuns).

É na década de 1990 que Sampson, Raundenbush e Earls(1997) desenvolvem o conceito de “Eficácia Coletiva”. Segundo eles o conceito deve ser entendido como um complexo sistema formado pela coesão social existente entre os membros de uma vizinhança, pela confiança mútua que se estabelece entre seus moradores e pela disponibilidade que estes têm de controlar o comportamento mútuo e agir em prol do bem comum. Nesse sentido, o

conceito de eficácia coletiva representa uma reformulação na qual a importância da conexão entre confiança e coesão, de um lado e o controle social, do outro está situada na eficácia dos vizinhos relativa a uma tarefa específica: manter a ordem pública. Janowitz (1976:9-10) argumenta que uma abordagem normativa do controle social (i.e., auto-regulação da comunidade) não significa necessariamente controle rígido e repressão social. A não-conformidade pode ser tolerada em uma área contanto que não interfira no alcance de uma meta aceita por todos. Deve-se demonstrar apenas que os moradores de uma área valorizam uma existência relativamente livre da criminalidade. Então, a medida do conceito de eficácia coletiva tem a ver com o engajamento dos residentes no controle social local. Trata-se de um processo dinâmico que se manifesta de formas diferentes de uma comunidade para outra e exerce papel fundamental no que se refere ao controle da violência e da criminalidade. Sampson, Roudenbush e Earls(1997) postulam então que as diferenças nas taxas de crime podem ser explicadas pelas diferentes capacidades que as comunidades têm de conceber metas e valores comuns (como por exemplo, de se livrar do crime e da violência), de exercer um controle social sobre seus membros (controle por meio de mecanismos informais e também através da utilização de instituições externas como a polícia) e de solucionar internamente seus próprios problemas. É importante notar que enquanto Bursik e Grasmick(1993;1995) e Hunter(1985) enfatizam a necessidade da coexistência das dimensões privada, paroquial e pública como instrumento de controle, já que, para eles, a desorganização social se caracteriza por graus variados(ou por desequilíbrios) de sistemicidade, Sampson e Groves(1989), Sampson, Raundenbusch e Earls(1997) deixam claro que a eficácia coletiva é um recurso que é ativado em um momento crucial e pontual, embora dependa de um histórico de interações que geram confiança e, por conseguinte, a coesão. Na abordagem sistêmica os três níveis pressupõem um controle mais amplo e mais permanente, ao passo que a eficácia coletiva é ativada pontualmente e direcionada aos comportamentos de

jovens. Em outras palavras, as diferenças nas taxas de crime se devem aos diferentes graus de eficácia coletiva de cada comunidade, e não aos diferentes graus de equilíbrio entre os níveis de controle. Dessa forma, todos aqueles fatores que eram apontados como estimuladores do surgimento do crime e da delinquência no modelo original de Shaw e McKay (1942) -baixo status sócio-econômico, alta taxa de mobilidade residencial- passam a ser vistos como elementos que minam a eficácia coletiva (conjunto formado pela coesão social e pela predisposição dos residentes em agir em prol do bem comum), já que minam a coesão social (entendida como confiança mútua, estabelecimento de valores comuns). Isto significa que as três dimensões da estratificação comunitária (concentração de desvantagens, concentração de imigrantes e instabilidade) explicam boa parte da variação da eficácia coletiva. Segundo Sampson (2004), depois de controlar as características individuais e dos bairros (como pobreza, densidade das redes de amizade) a eficácia coletiva está associada a baixas taxas de violência, mesmo que inicialmente a experiência com violência tenha enfraquecido a eficácia coletiva por causa do medo. A eficácia coletiva media então a associação entre os antecedentes estruturais (a concentração de desvantagens) e a criminalidade.

2.2 - A Eficácia Coletiva e as Redes

A eficácia coletiva enfatiza o compartilhamento de crenças na capacidade dos vizinhos de agir para alcançar um efeito pretendido, ligado a um senso de engajamento por parte dos residentes. Como outros resultados positivos, a eficácia coletiva é amplamente desejada, mas muito difícil de obter, devido, em grande parte, aos constrangimentos estruturais. Então, o papel das redes sociais na produção da eficácia coletiva depende de um contexto estrutural e normativo específicos. E quando Sampson destaca o papel dos aspectos da organização

comunitária nesse contexto (como a confiança mútua entre os indivíduos, fortalecimento das instituições comunitárias e coesão) ele nos remete à idéia de capital social no sentido definido por Putnam. Assim, a questão é: “que tipo de contexto promoveria a eficácia coletiva e não simplesmente redes sociais”? A infra-estrutura e a coesão das organizações- a dimensão paroquial- parecem ajudar a sustentar a capacidade para a ação social de modo a transcender as redes pessoais.

Entretanto, a dinâmica formal e informal do controle social parece semelhante à noção de “vigia” desenvolvida por Felson e Cohen (1980) dentro da sua abordagem da "atividade rotineira." Se, como eles argumentam, a estrutura espacial da cidade determina em parte as taxas nas quais transgressores motivados encontram oportunidade criminais, então o grau no qual uma comunidade é desorganizada deve ser reflexo da sua pouca capacidade de monitorar a interação entre transgressores potenciais e oportunidades, afetando, assim, a taxa de vitimização. Como defende Sampson (1985, 1986), as áreas com níveis altos de organização são capazes de notar ou questionar estranhos, monitorar a atividade dos jovens e intervir em distúrbios locais.

Partindo da premissa de que as organizações (formais ou não) surgem como “o último princípio” capaz de nutrir a eficácia coletiva por meio de suas próprias redes estratégicas, nos perguntamos se existe este contexto no aglomerado da Serra. Se sim, por que não se traduz em eficácia coletiva? E se os recursos sociais e as redes criam a capacidade para a eficácia coletiva, como argumenta Sampson, e supondo que esses recursos existem no aglomerado da Serra, como poderíamos interpretar o cenário nos quais eventos de crimes contra a pessoa, principalmente homicídio e tentativa de homicídio, bem como tráfico e uso de drogas se tornam tão proeminentes sem suscitar algum tipo de mobilização da comunidade?

Embora a densidade das redes seja essencial, especialmente aquelas enraizadas na confiança, elas têm que ser significativas. Mas como torná-las significativas para aqueles que querem um ambiente livre de crimes quando esses possuem laços de parentesco e empatia com os produtores dos delitos? E isto faz com que o engajamento de muitos residentes em ações coletivas que visam implementarem o controle social seja uma decisão extremamente hesitante, permeada de avanços e retrocessos.

Talvez essa hesitação se expresse melhor por meio da contradição empírica existente no modelo tradicional da Teoria da Desorganização Social, e que levou alguns autores a prestarem a atenção em aspectos externos á comunidade (o nível público de controle) e no papel do nível privado de controle (Hunter:1985): O fato de algumas comunidades pobres se caracterizarem por redes privadas e paroquiais relativamente fortes e, ao mesmo tempo, apresentarem uma intensa atividade de gangues (Bursik:2002). Assim, essas duas dimensões, (o nível público de controle e o grau em que as gangues estão dispostas em redes privada e paroquial) entram em cena quando se analisa o papel das gangues dentro das comunidades.

É possível então que a conexão entre capital social e desorganização social possa ser articulada como: bairros privados de capital social (redes sociais) são menos capazes de implementar metas comuns e manter o controle que nutre a segurança. Contudo, apesar do grande apelo popular do capital social, Sampson (2004) diz que existem boas razões para questionar a transformação de fortes laços sociais em baixas taxas de crime. Ou seja, laços sociais podem não produzir o efeito de controle social por pelo menos três motivos: a) as redes podem ser personalistas e de natureza extremamente paroquial, b) a densidade que promove a coesão social às vezes impede os esforços de livrar o bairro das organizações

criminosas, visto que essa coesão pode ser característica das organizações criminosas. Portanto, argumenta Sampson, devemos perguntar é “o que está sendo conectado”, visto que redes não são igualitárias e pró-social por natureza e c) do ponto de vista da expectativa do controle social e conexões estratégicas, a ação pode ser nutrida por uma rede fraca. Ou seja, menos conexão entre as pessoas, baseadas em interações infrequêntes pode dificultar a produção de controle porque elas integram a comunidade de modo que também desconectam subgrupos.

Na verdade, o que Sampson questiona é um tipo ideal de comunidade sustentada por uma idéia romântica de redes (2004,p157). Isto porque a idéia na qual a interação entre os residentes seria marcada pelo altruísmo parece não condizer mais com as cidades contemporâneas. Assim, o lado obscuro da “comunidade” muitas vezes é negligenciado, já que as redes sociais podem ser muitas vezes utilizadas ilegalmente, estrategicamente ou para nutrir a violência e a segregação. Além do mais, as redes nas sociedades modernas frequentemente contradizem os limites ecológicos tradicionais, muitos dos quais são permeáveis e vagamente definidos.

Mas as questões que se colocam são: a criminalidade poderia prosperar apesar da existência de uma rede; de uma coesão social? A coesão social existente no nível privado de controle poderia minar a possibilidade da existência dos outros níveis e, consequentemente “anestesiá-los” os impactos negativos dos comportamentos das gangues como parece ocorrer na Vila Cafezal? Como a idéia de redes, explícita tanto no conceito de Eficácia Coletiva, quanto no conceito de Capital Social pode nos ajudar a entender o controle social no Aglomerado da Serra?

Granovetter (1973) nos oferece algumas possibilidades de entender como as redes se relacionam com a ação coletiva e como a “morfologia” das redes pode facilitar ou dificultar a mobilização em prol de uma meta coletiva.

As redes são feitas de laços. Posto isto, o autor argumentará que o grau de sobreposição de duas redes de amizades varia diretamente com a força desses laços. Ele explora então o impacto desse princípio na difusão de influência, informação, mobilização e organização comunitária. A força dos laços é definida como: “a probabilidade linear da combinação da quantidade de tempo, intensidade emocional, intimidade (fidelidade mútua) e a assistência recíproca que caracteriza os laços”(Granovetter, 1973, P.1361; Tradução nossa). Cada um desses laços é interdependente do outro, ainda que o cenário esteja inter-relacionado. Nesse sentido, os laços podem ser fortes, fracos ou inexistentes.

Em uma situação hipotética, na qual se tenha os indivíduos A, B e o cenário S (os outros indivíduos) e que todos os outros indivíduos possuam laços com A, B ou com ambos, o que nos permitiria relatar a dinâmica dos laços para uma estrutura mais ampla seria: a solidez (a maior força) dos laços entre A e B e a extensão da proporção dos indivíduos no cenário S em que A e B estão inseridos, amarrados (isto é, de conexão forte dos laços).

As redes também são feitas de linhas, o que faz com que o conceito de “ponte” se torne central no modelo de Granovetter. Ou seja, “ponte” é: “...a linha na rede que promove o caminho, a via entre dois pontos...(Idem P.1364; Tradução nossa)”. Cada pessoa tem um grande número de contatos, e a ponte entre A e B proporcionaria apenas um dos vários caminhos de informações ou influências de algum contato de A com algum contato de B e, conseqüentemente, de qualquer um conectado indiretamente a B.

2.3 - Redes de Laços Fortes e Redes de Laços Fracos

As redes podem ser compostas de laços fortes ou de laços fracos. Aqui, a idéia de laços fortes é consistente com a proposição de “densidade Social” de Durkheim; de “redes sociais mais concêntricas (fechadas)” ou “círculos concêntricos” de Simmel (PRATES, Et al...2007,P.50). Significa que os laços fortes são características de redes com interações mais densas, permeadas de solidariedade e confiança.

As redes de laços fracos se caracterizam por uma menor intensidade emocional, bem como por uma menor intimidade, ou seja, “...aquelas relações fora do círculo familiar ou dos amigos mais próximos...as redes de relações interpessoais de ligações fracas ou de baixa intensidade possuem mais capacidade de unir membros de diferentes pequenos grupos do que as ligações fortes encontradas nesses mesmos grupos...” (TOMÁS Et al. 2007.p82)

Granovetter argumenta expondo a seguinte situação: Ego tem vários amigos, que têm contatos com outros. Cada um desses conhecidos de ego tem amigos próximos e, por isso, estão enredados na estrutura social. Assim, os laços fracos entre ego e seus conhecidos se tornam, não meramente laços triviais, mas talvez uma ponte crucial entre os dois grupos de amigos próximos.

Indivíduos com poucos laços fracos serão desprovidos de informações do sistema social e estarão confinados às notícias provincianas e às visões de seus amigos próximos. Essa

privação não apenas os isolam das idéias mais gerais, mas também os coloca em posição de desvantagem no mercado de trabalho. Tais indivíduos podem ter dificuldade de se organizar ou de se integrar em movimentos de qualquer tipo. Enquanto membros de um ou outro grupo podem ser recrutados, o problema é que, sem laços fracos, nenhuma idéia, informação ou comportamento se disseminará para além dos grupos. O resultado disso é que a maioria da população estará intacta. As novas idéias se espalharão muito lentamente e os grupos separados por raça, etnia ou geograficamente terão dificuldade de alcançar o “modus vivendi”(Granovetter; 1983, P.202).

Então, uma comunidade completamente compartimentada em facções; em vários focos de laços fortes, de tal forma que as pessoas estão todas amarradas dentro dessas facções e nenhuma têm laços fora delas teria a organização comunitária severamente inibida, argumenta o autor. Folhetos informativos, anúncios em emissoras de rádio ou outro meio de comunicação poderia conscientizar todos em alguma organização nascente. Mas os estudos de difusão e comunicação de massa mostram que raramente as pessoas agem com informação de massa, a menos que tais informações tenham sido transmitidas também através das redes interpessoais (Granovetter, 1973; p.1374). Ou então o conteúdo da propaganda não seria visto como algo que devesse ser levado a sério.

Fica claro que o problema da confiança está aí intimamente relacionado. A confiança que alguém tem em determinado líder depende da existência de um contato pessoal intermediário que possa atestar a confiabilidade do líder e que pode, se necessário, interceder com o líder ou com o seu governo em nome do liderado. Confiar no líder está integralmente relacionado á capacidade de prever e afetar o seu comportamento. Os líderes, por sua vez, têm pouca motivação para se responsabilizarem ou se mostrarem confiáveis para alguém com

quem não têm contato ou conexões indiretas. Então, uma rede fragmentada reduz drasticamente o número de potenciais seguidores (Idem;1374), o que pode diminuir a possibilidade de uma ação coletiva “ecoar” para além dos “muros da rede de laços fortes”.

Isto me fez pensar em quais seriam as características das redes existentes no Aglomerado da Serra que fazem com que elas nutrem as condições sob as quais a eficácia coletiva pode surgir, mas parecem não ser suficientes para o exercício do controle de comportamentos violentos, como homicídios e agressões graves. “A idéia de eficácia coletiva pode depender do funcionamento da interação social e da confiança, mas não requer que meu vizinho ou o policial local sejam meus amigos” (Sampson, 2004,p.161). Mas por que essa interação social e essa confiança (que foram suficientes para a consecução de objetivos relacionados à infra-estrutura), adicionadas à rede de parentesco e amizades que, embora não seja necessária para o surgimento da eficácia coletiva, mas existem no Aglomerado não potencializam a ação coletiva para resolver problemas da segurança local?

2.4 - Capital Social

Existem dois blocos conceituais nos quais o conceito de capital social é desenvolvido. O primeiro bloco está centrado na dimensão individual-utilitária; a relação empática entre pessoas ou grupos. O segundo identifica o capital social com a empatia de uma pessoa ou grupo para com outra pessoa ou grupo, que pode produzir um benefício potencial, vantagem e tratamento preferencial para com outra pessoa ou grupo de pessoas além do que é esperado numa relação de intercâmbio (PRATES et al...2007,P49).

Entre esses dois conjuntos conceituais existiriam inúmeras definições que se movimentam de forma pendular em direção a um ou a outro bloco. Esse movimento pendular

assumiria as feições de três tradições que se destacaram na contemporaneidade por meio de Bourdieu (1986), Coleman (1990) Putnam (1993) e Fukuyama (2001). Essas tradições são a individualista, a normativo-associativista e a interacionista. Bourdieu (1986) argumenta que os atuais ou potenciais resultados estão ligados à posse de redes duráveis mais ou menos institucionalizadas de relacionamentos familiarizados. Significa que o capital social constitui então um agregado de recursos presentes nas relações sociais mais ou menos institucionalizadas, tendo um acordo e reconhecimentos mútuos dos participantes desta interação. As obrigações subjetivas (sentimentos de gratidão, respeito, amizade, etc) produzidas por estas relações criariam e potencializariam o capital social. Assim, o volume de capital social de cada agente depende do tamanho e da intensidade das conexões que ele é capaz de mobilizar a seu favor. Capital social seria então a posse individual de um conjunto de redes duráveis de relações permanentes e úteis. O indivíduo seria o portador de um estoque de capital social que possui um efeito multiplicador sobre os outros tipos de capital, como o econômico, o cultural e o simbólico (TOMÁS, Et AL 2007., 82). Significa que, embora o capital social seja gerado pelas redes de relações sociais, são os indivíduos que delas participam quem usufruem satisfação para interesses próprios, o que coloca Bourdieu dentro da tradição individualista.

Putnam(1993) e Fukuyama(2001) enfatizam o papel dos valores e das normas como definidores de atitudes voltadas para o interesse coletivo, para a “coisa pública” e, portanto, funcionariam como “predisposições comportamentais que minimizam os custos da ação coletiva ou do associativismo”(PRATES et AL.2007.,P.49). Assim, o caráter normativo-associativista estaria no fato de que a internalização de valores cívicos é que impulsionaria a ação cooperativa.

Para Coleman (1990), capital social é resultado das relações entre as pessoas. Aqui a idéia de capital social começa a se deslocar da dimensão individual para a dimensão coletiva, visto que constitui um agregado de recursos sociais (crença na estrutura social, relações de amizade e confiança, dentre outros) que possibilita e facilita a ação dos atores e grupos de atores ou mesmo corporações na busca da realização de seus interesses. Diferentemente de outros tipos de capital - capital físico (aspectos meramente econômicos) e humano (qualificação profissional, formação escolar, etc) -, o capital social surge das relações sociais, não podendo ser medido ou aferido facilmente. O que coloca Coleman como representante da tradição interacionista, na medida em que cria um conceito de capital social com ênfase nas relações sociais e com uma certa neutralidade moral, o que significa que pode ser utilizado para fins que condizem com os valores associados ao bem e ao belo, mas também pode ser utilizado para fins indesejados, possíveis de serem verificados a partir da medida de certos comportamentos sociais. Mas é Putnam (1993) que configurará de vez a dimensão coletiva do conceito, ao defini-lo como “característica” de uma organização social em que redes, normas e confiança facilitam a coordenação e a cooperação em prol da coletividade. Capital social está definido aqui por três fatores inter-relacionados: confiança, normas e “cadeias de reciprocidade e sistemas de participação cívica” - sistemas que permitem as pessoas cooperarem, ajudar-se mutuamente, zelar pelo bem público, promover a prosperidade. Diferente de outros capitais constitui um bem público; não é apropriado privadamente e nem produz resultados individuais”(D’Araújo, 2003:19).

Significa que uma comunidade com alto capital social é capaz de realizar valores comuns e manter o controle social. O capital social então é um atributo da estrutura social em que se insere o indivíduo, não sendo deste modo propriedade de nenhuma das pessoas que dele se beneficiam; é a “amálgama” que mantém as instituições em contato entre si e as

vincula ao cidadão visando à produção do bem comum. Ou seja, quanto mais capital social é herdado na forma de regras de reciprocidade e participação cívica em uma comunidade, maior o nível de cooperação voluntária. Assim, o capital social passa a dizer respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas (Putnam, 1996).

Dessa forma, a idéia de capital social como um corpo de laços sociais entre pessoas, dispostas em redes que se baseiam em normas e confiança para a cooperação em benefício mútuo vem ganhando cada vez mais espaço. Tais formulações parecem definir o contexto comunitário da “eficácia coletiva”, em termos de “expectativas” para a ação dentro da coletividade.

Assim, apossando-se então do conceito de redes sociais no sentido utilizado por Granovetter, e do conceito de capital social utilizado por Coleman(1990), PRATES e seus colegas (2007) tentam explicar a relação entre capital social e eficácia coletiva. Eles querem saber até que ponto o conceito de capital social é útil para a compreensão do fenômeno da ação coletiva. Partido da hipótese de que:

“... a existência de capital social está associada à disponibilidade de canais de comunicação, ou laços fracos, em relação ao entorno político-institucional da vizinhança, constituindo fator determinante da ação comunitária, tendo em vista a melhoria física e social do seu ambiente interno... (PRATES et al.,2007;P52)”,

Os autores concluem que o nível de eficácia coletiva seria afetado pelo grau de poder social existente nas redes(ou seja, se são redes de laços fracos). E que é o capital social, associado à existência de laços fracos, que permite à comunidade ser eficaz em suas ações coletivas, buscando maior acesso a serviços e a benefícios sociais. Significa que “...a condição

de existência de laços fracos aumenta consideravelmente a diferença da relação entre capital social e eficácia coletiva...(Idem, p 56)''.

A partir dessas análises e pensando no fenômeno observado na Vila Cafezal em particular e no Aglomerado da Serra em geral, alguns pontos nos chamam a atenção. É possível identificar dois elementos comuns nas várias definições de capital social: a confiança e rede de relacionamentos. O segundo elemento é mais utilizado nos estudos que propõe tal capital como inerente à esfera das interações entre indivíduos, uma vez que se costuma definir capital social como a posse e a utilização de uma rede de relacionamentos (Neves e Helal,2007;p64;)''.

Mas PRATES e seus colegas (2007) sugerem que o conceito de capital social deve ser diferenciado da idéia de poder social ou de cultura política, dado a redundância implícita. De qualquer forma, a confiança e a coesão, em alguma medida, estão presentes nas variações do conceito. Assim, será que os indivíduos é que estão de posse de um conjunto de redes(e dentre esse conjunto, a rede de traficantes), possibilitando-os acesso diferenciado para a realização de interesses individuais e, por isso, a dificuldade do surgimento (ou da eficácia) da ação coletiva voltada para a inibição de comportamentos criminosos? Será que a ação coletiva encontra entresos para ser eficaz quando o que ameaça a coletividade são comportamentos como tráfico, venda de drogas, homicídios ou agressões graves? Seriam os espaços comandados pelas respectivas gangues caracterizados por um tipo de rede que tende a tomar feições de laços fortes, gerando assim comunidades integradas internamente, mas com pouca capacidade de se conectarem com as demais? Ou ainda, será que isto denota na verdade é capacidade que as relações de parentesco e de vizinhança têm de “relativizar” os comportamentos das gangues?

De qualquer modo, se o capital social pode ser definido como característica de uma organização social em que redes, normas e confiança facilitam a coordenação e a cooperação em prol da coletividade (Putnam, 1993), e se a desorganização social tem a ver com desequilíbrios no grau de sistemicidade dos três níveis de controle (Bursik e Grasmick, 1993,1995), então poderíamos concluir que os laços fracos tendem a criar e manter as ligações fora da comunidade, possíveis laços de nível público que são importantes no modelo sistêmico para manter o controle social formal. Entretanto, os laços fracos também poderiam fornecer meios para que indivíduos (criminosos ou não) e comportamentos criminosos escapem para fora da comunidade. Isso por quê:

“...interpersonal crimes such as homicide are based on social interaction and thus subject to processes of diffusion...most homicides occur among persons known to one another, usually involving networks of association that follow a geographical logic...”(Sampson, 2004, P.164).

3 - AS GANGUES E O MODELO SISTÊMICO: A DISCUSSÃO CONCEITUAL

Depois de um período de proeminência que durou toda a década de 60 do século passado, as pesquisas sobre gangues desapareceram dramaticamente da lista de prioridade dos criminologistas (BURSIK e GRASMICK:1993). Mas no final do século XX e início do XXI, as gangues emergem no centro das discussões, não apenas no meio acadêmico, mas entre os órgãos de segurança pública.

Talvez seja devido à percepção de uma mudança qualitativa na natureza das atividades de gangues durante a última década. Irving SPERGEL (1990), por exemplo, mostrou que as gangues contemporâneas podem ser mais violentas (especialmente por causa do aumento da presença de armas semi-automáticas), mais envolvidas em venda e uso de drogas e com presença marcante em comunidades pequenas do que no passado.

Na década de 70 do século passado, embora houvesse uma impressão de que as gangues estavam longe de representarem um dos principais problemas das áreas urbanas, Walter MILLER(1975) já mostrava evidências de que as atividades de gangues estavam mais violentas do que eram no passado.

Assim, a criminologia tem se caracterizado pelo avanço no paradigma relacionado ao papel da dinâmica dos grupos na etiologia do crime. Hedy BOOKIN e Ruth HOROWITZ (1983) argumentaram que o aparente fim das gangues foi função do domínio ideológico das teorias que focavam a explicação no indivíduo, teorias essas que influenciaram toda a década de 70 do século passado. Como consequência, pouca atenção se deu à dinâmica dos grupos

tão enfatizada nas pesquisas sobre gangues. Contudo, o pêndulo começa a se re-deslocar para os grupos.

Ainda que a literatura atual sobre “gangues” tenha apresentado descobertas importantes, as elaborações teóricas ainda estão aquém das descrições empíricas. Parece não haver consenso sobre o conceito de “gangues” a não ser recorrendo ao caráter coletivo e desviante de suas atividades. É possível que a dificuldade de conceituar teoricamente o que se entende por “ganguê” tenha levado as pesquisas mais importantes sobre o tema a utilizarem as definições dos próprios pesquisados. Assim, desde 1996, um dos mais renomados institutos de pesquisas americanos que trabalham com o tema - o National Youth Gang Center-NYGC- utiliza a definição dos próprios pesquisados para caracterizá-la (James c Howell... et al. 2002)¹⁴. E os relatos dos pesquisados mostraram pelo menos quatro características mais consensual das gangues e dos seus membros: têm um nome; usam cores ou símbolos comuns; reivindicam territórios e cometem crimes juntos. Embora os outros critérios possam variar no tempo e no espaço, o último parece ser universal, sendo utilizado inclusive na jurisprudência para conceituar “formação de quadrilha”¹⁵. Nesse sentido, o comportamento desviante cometido em grupo parece ser o principal elemento para definir “ganguê”; o que parece corroborar a idéia de que os estudos empíricos sobre o tema avançam mais do que as explicações teóricas, visto que se conceitua o objeto pelo seu comportamento.

Ao repararmos a definição de KLEIN (1971), percebemos que não há muita discrepância em relação à definição dos pesquisados pelo NYGC: Um grupo de jovens que a)

¹⁴Ver também: Finn-Aage Esbensen, Dana Peterson, Adrienne Freng & Terrence J. Taylor (2002)

¹⁵ Código Penal Brasileiro, artigo 288: Associarem-se mais de três pessoas, em quadrilha ou bando, para o fim de cometer crimes. PENA: de 1(um) a 3(três) anos. PARÁGRAFO ÚNICO: A pena aplica-se em dobro, se a quadrilha ou bando é armado.

São geralmente percebidos como uma agremiação distinta pelos outros membros de seu bairro; b) Se reconhecem como um grupo (geralmente o grupo possui um nome), e c) têm se envolvido em um número de delinquência que chamam para si respostas negativas dos outros residentes ou de agências que implementam a lei.

É importante atentarmos para o elemento grupal do comportamento delinquente envolvido nas definições tanto de pesquisados específicos quanto de pesquisadores em geral. Um dos principais achados da pesquisa de Shaw e McKay foi que quase 90% dos eventos delinquentes dos dados da Corte Juvenil que investigaram eram cometidos por duas ou mais pessoas. Isto foi fortemente reforçado quando alguns anos depois Edwin SUTHERLAND(1934) desenvolveu a teoria da associação diferencial que enfatizava o crime como um aprendizado grupal. Assim, a presumida natureza grupal do comportamento ilegal parece ser consensual na literatura.

KLEIN (1969), porém argumentou que a existência de dois ou mais ofensores em um único evento criminoso por si só não garante que isso represente uma dinâmica grupal. Ele critica em particular a influência dos dados de Shaw e McKay. Para ele, dados oficiais não determinam se há influência de dinâmica grupal no evento¹⁶. Por causa dessa ambigüidade conceitual, alguns pesquisadores utilizam um termo alternativo, como co-ofensores, para se referirem a eventos em que mais de uma pessoa esteja envolvidas, mas em que a existência da dinâmica grupal não esteja clara. Observemos que Klein não está afirmando que a dinâmica grupal não esteja relacionada com comportamento delinquente. Ele está enfatizando a

¹⁶ O exemplo dado pelo próprio Klein é o de que várias pessoas que não se conhecem podem estar em uma festa compartilhando o uso de maconha quando a polícia chega. A prisão é de várias pessoas envolvidas em um incidente. Mas elas não constituem um grupo no sentido sociológico.

necessidade de reconhecer a distinção entre a noção sociológica de agregação e processos grupais.

Fato é que parece coerente a idéia de que as pessoas provavelmente se engajam em comportamentos ilegais se estiverem próximos de amigos envolvidos em tais comportamentos. Mas muita confusão tem se levantado na literatura sobre gangues, bem como na percepção pública do comportamento de gangues devido ao freqüente intercâmbio entre os termos “grupo” e “gangue”. Se o padrão geral de relacionamento entre co-ofensores é muito mais fluido do que parece, talvez uma distinção primária entre crime de grupo e crime de gangue esteja na dinâmica interna de agregação que pode resultar em evento criminoso. Gangues, de um lado, são agregações altamente desenvolvidas com um relacionamento relativamente extenso. Diferente do grupo, a gangue tem uma organização elaborada, nomes, senso de identidade e se identifica com um território particular. (BURSIK e GRASMICK:1993:118)

Embora os clusters¹⁷ de comportamentos ilegais dentro de um bairro urbano tenham sido reconhecido desde meados de século XIX, a base teórica que mais mencionou a explicação de tal padrão é encontrada na investigação que Frederic THRASHER (1927) fez das gangues de Chicago. E o ponto principal abordado por Thasher é a suposição de que esses grupos se desenvolvam de acordo com características dos mecanismos de processos internos. Em uma posterior abordagem sistêmica, o mais importante desses mecanismos aparecerá na forma da dinâmica do crescimento urbano e a diferenciação que foi enfatizada pelo modelo ecológico de Park e Burgess. O próprio Thasher teria indicado que grande parte das gangues

¹⁷ Entendido como aglomerações de comportamentos específicos espalhados em uma área; conglomerados (Babbie;1999:140).

foi localizada na zona de transição e concluído que essas gangues seriam manifestações de fronteiras econômicas, morais e culturais.

Parece haver um consenso de que o principal processo de definição de comportamento de “ganguê” seja o elaborado por Thrasher, que define como

“...an interstitial group originally formed spontaneously and then integrated through conflict...The result of this collective behavior is the development of tradition, unreflective internal structure, spirit de corps, solidarity, morale, group awareness, and attachment to a local territory...”(1927:49).

Diversos pontos na definição de Thrasher são ressaltados por Bursik e Gasmick(1993). Um deles é o recorte de idade em um período da vida no qual não se é mais criança e nem adulto. As “gangues” refletem então um momento entre a infância e a maturidade. Por isso, esses grupos têm uma vida relativamente curta e gangues compostas de adultos são relativamente raras. Isto não significa que exista uma homogeneidade de idade dentro das gangues.

Também fica claro o recorte espacial. Thrasher se referiu a um bairro localizado entre a área comercial e a área residencial de Chicago. Assim, uma vez que essas áreas eram caracterizadas por bairros deteriorados e por uma instabilidade residencial, o modelo de Thrasher é claramente uma variação da abordagem da teoria da Desorganização Social. As implicações sistêmicas dessa abordagem são claramente evidenciadas em sua discussão¹⁸.

¹⁸ Primeiro ele observou que a delinquência de gangues prevalecia em bairros relativamente pobres e instáveis. Tais características diminuem a capacidade das instituições locais controlarem as atividades de seus jovens, e há um aumento do conflito entre gangues. Enquanto ele considera a família como sendo a principal agência de controle, ele também discute a inabilidade das instituições em constrangerem tal comportamento. Então, todas as três formas de controle sistêmico estão presentes no modelo de Thrasher: privado (a família), paroquial(igrejas

A ênfase na formação espontânea reflete o argumento de que grupos de adolescentes apresentam o potencial para formar gangues e, uma vez que esses grupos surgem de uma interação dentro de grupos primários, eles tendem a se formar nas mediações residenciais de seus membros, em seus bairros. Então, os grupos nas esquinas das ruas representam a base do argumento de Thrasher. A chave para determinar a transição dentro da gangue é o contato com outro grupo (de outro lugar ou de adultos) que expresse desaprovação ou oposição. Isto porque tal conflito pode produzir uma consciência de transição entre o “nós” e o “eles” e desenvolver um senso de solidariedade entre os membros do grupo. A existência de grupos nas esquinas das ruas pode servir como um recurso de proteção de outros grupos no bairro.

É interessante o fato de que atividades delinquentes ou criminosas não são mencionadas na definição de Thrasher. Embora reconheça que tais atividades podem ser facilitadas pelo relacionamento com gangues, ele enfatiza a variabilidade que existe em mais de mil e trezentos grupos que ele definiu como gangue: alguns são bons e outros são maus. Sua abordagem enfatiza a dinâmica social que pode levar a coesão entre os grupos e o desenvolvimento da gangue. Aqui o relacionamento da gangue com a delinquência é a chave da análise. Alguns autores demonstram certo desconforto com essas definições que associam, de um modo geral, os processos estruturais de grupos que cometem crimes com comportamento de gangues. Contudo, Merry MORASH (1983:310) ressalta que essas abordagens se desenvolveram devido as definições legais. Assim, uma vez que as agências implementadoras das leis classificam grupos como gangues se as atividades violentas ou criminais forem a principal atividade, gangues são definições para os grupos que se envolvem

e escolas locais) e público (corrupção e indiferença dos políticos locais e a exclusão dos membros de comunidades pobres da estrutura ocupacional).(BURSIK,1993:120).

em tais atividades. E nesse caso a questão de Thrasher sobre a relação entre os membros da gangue e delinquência se torna tautológica.

3.1 - Dinâmica Comunitária e Atividade de Gangues

Existem pelo menos dois arcabouços teóricos (o Modelo Sistêmico e o da Marginalização Econômica) que identificam dois contextos em que se desenvolvem as atividades de gangues. Parte deles argumenta que as atividades de gangues se desenvolvem em áreas instáveis, institucionalmente fracas e habitadas por classes de baixa renda. Mas a existência de bairros estáveis, bem organizados com atividades de gangues expôs a inabilidade do modelo sistêmico tradicional e do modelo de Thrasher em lidar com isso, fazendo com que a abordagem da subcultura, que depois foi chamada de teoria da marginalização econômica, fosse desenvolvida. Enquanto o modelo tradicional assume que gangues existem em áreas instáveis, a segunda alega que o comportamento de gangues se origina de uma subcultura ou da marginalização econômica. A teoria sistêmica sustenta que existe um consenso geral em relação à avaliação negativa de certos tipos de crime, ao passo que a abordagem da subcultura supõe que algumas comunidades podem até encorajar atividades criminosas. Da mesma forma, enquanto os fatores econômicos têm efeitos indiretos no crime no modelo sistêmico, eles são os fatores principais na tese da marginalização.

Mesmo que Shaw e McKay não tenham considerado especificamente a distribuição do comportamento de gangues, eles destacaram a natureza dos grupos mais delinquentes e de maior atividade criminal por toda sua obra, bem como enfatizaram o grau em que seu modelo completava o de Thrasher.¹⁹ O que eles querem mostrar é que o comportamento grupal tem a

¹⁹ver Shaw, Zorbaugh, McKay, & Cotrell, 1929, cap. I, nota de pé –de- página nº- 10

sua origem na dinâmica comunitária. Nesse sentido, o modelo deles representa uma das mais importantes teorias do comportamento de gangues. Esse reaparecimento das gangues na literatura retira o modelo de Shaw e McKay de um cenário no qual era considerado por muitos criminologistas como historicamente interessante, mas teoricamente irrelevante. Isto se deve, principalmente, à influência da abordagem sistêmica dos bairros e das atividades das gangues.

A principal marca da abordagem sistêmica parece ser o foco na capacidade regulatória que está embutida nas redes afiliacionais, interacionais e comunicacionais dos residentes do bairro²⁰. E um dos pontos-chaves da reformulação sistêmica da teoria de Shaw e McKay, além da proposição em termos das “propriedades das redes”, é a ênfase nas redes públicas de controle. Essa ênfase representa uma tentativa explícita de resolver aquela contradição empírica (entre redes privada e paroquial e atividades de gangues) existente no modelo tradicional²¹. FINESTONE (1976) e BURSIK e GRASMICK (1993) argumentaram que Shaw e McKay falharam em não considerarem o grau em que fatores externos á comunidade (como a provisão de educação e outros serviços sociais, bem como a implementação da lei) podem mediar a habilidade das redes e das instituições de controlarem a ameaça do crime. Segundo esses autores, Shaw e McKey teriam dado a impressão de que a organização interna das comunidades urbanas independe do cenário político e econômico da dinâmica da cidade.

²⁰ Como bem coloca Bursik (2002:74), existem variantes importantes desse modelo, segundo a ênfase colocada em uma ou mais redes consideradas complementares. **a) ABORDAGEM ESTRUTURAL:** focaliza o número de pessoas que estão nas redes formais ou informais (tipo) e o percentual de todas as redes existentes (densidade) e o grau em que as redes ligam vários grupos residentes naquela área (extensão). Um dos mais importantes representantes dessa abordagem é SAMPSON. **b) DIFERENCIAÇÃO FUNCIONAL-** representado por Hunter, (Bursik e Grasmik), com a idéia dos três níveis de controle: privado, paroquial e público. **c) O CONTEÚDO DA TROCA** entre os membros da rede. Sampson também tem explorado a natureza do capital social que pode ser transmitido por toda essa rede e o grau em que isso afeta a eficácia para controlar problemas locais.

²¹ Zatz e Portillos (Apud BURSIK; 2002:75) perceberam que em uma localidade em Phoenix, onde havia os controles enfatizados por Shaw e McKay, o longo histórico de atividades de gangues continuava.

Nesse sentido, Bursick e Grasmick perceberam que a relação entre privação econômica e atividades de gangues era indireta, mas que Shaw e McKay não tinham incorporado a chave que media essa relação, que é: a habilidade para solicitar recursos regulatórios fora da comunidade.

O foco no nível público de controle tem mostrado alguns resultados importantes sobre a dinâmica da formação das gangues. Zatz e Portillos (Apud BURSICK; 2002:75) perceberam que em uma localidade em Phoenix, onde havia os controles enfatizados por Shaw e McKay, o longo histórico de atividades de gangues continuava. Eles tentaram explicar essa anomalia focalizando o nível público de controle. Notaram que os imigrantes mexicanos não sabiam como ter acesso aos recursos públicos que possibilitavam controlar seus filhos e(ou)netos. Da mesma forma, muitos residentes hesitavam em pedir à polícia que intercedesse em conflitos devido ao longo histórico de relações tensas com as agências de implementação da lei, devido à percepção disseminada de que eles não podem contar com serviços públicos. Essa atitude é percebida como parte de uma crença mais geral de que o poder público abandonou essas comunidades nessas áreas. Como resultado, muitos membros de gangues relatam que foi necessário engajar em atividades criminosas por causa do seu papel de “protetores de sua comunidade”.²².

Ocorre é que a coesão entre os grupos leva à formação das gangues. Como a formação das gangues acontece de forma espontânea, dentro dos grupos primários, elas tendem a se

²² Segundo Bursik (2002) ZATZ e PORTILLOS apresentam evidências para considerar a variação em que os residentes de comunidades mexicanas condenam as atividades das gangues completamente. Essa variação aparece associada com gênero, grau de identificação com os valores mexicanos; com o tempo de residência nos EUA e com sucesso educacional.

fixarem em suas comunidades, já que o comportamento grupal tem a sua origem na dinâmica comunitária.

Bairros pobres e instáveis experimentam com mais frequência atividades de gangues, sendo que essa pobreza e essa instabilidade diminuem a capacidade das instituições internas de operarem; minam a sua capacidade de solicitar recursos regulatórios de fora da comunidade. Assim, do ponto de vista do modelo sistêmico da teoria da desorganização social, as atenções devem estar voltadas para os grupos em que os indivíduos se filiam formal ou informalmente e para os grupos com os quais os indivíduos interagem (dentro e fora da comunidade), pois são eles que podem exercer a função regulatória.

Uma questão que parece estar na base dessa discussão é saber se qualquer pessoa se engajaria em atividades criminosas para adquirir recursos caso não fosse efetivamente constrangida. De onde viria esse “constrangimento”? Segundo BURSICK (Idem;77), o “elemento-chave” para tal controle é a transferência do capital que socializa indivíduos dentro de um sistema de valores. Considerando que tal socialização pode ser mais ou menos bem sucedida, presume-se que o que essa socialização não contém é a competição com outros sistemas culturais que encorajam as pessoas a aprovarem a violência. Mas se Bursik e Grasmick não supunham essa competição, está claro agora que a alternativa “código das ruas” seja especialmente relevante para se entender o comportamento das gangues. Trata-se de uma quantidade de regras informais que governam o comportamento interpessoal público, incluindo a violência. As regras prescritas tanto podem regular o comportamento, como prever o modo como se responde aos desafios. Elas regulam o uso da violência e permitem os que são inclinados para a agressão anteciparem o encontro com a situação de violência (Anderson,1994,82). Conhecer os “códigos das ruas” é defensivo; é literalmente necessário

para operar em público. Por isso, mesmo as famílias socializadas em um sistema de normas tradicionais encorajam seus filhos a serem capazes de negociar no ambiente em que imperam esses códigos.

Esses “códigos das ruas” ou “cultura oposicional” coexistiriam com modelos culturais mais tradicionais, mas rejeitariam muitos valores tradicionais de classe média, incluindo valores de “certo e errado” para a vida cotidiana dos membros de gangues e de seus moradores vizinhos.

Essas duas orientações, que Anderson chama de sociedade “decente” e os “códigos das ruas”(Idem,83), organizam socialmente a comunidade e sua coexistência tem consequências importantes para os residentes de periferias sociais, particularmente as crianças que estão crescendo. Na cultura das ruas, respeito é visto quase como uma entidade externa, que é difícil de conseguir, mas fácil de perder e deve ser mantido constantemente.

As regras do código promovem uma estrutura para negociar o respeito. Certa quantidade de respeito evita ser incomodado em público. Ser incomodado em público pode ser não apenas fisicamente perigoso, mas também vergonhoso. A fim de sobreviver, é necessário ser capaz lidar com as adversidades do ambiente da rua. Assim, as crianças aprendem uma lição nas ruas: salvar-se, conseguir por si só o respeito e lutar pelo seu lugar no mundo(Idem, P86).

Dessa forma, membros de gangues, bem como sua vizinhança podem perceber como incômodo, mas justificável algum comportamento que promova proteção de uma real ou

aparente ameaça de violência física, revanche ou retaliação de uma real ou percebida ameaça à comunidade.

O código das ruas seria então uma adaptação cultural frente a polícia e ao sistema de justiça. A polícia muitas vezes é vista como representante da sociedade branca dominante e não protetora dos moradores e habitantes das ruas, guetos ou periferias. Quando são chamados eles podem não responder, o que pode ser razão para muitos moradores sentirem que têm que se prepararem para se defenderem sozinhos contra aqueles que são inclinados para a agressão. O distanciamento da polícia, argumenta Anderson, tem sido incorporado dentro do sistema de status: pessoas que acreditam que são capazes de cuidar de si mesmo são tratados com certa reverência, pois transmitem um senso de controle físico e psicológico (Idem, P82). Então, os códigos das ruas emergem quando a influência da polícia termina e a responsabilidade pessoal com a própria segurança começa.

A proliferação das drogas e a facilidade de acesso às armas criariam um cenário em que é fundamental a habilidade de dominar esses códigos nos espaços públicos.

Uma questão crítica é se “culturas oposicionais” são intrínsecas e persistentes em parte da experiência das classes de baixa renda²³ ou se representam adaptações estruturais de deslocamento de grupos entre os bairros. Alguns teóricos sistêmicos argumentam que essa cultura emerge como resposta à marginalização ocupacional dos residentes de áreas empobrecidas²⁴. A estrutura etária restringiria severamente o grau em que residentes de bairros pobres podem penetrar e ascender dentro de uma estrutura ocupacional. Assim, quando as pessoas não têm uma história de realizações convencionais que estabeleça a

²³ Como veremos posteriormente em Miller (1958)

²⁴ Como em Bankston (1998), ou em Sampson e Lauritsen (1997)

reivindicação por respeito ou honra, baseado em um sistema de valor de sucesso econômico, se envolver em atividades violentas muitas vezes é apenas um caminho para o estabelecimento da identidade de “merecedor de honra e respeito”.

3.2 - Gangues e a Periferia

Recentemente alguns trabalhos discutiram ou tentaram testar teorias que apontam a relação entre características comunitárias e crime em periferias de Belo Horizonte. Silva (2004), a partir de um survey de vitimização produzido pelo Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública da – CRISP-UFMG- em Belo Horizonte, analisa o efeito das medidas de desordem e de coesão social sobre o crime nas comunidades pobres. Embora tenha encontrado altos níveis de coesão social entre os residentes, o efeito dessa coesão pareceu-lhe insignificante sobre as taxas vitimização. Por outro lado, encontrou uma maior percepção de desordem nas vizinhanças mais pobres, sendo que esta medida estava significativamente associada com a vitimização reportada de agressão física e homicídio. Nascimento (2004) tenta perceber se, tal qual argumentaram Shaw e McKay, os fatores históricos, sociais, geográficos, culturais e estruturais estão articulados de forma que expliquem as altas taxas de violência e criminalidade na Pedreira Prado Lopes. A partir do conceito de Capital Social, Júnior (2001) compara duas periferias sociais (Vila Cafezal e Vila Ouro Preto) e encontra uma associação negativa entre capital social e violência contra a pessoa. Em suas análises conclui que a Vila Cafezal possui menos capital social do que a Vila Ouro Preto e que essa diferença de estoque do capital social poderia ser uma das variáveis explicativas da maior taxa de crimes contra a pessoa na Vila Cafezal.

Parece então que a forma como a coesão (presente tanto nas medidas de capital social, quanto na articulação dos diferentes níveis de controle da abordagem sistêmica da teoria da

desorganização social) se articula com o controle social ainda não é muito clara. Devido à influência da teoria do controle desenvolvida no início do modelo sistêmico, havia uma expectativa equivocada de que a efetividade do controle social informal pudesse ser linear, funcionando em toda a extensão e densidade das redes sociais. O próprio BURSİK(2002:79) admite que o maior defeito do modelo de Bursik e Grasmick foi não reconhecer que a extensão dos laços familiares e outras redes poderiam amarrar indivíduos simultaneamente a cidadãos comuns e a membros de gangues. Devido às redes pessoais com membros de gangues, alguns residentes são relutantes em acionar a polícia para intervir no que eles percebem como um problema local. Por isso, essa relação dos “honestos” com os membros de gangues pode levar à indisposição para o controle. Parece então que o controle do comportamento das gangues deriva dos grupos primários e existem diferenças significativas na maneira como esse controle opera.

Apontando em uma direção semelhante ROSE e CLEAR (Apud BURSİK;2002:80) argumentam que o encarceramento de ofensores locais pode ter um impacto debilitador e transferir capital social por todas as redes de controle social informal, ou seja, a efetividade do exercício do controle sistêmico em um nível pode diminuir a efetividade do controle sistêmico em outros níveis. Talvez isto sugira que o alvo central não só para entender o comportamento de membros de gangues, como para intervir nas atividades das gangues sejam as redes privadas, principalmente, e paroquial. Isto porque as redes precisam ser significativas para os seus membros. E HIRSCHI (1969) sustenta que os constrangimentos ao comportamento ilegal são mais fortes quando existem vínculos significativos entre constrangidos e constrangedores. Assim, dado a intensidade das interações pessoais característica das redes privadas, o controle social que é exercido dentro desses relacionamentos teria efeito muito mais forte no comportamento do que o que ocorre em interações mais impessoais. Ou seja, o controle

sistêmico que emana de interações impessoais pode ser menos efetivo para as atividades de gangues que surgiram de grupos primários. Mas muitas correntes do modelo sistêmico tendem a ser pouco desenvolvida para analisar a natureza da dinâmica dessas redes. E o que Bursik (1993) sugere é uma melhor reformulação do padrão de modelo de tomada de decisão da teoria do controle que assume que as motivações para o engajamento em comportamentos desviantes e criminosos são essencialmente individuais. Isto significa que a chave para se entender o potencial membro de gangue são os custos de se envolver nessas atividades. Isto é, a “percepção dos benefícios de se envolver” tem sido eliminada da equação. Dado a inserção dual de muitos membros de gangues em redes lícitas e ilícitas, esse é um erro crítico. Nesse sentido, algo que problematiza o modelo sistêmico e que não foi contemplado pelos três níveis de controle é o fato de que os residentes são relutantes em utilizar mecanismos públicos de controle quando têm relações pessoais com os membros das gangues.

Isto aparecerá de forma mais explícita nos modelos culturalistas representados, dentre outros, por Merton (1938), Durkheim(1995), e Sutherland(1934)), que discutem em termos de uma socialização bem sucedida de uma subcultura dissidente da cultura dominante. E nesse sentido, o que é desviante é a cultura e não o indivíduo.²⁵

HAGEDON (1988) identificou duas principais formas nas quais a teoria da subcultura²⁶ aborda as gangues na literatura criminal. A primeira abordagem é feita por Albert COHEN (1955) e Walter MILLER (1958) que enfatizam os processos que fazem com que tais

²⁵ Há controvérsias em torno da classificação de Merton e Sutherland dentro da perspectiva da subcultura. Mas em nossa opinião, uma vez que o desajuste entre metas culturais e meios institucionais leva a formas de adaptações, e que o comportamento criminoso é fruto de aprendizado, os elementos para tais adaptações, bem como para o aprendizado podem ser percebidos como dimensões da subcultura.

²⁶ O conceito de subcultura violenta foi elaborado por Marvin WOLFGANG e Franco FERRACUTI(1970) para analisar a violência interpessoal e o homicídio. Posteriormente, passou a ser utilizado para se referir à valores culturais que se afastam da cultura dominante.

grupos emergem e define “ganguê” em termos de reação a problemas de status social, enquanto Richard CLOWARD e Lloyd OHLIN (1960) atentam para a interação entre as estruturas de oportunidades legítimas e ilegítimas. Na verdade, o pressuposto explícito é o de que as normas sociais são “moedas de duas faces”. A sanção implica a existência de uma proibição e vice-versa. Assim, as normas que definem a legitimidade definem também, implicitamente, a ilegitimidade. Significa que uma norma proposta é, na verdade, um delineamento do limite entre o legítimo e o ilegítimo. Nesse sentido, a existência desse limite segrega e classifica vários tipos de comportamentos. Mas o limite nos faz despertar para o comportamento tido como correto e legítimo, bem como o comportamento tido como errado e ilegítimo. Assim, parece possível pensar que o criminoso que se engaja no crime, bem como qualquer outro comportamento desviante, não inventa uma nova maneira de viver. De forma tácita a possibilidade de empregar meios alternativos é admitida, delineada pelas com as normas da cultura dominante. As alternativas de que se vale vieram da própria cultura, através das normas prescritas.

Analisando a cultura de classe baixa MILLER (1958) seleciona um tipo específico de delinquência (atos de violação da lei cometidos pelos adolescentes de classes baixas) para mostrar que a motivação destes atos está na tentativa de atingir padrões de valores definidos na própria comunidade de que fazem parte. Assim, existiria um conjunto de elementos culturais, até certo ponto fechado em si mesmo, diferente (mas não antagônico) do sistema cultural das classes médias.

A idéia de Miller é tentar perceber quais influências as “preocupações focais da cultura de classe baixa” exercem no comportamento cotidiano e na forma de enfrentar os desafios da vida (BURSIK e GRASMICK, 1993:134). Tais representações focais referem-se a

um modo de vida, a um conjunto de valores e de padrões de comportamentos específicos, próprios das classes de baixa renda e são objetivados nos seguintes focos: problema, dureza, astúcia, excitação, e destino (idem). O mais importante nessa definição de “cultura de classe baixa” é o peso, a hierarquia, bem como a intensidade com que cada elemento é observado pelos membros da classe (Magalhães, 1996).

A primeira preocupação dos membros da classe baixa, segundo Miller, é de “ter um problema”. E uma das dimensões desse “problema” aparece no comportamento que chama a atenção das autoridades oficiais ou das agências que implementam a lei e a ordem. Para os homens significaria brigas ou aventuras regadas com álcool ou, mais atualmente com drogas. Para as mulheres seria o envolvimento sexual desvantajoso e arriscado. A idéia é “não criar problemas”, o que é muito diferente de um comprometimento com padrões culturais e morais. O comportamento é limitado pela intenção de “não criar problemas”. Assim, argumenta Miller, a reputação dos indivíduos dentro da comunidade está relacionada com a sua capacidade de evitar ou não “problemas” em situações específicas. Cabe notar que a boa reputação aqui nem sempre vem da capacidade de não se envolver em problemas. Isto significa que às vezes pode ser imperativo que o indivíduo se envolva em comportamentos ilegais para manter ou adquirir prestígio.

Outra preocupação dos membros da classe baixa, que seria expressa na demonstração de força física, habilidades atléticas e de todos os elementos pertencentes ao universo masculino é a **dureza**. Nesse sentido, a gangue tem um papel central no cotidiano dos jovens inseridos nas comunidades. Miller Argumenta que uma vez que a maioria das famílias das classes de baixa renda é chefiada por mulheres, pertencer a uma gangue em que os membros são homens promove a primeira oportunidade de aprender aspectos do papel masculino em

um contexto de compartilhamento de problemas que fazem emergir a identidade de sexo masculino. Assim, os grupos de jovens de classe baixa se estruturam, geralmente, de forma a comportar apenas pessoas do mesmo sexo. As aglomerações então se orientam por faixas etárias e gênero, uma vez que tais grupos representam o principal foco psíquico e a principal referência para os adolescentes. Esse argumento, em parte, está na direção da suposição de Sutherland (1934), em que a parte principal do aprendizado do comportamento criminoso ocorre dentro de grupos etários.²⁷ Fazer parte de um grupo promove o contexto que cumprirá funções não atendidas por outras instâncias. O grupo da rua, principalmente para os adolescentes do sexo masculino, aparece então como o principal (algumas vezes o único) grupo primário no qual o adolescente pode se integrar e encontra referências masculinas.

Coulon(1995), baseando-se na obra de Trasher de 1927, afirma que a vida no interior de uma gangue é muito mais excitante para um rapaz do que a que lhe pode oferecer o ambiente familiar ou social. Segundo Trasher, se os jovens se tornam membros das gangues é porque trazem em si uma energia sem uso que nenhum “modelo social desejável” é capaz de controlar, mas que tem ocasião de se expressar nas gangues de maneira mais livre e mais espontânea, deixando evidente que o surgimento das gangues depende de contextos específicos, dentro dos quais estão os encontros espontâneos entre o jovem e o grupo da rua. Isso parece evidente em algumas periferias de Belo Horizonte com grande percentual de famílias monoparental feminina, em que as mães implicitamente incentivam as interações do filho com os colegas de rua, “adotam” os colegas dos filhos e se tornam amigas das mães dos colegas de seus filhos. Essas mães passam a se encontrar com regularidade, se visitam e se solidarizam com o assassinato de seus respectivos filhos. Mesmo essa solidariedade entre as mães dos membros de gangues parece cumprir funções importantes para essas mães, visto que “...aos poucos, a gangue usurpa o tempo habitualmente dedicado á escola e ao trabalho e,

²⁷ Posteriormente, Richard A. CLOWARD e Lloyd e OHLIN (1960) irão evocar o papel do contato entre faixas etárias diferentes para o aprendizado do comportamento criminoso.

suplantando a família, a igreja e o trabalho, torna-se o principal interesse do jovem...”

Trasher, Apud (Coulon, 1995, p65).

Enquanto habilidade de se conquistar um objetivo culturalmente valioso dentro do grupo, a **astúcia** é a terceira preocupação focal. É uma habilidade mais mental do que física. Aqui, a inteligência, a astúcia e a capacidade intelectual são atributos importantes, embora não estejam atrelados ao domínio do conhecimento formal. É essa astúcia, aliada à dureza, que se espera de um líder de gangue. Talvez por isso, mostrar compaixão, perdoar ofensas, dívidas, delações ou traições podem “minar” mortalmente a autoridade de um líder de gangue.

A **excitação** é outro foco que, segundo Miller, compõe a cultura de classe baixa. A busca de fortes emoções e de excitações, o gosto pelo jogo, bem como o consumo de álcool e drogas aparecem como um elemento importante na análise do autor. No entanto, parece que a habilidade de coordenar essa dimensão da excitação com a de sobriedade é extremamente valorizado²⁸ pelos pares e respeitado pelos rivais.

A noção que a classe de baixa renda tem de **destino** talvez seja uma das principais formas de expressar como ela percebe a estrutura de oportunidades. Aqui, destino aparece aliado à idéia de sorte e fortuna (no sentido maquiavélico). É a crença difundida de que não adiante fazer esforços para conquistar metas, visto que as cartas estão marcadas. Se a sorte estiver com você, as coisas acontecerão, o sucesso virá. Se não tiver, não adiante trabalhar (Magalhães, 1996).

²⁸ Isto parece ficar claro quando se observa, dentro das comunidades, o lugar social ocupado pelos viciados em drogas ou em álcool, vulgarmente conhecidos como “noiados” ou “bebuns”.

Por fim, Miller argumenta que os membros da classe baixa repudiam qualquer coisa que percebem como constrangimento ou limitador da liberdade. Por isso, a **autonomia** é um valor muito estimado, expresso em frases como “não preciso de ninguém”, “sei me cuidar sozinho”, “eu sei o que estou fazendo”. Apesar disso, argumenta Miller, o comportamento desses indivíduos demonstra certa atração por instituições que limitam a liberdade. Assim, pessoas de classe baixa procuram as Forças Armadas, hospitais ou instituições correcionais. Comentam sobre as restrições que sofreram lá, mas estando fora, cometem atos que os levarão de volta. Uma questão para se pensar é se os atos que os levam de volta são reflexos de uma “atração” ou “dependência” dessas instituições, como quer fazer parecer Miller; se são os únicos meios disponíveis para eles transitarem na dimensão social, ou ainda se são apenas, como o próprio Miller sugere consequência de atos que nada mais são do que subprodutos das preocupações focais.

Wolfgang e Ferracuti (1982:101) argumentam que uma vez que os valores podem ser identificados em termos de expectativas de comportamento, a conduta é uma manifestação externa de valores compartilhados. E Miller teria inferido a existência das “preocupações focais” baseado nisso. O que ele quer mostrar é que o pertencimento aos grupos por faixas etárias e gênero está vinculado à demonstração de conhecimento e da predisposição para aceitar e introjetar os padrões e valores que são mantidos pela comunidade. Nesse sentido, o indivíduo é assimilado agindo de acordo com as “preocupações focais”, sendo que, às vezes, renunciar ou violar os valores da classe média é um preço a pagar para não sofrer punições (ainda que simbólicas) de seus pares.

Mas “em um ambiente onde os valores mantidos pelas classes sociais são diferentes, a conformidade dos membros da classe baixa com os seus próprios valores pode parecer uma

afronta aos padrões da classe média. No entanto, para Miller, violar os valores da classe média cometendo crimes e delinquência não é o principal objetivo dos atos, mas um subproduto de ações voltadas exclusivamente para um sistema de “preocupações focais” da classe baixa”. (Magalhães, 1996, p75)

Mas se Miller considera as características subculturais da classe de baixa renda como uma expressão de normas e valores que integram os indivíduos, Cohen, Cloward e Ohlin mostram que essas características surgem em respostas à rejeição de características particulares da cultura dominante de classe média. Uma vez que essa rejeição é assumida devido à frustração que surge quando as oportunidades são limitadas para os membros da classe baixa, essas duas abordagens combinam a dinâmica estrutural com a dinâmica cultural para abordar o problema das gangues.

A relação entre frustração de metas e a formação de gangues é central no trabalho de CLOWARD e OHLIN(1960) e o foco na distribuição social de oportunidades legítimas para o sucesso econômico é uma importante re-leitura da Teoria do Desvio de Robert MERTON(1938). A questão subjacente aqui é “como seria possível sustentar que sociedades contemporâneas e urbanas têm uma hierarquia comum de metas e valores culturalmente transmitidos e estruturalmente induzidos, como sugeriu Merton”? Assim, uma vez que a maioria dos crimes são cometidos por grupos de pessoas que compartilham valores, as gangues surgem da interação de um número de adolescentes frente à problemas similares de status e que envolvem modos similares de adaptações(COHEN;1955:59). Essa interação, então, levaria ao desenvolvimento de “grupos padrões” que refletem essa estrutura de referência e a emergência da subcultura (Idem:65). E nesse sentido, o que a conexão entre delinquência e subcultura mostra é a relação diferencial no acesso a meios legítimos dentro da

classe baixa. Assim, subculturas delinquentes surgem dentro das gangues desde que as formas particulares de comportamentos ilegais são semelhantes aos valores da comunidade em que essas gangues estão inseridas e tais comunidades apresentam sistemas de valores autônomos. Isto significa que as gangues emergem dependendo do grau em que as estruturas de oportunidades convencionais e ilegítimas estão integradas²⁹.

O que os autores parecem querer mostrar é que os procedimentos legítimos, bem como as alternativas legítimas, são disponíveis de forma diferenciada, apenas em circunstâncias específicas e exigem certas condições para proliferarem. Em outras palavras, papéis, conformistas ou desviantes, não são disponíveis livremente. Acessá-los dependeria de uma série de fatores, como posição sócio-econômica, idade, sexo, filiação étnica e até características de personalidade. Nesse sentido, Cloward e Ohlin sugerem que a transmissão de tradições criminais, bem como o recrutamento de jovens adolescentes para as atividades ilegais é mais facilitada em áreas onde diferentes grupos de idade estão integrados. E, obviamente, em áreas em que existam criminosos. Isto porque a natureza das oportunidades ilegítimas depende do relacionamento que existe entre os ofensores novatos e os sofisticados e do grau em que essas pessoas estão integradas com os moradores de dentro da comunidade (BURSIK e GRASMICK, 1993:137), já que cada indivíduo ocupa uma posição não só na estrutura legítima, mas também na ilegítima. Significa que duas das variáveis principais analisadas pelos autores é a existência de relações entre criminosos de faixas etárias diferentes e uma estreita integração entre carreiras convencionais e ilegítimas. Primeiro porque há um

²⁹ Cloward e Ohlin definem três resultantes das variações dessa integração (1960:161-186): a) Subculturas criminais: em que as atividades de gangues são orientadas para obterem renda e são mais comuns em comunidades em que são próximos os limites entre faixas etárias diferentes (ou seja, a variação de idades não é muito extensa) e entre residentes convencionais e criminosos; b) subculturas conflitantes, em que o uso efetivo da violência é fonte de status dentro do grupo e tende a surgir em comunidades de faixa etária mais baixa e severas limitações de comportamentos convencional e criminoso e, finalmente; c) subculturas retraídas, em que o consumo de drogas é enfatizado. Geralmente surge entre jovens que vivem em comunidades que não tiveram sucesso em atividades convencionais e nem criminosas, ou então entre jovens que moram em áreas desorganizadas em que os membros são incapazes de conseguir status por meio de atividades violentas.

processo de socialização, de aprendizado gerenciando as atividades criminosas. A integração entre criminosos mais jovens e novatos e mais velhos e experientes permite aos primeiros adquirirem técnicas e valores necessários para a carreira criminosa. Segundo porque o ambiente que estimula a orientação para o crime se caracteriza pela estreita integração de “carreiras” regidas por valores convencionais com outras “carreiras” regidas por valores ilegítimos. Assim, se o conteúdo de uma subcultura delinqüente depende do tipo de estrutura social na qual ele se desenvolve, o tipo de comportamento adotado pelo indivíduo depende de qual tipo de atividade é tolerada (e disponível) pelo segmento da estrutura social a qual pertence. Cloward e Ohlin sugerem então que se uma localidade não dispõe de meios ilegais ou criminais disponíveis não podemos esperar dali uma subcultura criminal, visto que a adesão a meios ilegítimos, bem como os tipos de meios ilegítimos, depende de uma série de constrangimentos sociais. Um ambiente propício para a atividade criminosa, argumenta os autores, onde esta atividade está estabelecida, provavelmente desenvolve uma subcultura. Nesse sentido, é o meio subcultural que vai possibilitar a integração de criminosos maduros com os neófitos, dará suporte para que os delinqüentes novatos adquiram os valores (bem como as técnicas) necessários para o “mundo do crime”. Além disso, a subcultura que representa valores diferentes (mas não necessariamente conflitantes) dos valores dominantes possui modelos de sucesso particulares e autônomos. Assim, quando adultos atingem o sucesso através de meios ilegítimos tornam-se mais visíveis para os jovens que por isso, procuram se aproximar e se relacionar com esses adultos³⁰.

Existem diferenças entre o modo de adaptação ilegítima disponível de acordo com o estrato social ao qual o indivíduo pertence. E uma vez que a estrutura social funciona como

³⁰ A respeito disso é exemplar a narrativa de NASCIMENTO (2004), em que os pré-adolescentes da Pedreira Prado Lopes passam grande parte do tempo nas esquinas das ruas, pretendendo ser escolhidos pelos traficantes para fazerem pequenos favores (como comprar refrigerantes, cigarros etc) e o quão felizes ficam quando os traficantes os chamam pelos nomes.

uma barreira que impede a integração de pessoas de classes sociais diferentes, as metas próprias da classe média podem não parecer atraentes para os jovens de classe baixa. E se as adaptações ilegítimas necessitam de um ambiente específico para prosperar, a subcultura pode fazer com que o criminoso bem sucedido apareça como um modelo de conduta mais próximo e mais atraente.

Isto significa que o conceito de “estrutura diferencial de oportunidade” permite unir a teoria da anomia mertoniana, que reconhece o diferencial de acesso a meios legítimos, com a “tradição de Chicago”, em que a idéia de acesso diferencial aos meios legítimos e ilegítimos está implícito (Magalhães, 1996). Nesse sentido, os autores conseguem relacionar o indivíduo ao sistema legítimo e ilegítimo simultaneamente, na medida em que estão tentando perceber como a avaliação das oportunidades ilegítimas afeta a adaptação conduzindo ao comportamento desviante. E para eles, a maneira que os problemas de adaptação são resolvidos pode depender do tipo de suporte que algumas atividades ilegítimas recebem em diferentes pontos da estrutura social. Neste caso, como mostram Cloward e Ohlin(1960), a estrutura social fornece ao indivíduo o material e o habilita, exatamente como faz com o médico, o advogado, o professor etc. O comportamento desviante então é aprendido e em interação com outros comportamentos legítimos.

SUTHERLAND (1934) reconhece que mesmo que o comportamento criminoso tenha o seu “motor” na associação com padrões criminais e com técnicas aprendidas, é preciso considerar as oportunidades de classes específicas que dão origens a comportamentos também desviantes, como estelionatos, peculatos etc. Mesmo nas classes baixas o comportamento criminoso precisa ter condições favoráveis para ser aprendido e exercido, condições essas que dependem dos traços da estrutura social da comunidade e dos traços psicológicos do ofensor.

Assim, embora padeçamos da falta de dados que nos permitem caracterizar as gangues, isso não parece ser um problema maior, já que as pesquisas estão muito mais interessadas em identificar e analisar processos que originam esses grupos do que generalizar suas características. O que não significa negar a importância de se identificar as principais características desses grupos, visto que durante muito tempo as gangues têm sido identificadas muito mais pela sua notoriedade dentro da comunidade, pelas circunstâncias que chamam a atenção dos pesquisadores ou por sua localização dentro de uma comunidade em particular. Pensamos que a importância da cultura da comunidade local e da estrutura de oportunidades econômicas não devem ser superestimadas e talvez devêssemos atentar para deficiência das relações entre as gerações, bem como para as interações ambíguas entre moradores e membros de gangues. Talvez tais interações estejam impossibilitando a transformação da coesão social em eficácia coletiva. Por isso, a questão que nos colocamos é por que a coesão social, existente no Aglomerado da Serra, não se transforma em controle social dessas gangues; ou em eficácia coletiva? Por que, apesar da coesão, a comunidade do aglomerado parece ainda ter dificuldades para controlar o comportamento de seus membros? Sampson deixa claro que a existência de coesão social não implica necessariamente eficácia coletiva e coloca a “predisposição coletiva” de intervir em conflitos reais ou percebidos como uma das condições essenciais para se transformar coesão em eficácia. E nos perguntamos por que essa “predisposição” não faz parte do cotidiano dos moradores do Aglomerado da Serra. Em que medida o medo se traduz em enfraquecimento do controle social? Ou ainda até que ponto esse medo inviabiliza o surgimento da eficácia coletiva no Aglomerado da Serra?

4 - OBJETIVOS

Desde “As Regras do Método Sociológico”, publicado em 1895, até os mais recentes estudos da criminalidade, uma explicação alternativa á idéia de que as características individuais, bem como classe social, não podem ser as variáveis causais do crime tem se destacado entre os que se debruçam sobre o tema. Nessa perspectiva, de um modo geral, o fenômeno é localizado em categorias coletivas e, mais recentemente, atentou-se para a relevância das características tanto do ambiente físico quanto características estruturais de certas comunidades na explicação do crime(Gunn, 1998; Land e Conhen, 1990; Shaw e McKay, 1942). Paixão (1990), discutindo o tipo de relação existente entre crime e classe social, se pergunta o que é aparência e o que é real quando se tem um evento criminoso. Segundo ele um crime indica uma dimensão não observável do comportamento: uma motivação. O sentenciamento de seu autor serve a propósitos que não estão diretamente envolvidos com o evento: ora a dissuasão de outros autores potenciais, ora a realização bem-sucedida de um ritual de coerção normativa. Assim, o evento criminoso é muito maior do que parece ser, pois indica outras dimensões da realidade que a observação causal do que aconteceu não consegue perceber. Em outras palavras, o crime extrapola a cena do crime espacial e temporalmente. Isto significa que, de fato, a aparência da desordem expressa no evento criminoso, bem como na reação das massas esconde uma realidade de hiatos sociais que separam elite e massas. O crime revela problemas estruturais, mesmo que não estejam explicitamente vinculados à estrutura.

É inegável, porém, que eventos criminosos ocorridos em periferias fazem surgir um cenário no qual algumas facetas são ampliadas (como a idéia de que a marginalização do mercado econômico é também exclusão em relação aos valores da civilização), outras facetas

são obscurecidas (como a densidade organizacional e a intensidade da vida associativa entre os moradores de aglomerados). Mas o que se processa na interação entre moradores e membros das gangues que “neutraliza” os mecanismos que fizeram surgir a coesão direcionada para as demandas de infraestrutura? O mesmo associativismo (ainda que informal) que garantiu benfeitorias na configuração urbanística do Aglomerado da Serra não se traduziu em mecanismos de controle de conflitos e da violência local. O que conduz a indagação teórica sobre “em que medida variados graus de capital social efetivamente se traduzem em um processo de eficácia coletiva (Beato Et al. 2009). Estamos interessados em entender por que a concentração de desvantagens (Sampson, 2004) não consegue minar a coesão, mas parece minar a eficácia coletiva.

A nossa suspeita é que o funcionamento dos níveis paroquial e público de controle não se traduz, necessariamente, em eficácia coletiva. Suspeitamos que a existência de uma conexão entre as organizações formais da comunidade e as instituições externas à comunidade não se transformaram em mecanismos de controle dos comportamentos dos jovens; pelo menos em um Aglomerado de Belo Horizonte. Este parece ser o cenário do Aglomerado da Serra.

O Aglomerado da Serra é uma das regiões de Belo Horizonte que mais possuem “aparatos urbanos” e cuja vida associativa, comparada com outras regiões, é uma das mais intensas. Apenas para se ter uma idéia, basta lembrar que em apenas dois anos (de 1998 a 2000), por meio do Orçamento Participativo, o Aglomerado possuía 34 obras aprovadas que aguardavam apenas a finalização do Plano Global Específico para serem iniciadas.³¹ Soma-

³¹ Pg.32 da edição final do PGE. A partir de 1998 o Plano Global Específico passou a ser uma condição para a execução das obras aprovadas nos Orçamentos Participativos. Assim, dessas 34 obras que aguardavam a finalização do Plano, 3 eram da Vila Santana do cafezal, 9 da Vila Maçola, 8 da Nossa Senhora da Conceição e

se a isso o papel importante desempenhado pelos “grupos de referências” (membros da comunidade) que fizeram a mediação entre o poder público e a comunidade na divulgação, elaboração e implementação do Plano Global Específico do Aglomerado da Serra (PGE Aglom. Serra, 1998:16). Assim, parece-nos que a conexão entre as associações comunitárias e o poder público, bem como entre elas e Organizações não Governamentais é bem mais visível do que era de se esperar para um local que enfrenta sérios problemas de violência e criminalidade. Contudo, as questões que nos inquietam são: quais os níveis de coesão social no Aglomerado da Serra? Se existem níveis consideráveis de coesão social, por que não se traduzem em eficácia coletiva? Os modelos de família estariam associados com o controle social? Se sim, até que ponto?

Nesse sentido, queremos descobrir e analisar é o tipo de rede existente no Aglomerado da Serra que o torna tão visível no que diz respeito à reivindicação de infra-estrutura, e tão pouco eficaz no que se refere ao controle social efetivo.

De acordo com Sampson (2003:120), controle social refere-se, geralmente, a habilidade de grupos em regular seus membros de acordo com princípios desejados coletivamente. Nesse caso, focaliza os mecanismos informais em que os próprios residentes procuram promover a ordem pública. A meta central é o desejo de viver em um ambiente seguro, livre do crime predatório, especialmente a violência interpessoal. E se, como argumenta Sampson, a predisposição dos residentes locais de intervir para o bem comum depende em grande parte das condições de confiança e solidariedade mútuas entre os vizinhos, então a coesão provê um contexto fértil para a realização do controle social informal e, nesse caso, é a ligação entre a confiança mútua e a predisposição (ou a boa vontade) de intervir para o bem comum que define o contexto comunitário da eficácia coletiva.

14 da Vila Nossa Senhora de Fátima. Apenas as Vilas Nossa Senhora da Aparecida e Novo São Lucas não possuíam obras aguardando.

Contudo, parece que essa predisposição de intervir depende do tipo de interação que produz a confiança mútua. Parece que a idéia de “ambiente seguro” não tem o mesmo significado, não é consensual entre os moradores do Aglomerado da Serra. Talvez essa falta de consenso se deva às variações de intensidade nas interações que cada morador desenvolve com os membros das gangues.

A nossa hipótese então é a de que o contexto comunitário da eficácia coletiva não se realiza devido ao tipo de conexão existente entre moradores e membros de gangues. As relações de parentesco entre moradores e membros de gangues, bem como os laços desenvolvidos entre eles minam a predisposição de intervir em momentos cruciais de criminalidade e violência.

5 - METODOLOGIA

Em toda a literatura discutida até aqui fica evidente o enfoque na subcultura ou nas estruturas comunitárias na explicação do crime. Tais focos se perguntam sobre como a estrutura da comunidade e/ou a cultura produzem taxas diferenciais de crime. Que características da comunidade estão associadas às altas taxas de violência? Estão as comunidades salvas ou não por causa das pessoas que residem nelas ou por causa das propriedades comunitárias em si mesmas? E, possivelmente a mais importante, o que a mudança da comunidade pode trazer em relação à mudança nas taxas de crime.

Assim, tanto um enfoque quanto o outro nos levaram ao Aglomerado da Serra para tentar entender um fenômeno em que a coesão social experimentada pelos moradores é também acompanhada de uma intensa atividade de comportamentos criminosos atribuídos a gangues, bem como de pouca predisposição dos moradores de intervir neste cenário. Em tais comportamentos destacam-se os crimes contra a pessoa, o tráfico e uso de drogas. O conceito de crime contra a pessoa está disposto no Código Penal Brasileiro (1999), nos capítulos de 1 a 6 e embora seja definido como todo aquele que atenta contra a vida humana³², estamos interessados basicamente nos crimes definidos nos capítulos 1 e 2: homicídios e lesões corporais. O homicídio pode ser simples, qualificado, culposo ou induzido, além do auxílio ao suicídio, infanticídio e aborto. O crime de lesão corporal pode ser grave, lesão corporal seguida de morte ou lesão corporal culposa (CPB.p77-81).

³² Os crimes contra a pessoa ocupam do artigo 121 ao 154 do Código Penal Brasileiro, nos quais estão incluídos desde calúnia à violação de correspondência.

Não é a nossa intenção aqui analisar a distribuição espacial do crime no Aglomerado, muito menos em Belo Horizonte, o que implicaria num deslocamento da análise dos criminosos para o delito. O que pretendemos analisar são algumas características comunitárias do Aglomerado da Serra que poderiam estar relacionadas a tipos de delitos específicos: crimes contra a pessoa. A questão que nos serve de norte é “por que a coesão social não se transforma em eficácia coletiva no Aglomerado da Serra”. Isso se deve a uma “subcultura regional da violência”? Ou a algum tipo de interação entre os criminosos e alguns atores que não estão envolvidos necessariamente com o crime, mas usufruem de alguma forma dessa dinâmica?

Para descrever a população alvo de nossa pesquisa utilizamos o banco de dados do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP) /UFMG e o cadastro da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL)/PBH; além de um questionário que elaboramos com o intuito de operacionalizar os conceitos de coesão social e eficácia coletiva. Este último aplicado apenas em uma das 6 vilas que compõem o Aglomerado da Serra: A Vila Santana do Cafezal. O que nos chamou a atenção para essa vila, bem como os critérios da amostra, será explicado posteriormente. O banco de dados do CRISP é constituído de informações fornecidas pelas polícias militar e civil de Minas Gerais, pela Fundação João Pinheiro, prefeitura municipal de Belo Horizonte, IBGE, dentre outros. O banco de dados da URBEL é fornecido pelo IBGE e por pesquisas próprias na área de habitação. A seguir, veremos como os técnicos da URBEL desenharam a amostra a partir da qual desenhamos a nossa.

6 - ESTATÍSTICA DESCRITIVA

A estatística descritiva baseou-se exclusivamente nos registros da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte-URBEL, registros contidos no o PGE- Plano Global Específico. Assim, a partir de três procedimentos básicos, os técnicos da URBEL construíram assim o plano amostral:

1) O Universo da Pesquisa, que por determinação dos técnicos seria os domicílios residenciais e os mistos, estes definidos como aqueles que abrigam residência e algum tipo de atividade econômica em um mesmo espaço físico. Isto, por considerarem que essas categorias forneceriam maior número de dados para análise, já que apresentariam informações relativas às famílias residentes. Além disso, os dados sobre as demais categorias de domicílios poderiam ser detectados através do conteúdo do questionário.

2) O Tamanho da amostra da pesquisa do Aglomerado da Serra foi fixada em 800 (oitocentos) domicílios. Com este número de domicílios, a margem de erro é de 3,46%, sob o nível de confiança de 95%. Isto significa que, em 100 estimativas amostrais, 95 delas estarão compreendidas dentro do intervalo de confiança, podendo variar em 5% para mais ou menos, com erro máximo de 3,46%. O cálculo leva em consideração uma população infinita. Porém, os técnicos optaram por não ajustar o valor para população finita, como é o caso do Aglomerado da Serra, por vários motivos. Um deles é que valor de n (tamanho da amostra) foi definido anteriormente ao de d (erro de amostragem). Normalmente estas decisões são tomadas em ordem inversa, e, segundo, porque o tamanho da amostra é menor do que 5% da população total, o que, segundo os técnicos indicaria que a correção seria pouco significativa em termos do número de entrevistas e da margem de erro. Importante frisar que além do erro amostral previsível pela teoria estatística, em qualquer procedimento de pesquisa há,

potencialmente, outras fontes de erro, como erros não-amostrais. As fontes mais freqüentes para estes são os casos de “não-resposta” em qualquer variável da pesquisa e algum desvio na coleta dos dados ou no processamento dos mesmos.

3) O desenho amostral. O modelo de amostra escolhido foi uma amostragem representativa de cada uma das 6 vilas que compõe o Aglomerado da Serra, nas quais foi feito um sorteio sistemático das unidades da amostra a partir da contagem de domicílios, com sorteio aleatório.

A importância da pesquisa da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte para o nosso trabalho é que ela nos fornece dados para perceber e entender o perfil da população do Aglomerado da Serra, como também nos permite acessar a lista de onde retiramos a amostra da população da Vila Cafezal para aplicarmos o questionário. Assim, baseado em dados do IBGE-1996, constatou-se uma população de 3148 na Vila Santana do Cafezal, dos quais 1857 são maiores de 18 anos. Como estamos interessados nas opiniões da população adulta da referida vila, o tamanho da nossa amostra então é de 130 pessoas.

6.1 - Estatística Inferencial

Os Dados Secundários:

Como o nosso objetivo é analisar a coesão e a eficácia coletiva relacionando-os ao comportamento das comunidades em relação à criminalidade, definimos a nossa população, escolhendo um espaço urbano de Belo Horizonte com altas taxas de criminalidade, em especial, o crime contra a pessoa. Esta opção deveu-se a nossa expectativa de detectar a influência da coesão social em comportamentos específicos, mas não nas taxas de criminalidade.

Para a escolha das comunidades a serem trabalhadas, utilizamos os dados sobre a criminalidade violenta em Belo Horizonte, do período de 1995/1999, mais especificamente as taxas corrigidas de crimes contra a pessoa. Elegemos as comunidades da Vila do Cafezal, para aplicarmos o questionário e as outras vilas que compõem o Aglomerado da Serra(N.Sr Aparecida, N.Sr. Fátima, N.Sr. Conceição e N. São Lucas) para as entrevistas. Essa escolha centrou-se principalmente no comportamento distinto quando comparadas as taxas de criminalidade e na semelhança da ocupação e distribuição sócio-econômica. Assim quando observamos as Taxas corrigidas de crimes contra pessoa (1995-1999) por 100.000 habitantes nas periferias de Belo Horizonte, temos que:

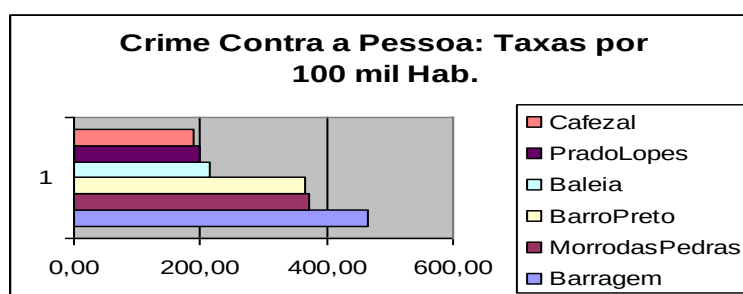


GRÁFICO 1: Taxas de Crimes contra pessoa (1995-1999)
em Belo Horizonte
Fonte: Crisp/UFMG/2001

O Aglomerado da Serra, que se popularizou com o nome de uma de suas vilas: O Cafezal está entre as seis maiores taxas de crime contra a pessoa.

O banco de dados de que nos valemos é composto de quatro blocos de variáveis:

- 1) Domicílio, com informações sobre a estrutura do domicílio; a quantidade de moradores no domicílios, bem como sexo e idade dos ocupantes do domicílio.
- 2) Instrução, com informações sobre a escolaridade (alfabetizado/não alfabetizado e anos de estudo) dos ocupantes, tudo isso segundo a idade e sexo.
- 3) Pessoa, em que as informações referem-se ao tipo de relação ou parentesco que os moradores possuem com o responsável pelo domicílio segundo a idade e sexo e,

4) Responsável, com informações sobre responsável pelo domicílio segundo sexo, idade e escolaridade(em termos de alfabetizado/não alfabetizado e anos de estudos. No mesmo banco de dados introduzimos a variável “homicídio” no período de seis anos(2000-2005).

Posteriormente, percebemos que apenas o homicídio poderia resultar em dados muito fragmentados e decidimos trabalhar com a variável “crime contra a pessoa” que , a rigor seria a soma de homicídio, tentativa de homicídio e estupro.³³ Todas essas informações referem-se apenas aos setores censitários de Belo Horizonte.

A medida de associação que utilizamos foi o coeficiente de Spearman`s rho. Beato (Et al.; 2000), referindo ao coeficiente de Pearson, argumentam que “dados de crimes e dados socioeconômicos se referem à áreas geográficas. E áreas próximas umas das outras podem ser espacialmente dependentes, o que vale dizer que as observações possuem auto-correlação espacial. E se os valores de áreas vizinhas tendem a ser mais semelhantes do que áreas mais distantes, fala-se de auto-correlação positiva[...]quando pelo menos uma das duas variáveis tem auto-correlação positiva, o coeficiente de correlação amostral fica inflado” (p.393-4). Nós não estamos supondo a existência de independência entre as variáveis e admitimos que pudesse existir, também no nosso caso, a auto-correlação positiva. Porém, diferente daquele trabalho, ainda não estamos analisando os dados a partir da estatística espacial. O nosso foco está nas características de uma comunidade específica e, por isso, mesmo que o coeficiente fique um pouco “inflado”, não há comprometimento significativo dos resultados.

³³ Cabem aqui duas observações. A primeira é que a equipe de pesquisadores do CRISP não trabalha com o estupro. Outra observação cabível é que, como estamos trabalhando com números de homicídios, é possível que tais números sejam subestimados no Aglomerado da Serra, uma vez que a classificação e decodificação de ocorrência na Polícia Militar é estabelecida pelas Diretrizes Auxiliares de Operação (DAO), que desde 1994 estabelece que “ se um único autor, numa só ocorrência, cometer vários crimes da mesma natureza, haverá o registro único do crime. Se várias pessoas praticam vários crimes da mesma natureza ou não, numa mesma ocorrência, os crimes dão origem a um único registro”.(FJP et al.i 1997:11).

Os Dados Primários

Sampson argumenta que a coesão social é uma importante variável para explicar as variações nas taxas de crime. Mas explica pouco sem a presença da variável “eficácia coletiva”. Em outras palavras, ele argumenta que a coesão social nem sempre se traduz em diminuição de crime. A eficácia coletiva refere-se à predisposição dos moradores de intervirem quando o que está em jogo é a segurança da comunidade.

Baseado então no conceito de confiança (Fukuyama,1995:41), que é central para a coesão social e no conceito de eficácia coletiva, bem como nas cinco medidas de eficácia coletiva(Samson, 2004), elaboramos um questionário com três blocos de variáveis:

- 1) Composto de variáveis **demográficas (Idade, tempo de moradia no local, número de parentes residentes no local, anos de escolaridade, estado civil),**
- 2) Composto de variáveis que mensuram **a coesão social (Frequência com que visita e é visitado pelos vizinhos, confiança nos vizinhos, se consideram os vizinhos prestativos, se participam de alguma organização(formal ou não) dentro do Aglomerado) e,**
- 3) Composto de variáveis que mensuram a **eficácia coletiva (basicamente a predisposição de intervir nos problemas relacionados ao crime e á violência no Aglomerado)**³⁴.

³⁴ Para a elaboração do questionário reproduzimos as medidas de Controle Social Informal, Coesão Social e de Eficácia Coletiva elaboradas por Sampson. As adaptações que fizemos, em uma das medidas(vandalismo e matar aulas) foi com o intuito de melhorar o entendimento da pergunta para os entrevistados. Para acessar as medidas originais, ver Sampson, Roudenbhsh e Earls(2003,p122) e Sampson e Graif(2009. p.1587/8)

Operacionalização das variáveis

A) Coesão Social

Coesão social implica, necessariamente, participação social objetiva e cotidiana. No entanto, essa participação que possibilita a coesão social deve ser espontânea, recíproca e não vislumbrar objetivos individuais apenas, mas uma combinação de objetivos individuais e comportamento altruísta. “A expectativa geral é que[...] a ação produza um bônus, podendo ser resgatado quando houver necessidade. Em um nível comunitário, quando temos uma forte reciprocidade, os indivíduos ocupam-se de cuidar de outros interesses mais gerais e mais comunitários...” (Júnior,2001). Portanto, a participação social é um importante aspecto para o conceito de coesão social, desde que se atente para o teor espontâneo e livre do engajamento; de uma predisposição para a sociabilidade. Então, o conceito de coesão social foi operacionalizado a partir das seguintes dimensões: 1) Participação na comunidade local, 2) Sentimento de confiança e segurança, e 3) Conexões com a vizinhança.

B) Eficácia Coletiva

Sampson e seus colegas (1997:918-924[2003:122]) elaboraram cinco medidas de eficácia coletiva, em que perguntavam para membros de comunidades da cidade de Chicago sobre quatro situações de mau comportamento de crianças e uma situação na qual a manutenção de um aparato público existente no bairro está ameaçada: “você diria que a) é muito provável, b) é provável, c) nem provável nem improvável, c) é improvável ou d) muito improvável que seus vizinhos intervenham de várias maneiras se:

1- crianças estivessem fora da escola pelas esquinas das ruas, 2- crianças, com spray, grafitando os prédios locais, 3- crianças fossem vistas desrespeitando adultos, 4- vissem brigas em frente a sua casa, 5- se a unidade do Corpo de Bombeiros perto de sua casa

estivesse ameaçada por cortes no orçamento. Esses itens representam o controle social informal.

Segundo Taylor (2002:784), Gibson e seus colegas incluíram mais cinco itens na operacionalização da eficácia coletiva:

1- a boa vontade ou a predisposição dos vizinhos em intervir se alguma pessoa suspeita estiver transitando pelo local, 2- a predisposição dos vizinhos em tomar para si a responsabilidade do comportamento dos jovens da comunidade, 3- a predisposição dos vizinhos de agir com reciprocidade social, 4- a predisposição dos vizinhos em ajudar alguém que está tendo problemas com o carro e 5- características do bairro como um lugar em que as pessoas, a seu modo, ajudam umas às outras.

Baseado então nas formas como Sampson e Gibson operacionalizaram o conceito de eficácia coletiva elaboramos perguntas que tentassem mensurar essa eficácia em uma das vilas que compõem o Aglomerado da Serra: a Vila Cafezal.

Algumas adaptações se fizeram necessárias, como as perguntas de número 10 e 14³⁵. Caso contrário, haveria entendimento distorcido³⁶; entendimentos esses que foram detectados no pré-teste.

A escolha desse aglomerado, bem como dessa vila não foi por acaso. Um dos critérios que nos levaram a escolher o Aglomerado da Serra é o fato de que a nossa intenção é analisar a eficácia coletiva relacionando-a ao comportamento da comunidade em relação aos comportamentos das gangues e às conseqüências de tais comportamentos (como crime contra a pessoa, especialmente o homicídio e a tentativa de homicídio e agressão grave, tráfico,

³⁵ Ver questionário anexo.

³⁶ Os termos “matar aulas”, bem como “vandalismo” no sentido que está no nosso questionário fazem mais sentido para os moradores do Aglomerado da Serra.

venda e uso de drogas). Mesmo que essa modalidade de crime seja característica de aglomerados e periferias em geral (Zaluar,1985 Beato,1998, [2000]), o Aglomerado da Serra apresenta uma peculiaridade: a existência, hora intercalada, hora concomitante de altas taxas de crime contra a pessoa e mobilização comunitária com vistas à melhoria da infra-estrutura e à consecução de aparatos urbanos para o interior do aglomerado.

Uma amostra composta apenas por moradores de uma das vilas do Aglomerado (a Vila Santana do Cafezal) nos pareceu interessante pela forma como as gangues estão distribuídas. Apenas três facções dominam todo o comércio de drogas no Aglomerado da Serra e, como em toda atividade mercantil, fazem de tudo para “cercarem seus respectivos mercados”.

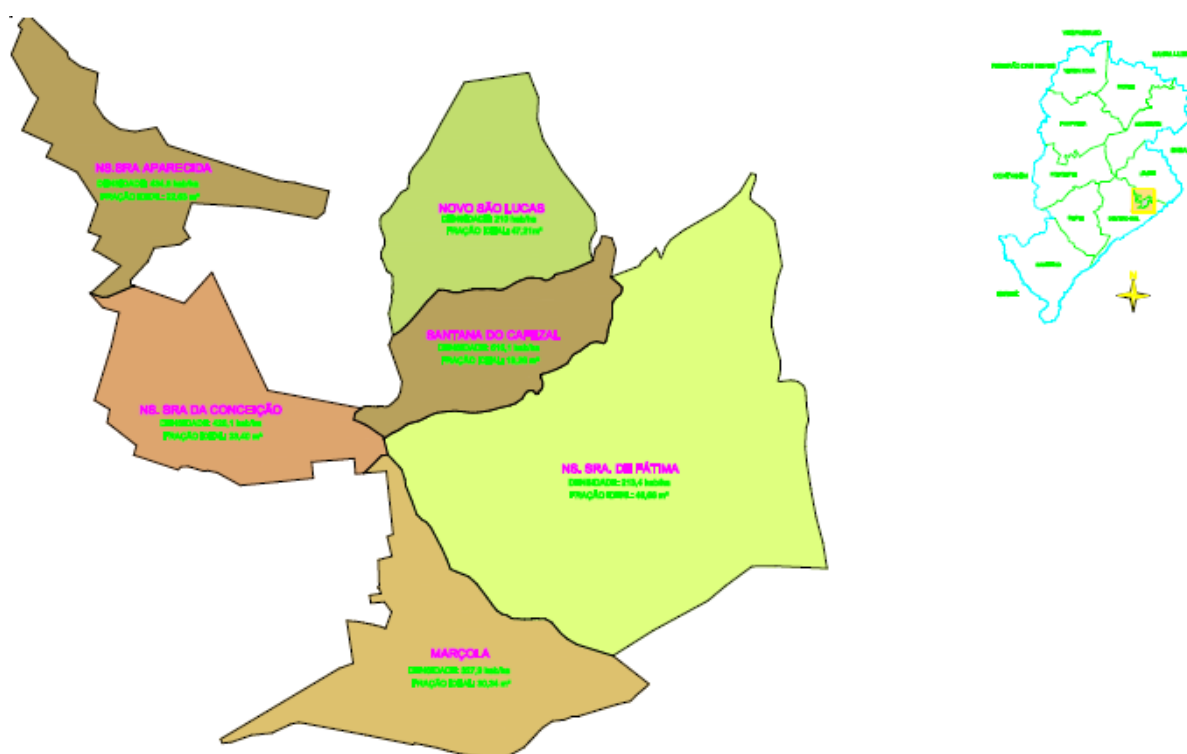


FIGURA 2 - Mapa de localização das facções dominantes no Aglomerado da Serra

Fonte:URBEL-Plano Global específico do Aglomerado da Serra-1999

A gangue da Del Rey recebeu esse nome por se concentrar nas imediações da antena de uma emissora de rádio do mesmo nome (Rádio Del Rey, 98 FM) e tem suas atividades de venda de drogas basicamente nas mediações da emissora de rádio que fica na Vila Nossa Senhora Aparecida. A segunda facção é conhecida como “a gangue da Sacramento”, que tem suas atividades concentradas em uma área também bem limitada, composta da Rua Sacramento, uma área conhecida como “Chácara” e outra que recebeu no nome de “Caixa D’água” por estar onde a COPASA construiu um enorme reservatório de água na Vila Nossa Senhora da Conceição.

Por fim, uma facção com duas denominações: “a gangue do Arara ou da Band”, uma alusão à Rua Bandonion na Vila Nossa Sra. De Fátima, onde se concentram os pontos de venda da droga. Das seis vilas que compõem o Aglomerado, a “gangue da Band” tem o domínio sobre quatro³⁷. Alguns fatores ajudam a explicar por que a gangue da Band é tão “hegemônica” na região. Um deles é o fato de que ela se concentra na parte mais alta do Aglomerado, o que lhe permite uma visão privilegiada do que acontece em grande parte do Aglomerado, como tentativa de invasão da gangue da Sacramento/ Chácara (sua principal rival) ou incursões da polícia. Outro fator importante a ser considerado é a quantidade de membros da “gangue do Arara”. Talvez por ter uma quantidade de membros bem maior do que as gangues da Sacramento/Chácara e Del Rey juntas, ela domina a maior quantidade de vilas que compõem o aglomerado da Serra: Vilas Novo São Lucas, Cafezal, Cabeça de

³⁷ Na década de 80 e meados da década de 90 um traficante dominava sozinho a venda de drogas no Aglomerado. Contrário da maioria dos que “optam” pelo tráfico ele não morreu antes dos 25 anos. Hoje, com 44 anos, conseguiu comprar um sítio em Divinópolis com o dinheiro do tráfico, que é utilizado como pousada (em nome dos filhos). Na época, a maconha predominava, mas foi um dos primeiros a introduzir a cocaína no Aglomerado. Jogava futebol com os moradores da comunidade em um dos principais times do aglomerado (Avante Futebol Clube) e era respeitado e admirado pelos moradores por ser um “bandido formado”, que respeitava os moradores. Raramente demonstrava poder desnecessariamente. Alguns moradores antigos afirmam que nunca o viram disparar nem um tiro. Após 15 anos de prisão, entre idas e vindas, tem a saúde debilitada e raramente visita o Aglomerado.

Porco(esta é uma pequena área situada dentro da Vila Maçola com uma intensa atividade de compra, venda e uso de drogas), além de duas maiores: Nossa Senhora de Fátima e Maçola. É importante observar também que em duas dessas vilas se concentram o maior percentual “exército industrial de reserva” para o tráfico de drogas, ou seja, jovens de até 14 anos: Maçola e Novo São Lucas.

E se a arma de fogo joga um papel tão importante nesse comércio de drogas como bem coloca Zaluar(1985):

“... Ser bandido é pertencer a esta categoria de pessoas que carregam no seu corpo um estigma e uma indiscutível fonte de poder: a arma de fogo[...]colocar uma arma de fogo na cintura tem, entre eles, o sentido de declarar publicamente uma opção de vida e de passar a ter com a população local relações marcadas pela ambigüidade e abertas ao conflito...”P.146,

as formas como cada gangue investe seu capital também ajudam a explicar essa “hegemonia”. Assim, enquanto as gangues da Del Rey e da Sacramento investem em carros, motos e gastos com mulheres, a gangue do Arara/Band investe em armamentos. Talvez por isso quase todo embate entre as gangues do Arara e da Sacramento, ou entre as gangues do Arara e da Del Rey ocorre nas áreas de domínio da gangue da Sacramento ou de domínio da Del Rey. É o maior poder de fogo que confere a ousadia necessária para invadir o espaço do inimigo. E a Vila Santana do Cafezal ocupa uma posição interessante relativa às áreas de domínio das respectivas gangues, por estar bem no centro geográfico do Aglomerado e cuja população sofre influências das três gangues, bem com das populações que habitam as áreas dessas três gangues.

A amostra baseou-se em uma margem de erro de 3,46% e um nível de confiança de 95%, tendo como foco apenas a população de uma das vilas (Santana do Cafezal) com 18anos de idade ou mais:

TABELA 1
População da Vila Santana do Cafezal

População Total	População Maior de 18 anos
3148	1857

Fonte: IBGE, 1996

TABELA 2
Amostra da População da Vila Santa do Cafezal

Faixa Etária	Homens	Mulheres	Total
18 a 24 Anos	19	20	39
25 a 35 Anos	19	20	39
36 a 55 Anos	19	20	39
55 Anos ou Mais	6	7	13
Total	63	67	130

Fonte:

A partir dessa amostra da população (que admitimos não ser melhor do que uma amostra aleatória, mas necessária devido ao baixo orçamento da pesquisa), sorteamos aleatoriamente 130 endereços de domicílios a partir de um cadastro domiciliar da URBEL, referente aos anos 1999/2000. A idéia era abranger da maneira mais completa possível a população pesquisada, além de reduzir, na medida do possível, os problemas da amostragem por cotas. Caso no domicílio sorteado não houvesse pessoas que encaixassem na cota, o questionário seria aplicado no primeiro domicílio à esquerda, e assim, sucessivamente. Os questionários foram aplicados pelo próprio autor.

6.2 - Os Dados Qualitativos

A nossa indagação principal é “por que a coesão social não se transforma em eficácia coletiva”. As pistas para a resposta, percebemos, vão além dos dados quantitativos, uma vez que se trata de entender aspectos que não se deixam capturar quantitativamente. São aspectos que emergem de interações contínuas, implicando histórias de vidas entrelaçadas. Diferente da coesão social e do controle informal que podem ser mensurados também pelo Survey, as interações que poderiam indicar a direção para a resposta de nossa indagação aparecem nos dados qualitativos. Por isso nos pareceu coerente utilizar métodos quantitativos em apenas uma das vilas para detectarmos a coesão e a vigilância informal e qualitativos com representantes de todas as vilas do Aglomerado.

6.2.1- Do instrumento de coleta de dados

Optamos pela entrevista semi-estruturada como instrumento de coleta de dados, em que os entrevistados discorrem livremente sobre tópicos previamente elaborados, relacionados à criminalidade e às relações entre os moradores e desses com os membros das gangues existentes no Aglomerado da Serra. Apesar dos problemas que esse procedimento pode acarretar³⁸.

“...fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos... (Bauer & Gaskell, 2002, p65)”.

³⁸ Como a tendência dos entrevistados de darem respostas que julgam ser socialmente aceitas e que o contexto da entrevista é forjado, fazendo com que as respostas não reflitam o que as pessoas realmente pensam (Johnson, Allan G., 1997, P84). Haguette (1992, p87) mostra que a fonte de viés se localiza tanto nos fatores externos ao observador como na situação interacional entre entrevistado e entrevistador e que a objetividade absoluta é um ideal inatingível; o que não significa abandonar a tentativa de atingi-lo. Mas não podendo ser captado como um “espelho” o que nos resta é fazermos “leituras” do real. Japiassú e Marcondes (1996) desenvolvem uma discussão semelhante relacionada à objetividade científica quando argumentam que o conhecimento científico, situado em um contexto histórico-social, corresponde a interesses, valores e preconceitos dos próprios indivíduos e grupos que produzem esse conhecimento e da sociedade que os aplica e utiliza.

Assim, acreditamos que, para o tema com que estamos lidando, a entrevista semi-estruturada seja o mais adequado instrumento de coleta de dados, já que se trata de um processo de interação social. É por meio dessa interação social que acreditamos conseguir algumas informações sobre aquilo de que, segundo Tönnies, Apud Fernandes(1950, p92) a sociologia trata: “...entidades que não são perceptíveis, mas que se pensam como algo que, em princípio, só existe nas consciências das pessoas humanas que estão e se movem dentro de algumas dessas entidades...”

6.2.2 - Dos Critérios de seleção

O ponto central da nossa investigação é tentar perceber de que forma se dão as relações entre os moradores e os indivíduos membros de gangues; envolvidos em uso e tráfico de drogas, bem como em homicídios oriundos dos confrontos entre gangues. Supõe-se que o “formato” dessas interações poderia explicar, em parte, a percepção que os moradores têm das gangues e das atividades dessas gangues.

Por meio de observações que tenho feito desde que comecei a trabalhar com o tema e com essa comunidade (a minha monografia de graduação já tinha essa comunidade e a criminalidade como tema), percebi que havia um distanciamento entre os membros das gangues e alguns grupos específicos do Aglomerado. Os indivíduos envolvidos no tráfico e uso de drogas não mantinham interações com grupos de evangélicos. A menos que esses estivessem envolvidos, direta ou indiretamente, com o tráfico de drogas. Talvez isto se deva ao fato de que, para os evangélicos, a dicotomia entre o mundo das drogas e a religião seja muito mais clara. A religião aparece, para eles, como uma “blindagem” contra as tentações e

as ameaças do mundo do crime.³⁹ Assim, sabíamos que os entrevistados evangélicos dariam respostas baseadas “no lugar” em que se encontram, ou seja, de um ponto de vista religioso. O que não significa que, na prática, se comportem de forma tão diferente dos demais. Por isso também foram entrevistados. Seria interessante para nós que os participantes morassem no Aglomerado á pelo menos 5 anos; tempo que julgamos necessário para que o morador conheça os membros das gangues de suas respectivas vilas e que seja conhecido por esses membros. Era preciso também que o entrevistado tivesse pelo menos três parentes morando no Aglomerado por igual período e que alguns residissem próximos das áreas onde as gangues se reuniam; onde mantinham o seu “quartel general”. Na nossa concepção, isso aumentaria as chances do entrevistado ter algum conhecimento sobre as atividades dessas gangues no Aglomerado. Aqui, diferente do questionário, em que os que responderam deveriam morar em uma vila específica (o Cafezal), os entrevistados moravam em diferentes vilas. Baseado então nesses critérios e utilizando a saturação, em que se interrompem as entrevistas quando elas deixam de oferecer informações suplementares; Palmade(Apud Machado, 2002;p49), fizemos 15 entrevistas, sendo que 5 dessas foram feitas com pelo menos duas pessoas ao mesmo tempo.

6.2.3 - Das Estratégias e Desafios de Campo

O roteiro de entrevista foi elaborado levando em consideração três preocupações principais. A primeira preocupação era a de elaborar tópicos que permitissem que os entrevistados se expressassem com a maior profundidade possível. Para tanto, as questões deveriam ser objetivas o bastante para direcioná-los para o tema da pesquisa, mas não tão objetiva a ponto de as respostas serem monossílabas.

³⁹ Quanto a esse ponto é exemplar a fala de um dos moradores do aglomerado: “...eu não tenho medo deles não. Passo no meio deles quando vou pra igreja. Quando eles vê que a gente ta com a bíblia ninguém mexe...”

A segunda preocupação era com as perguntas do roteiro de entrevista. Foi necessário, às vezes, transformar algumas palavras ou frases em “gírias” para que o entrevistado entendesse, ainda que no texto permanecessem na forma em que foram elaboradas. Era preciso também que nenhuma pergunta obrigasse ou induzisse a citar ou contivesse nomes, seja de moradores ou de membros de qualquer gangue.

Após o pré-teste percebemos que as palavras “traficantes”, “criminosos” ou “membros” de gangues causavam um extremo desconforto no entrevistado, o que o fazia abreviar a entrevista. Em vez disso então, testamos uma outra “nomenclatura” mais imparcial, ou seja, “os meninos do movimento”. Isso parece ter funcionado, já que os constrangimentos e interrupções cessaram.

Embora a criminalidade tenha tomado proporções preocupantes em quase todo o mundo, ainda é um tema muito delicado em algumas localidades. Principalmente quando os entrevistados dividem o mesmo espaço físico com membros de gangues. Por isso, alguns desafios foram aparecendo no decorrer das entrevistas. Ainda que eu fosse conhecido de alguns dos entrevistados, tive certo trabalho para conquistar a confiança deles. Isto ficou claro durante as primeiras entrevistas, em que as respostas eram curtas, grosseiras ou inexistentes. Talvez isso se deva um dos fatores que “quebram” a espontaneidade, como a presença de outras pessoas membros de gangues no momento da entrevista ou inibições por certas características do entrevistador (como grau de instrução por exemplo).

Os dias, horários, bem como os lugares em que entrevistas seriam feitas eram combinados previamente, na tentativa de evitar situações inoportunas. Mas quando, por mero

acaso, entrevistei uma pessoa na rua, perto de outros amigos dela, percebi que quando se entrevistava alguém perto de seus amigos, pessoas em quem “confiam”, o entrevistado era menos reservado, se sentia mais incentivado a falar. Mas o número de pessoas em volta não poderia ser maior que três, sob o risco de as falas se atropelarem e não se ter nenhuma resposta.

Sabendo que as entrevistas seriam gravadas, em alguns casos o entrevistado “se soltou” só depois que o gravador foi desligado e a conversa tomava um tom de “bate-papo”. Isto parecia criar uma proximidade que os deixava á vontade. Principalmente quando eu mencionava o caso de um parente (meu primo) que viveu no Aglomerado e fazia parte da gangue da Sacramento; o que o levou a ser executado em casa com mais de setenta disparos dentro de casa, na presença da mãe, irmã e sua companheira grávida.

Quando o entrevistado se mostrava resistente em participar, eu usava certa reciprocidade: o convidava para a minha casa para conversarmos. Supunha que ao recebê-lo em minha casa ele não teria por que supor que entrevistas seriam usadas para outros fins que não fossem um trabalho acadêmico. Obviamente que estava (até certo ponto) ciente dos riscos aí implícitos. Contudo, como argumenta Machado (2002; p48), se a qualidade da entrevista está mais vinculada á qualidade da interação que se realiza, resolvi me arriscar.

7 - AGLOMERADO DA SERRA: UMA ANÁLISE DESCRITIVA

Segundo Sampson (2004), as redes também precisam ser conceituadas em termos de relações espaciais, e não apenas em termos pessoais. Assim os próprios bairros são pontos em uma grande rede de relações espaciais. Dessa forma, contrária a idéia tradicional da criminologia, que percebe os bairros como “mundos” isolados, o autor argumenta que são interdependentes, cuja característica é uma relação funcional entre o que acontece em um ponto do espaço e o que acontece em qualquer outra parte.

A primeira motivação para se considerar a dependência espacial é o problema dos limites: não há justaposição entre os limites impostos pelo censo geográfico e as propriedades ecológicas que configuram a interação social. E quando analisamos um aglomerado, essa justaposição é praticamente impensável.

Com uma área de 150,93 ha., o aglomerado da Serra é constituído por um conjunto de seis Vilas que, mesmo possuindo uma série de características comuns, são diferenciadas entre si por um conjunto de variáveis, tais como tempo de ocupação e grau de identidade com o espaço físico-social. Contudo, o nível de organização interna e as condições socioeconômicas às vezes não obedecem a limites oficiais. Talvez por isso os dados que se baseiam em limites geográficos sejam tão criticados. Nelas, famílias cujas residências são divididas por uma rua pertencem a bairros diferentes, mas sabemos que podem pertencer a uma mesma rede social.

Situado na Regional Centro-Sul, que inclui a Área Central propriamente dita e a Zona Sul, as Vilas do Aglomerado da Serra apresentam contrastes que se devem, em grande parte, à localização de cada Vila em relação ao seu entorno. Assim, enquanto algumas fazem limites

com os bairros de residências das camadas da população de classe média (como as Vilas Maçola e Conceição), outras como Vila Novo São Lucas e parte da Nossa Senhora da Aparecida e Nossa Senhora de Fátima, no todo ou em parte, limitam-se com áreas de ocupação socialmente mais heterogêneas, mesclando classe média com população de baixa renda da Zona Leste da cidade. Assim, de um ponto de vista da teoria sistêmica, é importante considerar os laços sociais e institucionais que conectam os residentes que moram em lados opostos da rua, das Vilas ou em bairros opostos. A idéia de dependência espacial, explícita no modelo sistêmico, desafia a percepção de vilas urbanas como sistemas sociais intactos, funcionando como ilhas. Tal idéia também implica que ofensores são desproporcionalmente envolvidos em atos de violência nas proximidades de suas casas. De uma perspectiva das “Atividades Rotineiras”, os riscos da violência de um bairro são maiores nas proximidades geográficas dos lugares em que se tem uma concentração de ofensores. Por outro lado, os crimes inter-pessoais como homicídios e tentativa de homicídios são baseados numa rede de interação social e, portanto, sujeitos a um processo de difusão, em que o efeito pode ser sentido longe do ponto inicial do impacto. Isto significa que a maioria dos homicídios ocorre entre pessoas que se conhecem, geralmente envolvendo uma rede de associações que segue uma lógica geográfica.

Existem então boas razões para crer que as características do entorno do bairro (ou no nosso caso do Aglomerado) são essenciais para se entender um bairro (ou o Aglomerado). Percebemos que a maior ou menor evidência desses contrastes é função da localização espacial de cada Vila no Aglomerado. Assim, a intensa interação entre os moradores de grande parte das Vilas do Aglomerado da Serra com alguns moradores do bairro Serra, bem como com grande parte dos comerciantes (talvez por ser o bairro de passagem obrigatória para a maioria dos moradores do Aglomerado e onde grande parte trabalha, se abastece ou

utiliza serviços), fez com que se criasse uma variação de graus de identificação com o Aglomerado. Dessa forma, as populações que habitam nas Vilas do centro do Aglomerado tendem a se identificar mais com o Aglomerado como um todo, enquanto as populações periféricas tendem a se identificar com suas Vilas. Mas essa variação de graus de identidade só começa a ganhar contornos significativos à medida que o espaço físico entre uma vila e outra aumenta. Significa que um morador da Vila Santana do Cafezal se sente mais pertencente à sua Vila diante de um morador da Vila Nossa Senhora de Fátima do que diante de um morador da Vila Nossa Senhora da Conceição, com a qual o Cafezal faz limite. E ambos se identificariam mais com o Aglomerado como um todo diante de um morador do bairro Serra, São Lucas ou Santa Efigênia.

Parece então que a criminalidade está condicionada, dentre outras, por características dos espaços próximos do bairro (ou do Aglomerado) que por sua vez dependem de processos que caracterizam todo o sistema metropolitano. Como o sistema viário tem seu impacto causal em todo o fluxo do tráfego, também o sistema que liga pessoas às organizações (e diríamos às suas Vilas e ao seu Aglomerado) têm seus impactos causais por todo o fluxo (Sampson; 2004:165). Então, a ação coletiva que resolve problemas é um mecanismo crucial que é diferentemente ativado sob condições contextuais específicas.

7.1 - O Perfil Demográfico do Aglomerado da Serra

Quando analisamos o número total de domicílio do Aglomerado da Serra, percebemos que, pelo menos até o final da década de 90 do século XX, ele não parou de crescer. Nos últimos seis anos da referida década o percentual de crescimento do número de domicílios foi de 37,17%. Esse percentual é superior à taxa de crescimento de qualquer uma das Regionais

do Município (as maiores taxas verificaram-se nas Regionais Norte e Pampulha: 27,1 % e 24,82%, respectivamente, no período de 1991 a 1996, conforme dados do IBGE). Na Regional Centro Sul, essa taxa atingiu 12,45% no período considerado. Segue tabela representativa da população do Aglomerado Serra por setores censitários.

TABELA 3/1
Aglomerado da SERRA
População Segundo Setores Censitários

Identificação	Setor censitário	População
Vila Maçola(*)	246	1045
	263	1059
	264	625
	265	1265
	266	439
	286	733
	287	988
	288	975
Total	7129	
Vila Nossa Sra. Aparecida	271	619
	272(**)	966
	273	629
	274	922
	276	916
	277	799
Total	4851	
Vila Nossa Sra. Conceição	280	417
	281	1039
	282	1007
	283	1299
	284	1200
	285	799
Total	5761	

TABELA 3/2
Aglomerado da SERRA
População Segundo Setores Censitários

Identificação	Setor censitário	População
Vila Nossa Sra. Fátima	289	1016
	290	793
	291	424
	293	864
	295	632
	297	802
	298	832
	299	1003
	300	681
	301	633
	302	914
	303	1119
	304	669
Total	10382	
Vila Cafezal	212	247
	292	446
	294	1226
	296	1229
Total	3148	
Vila Nossa Sra. Fátima/Cafezal	318	1406
	319	898
	320	1000
	321	531
	322	971
	323	567
	324	330
Total	5703	
Total Geral	36974	

Fonte: IBGE-Censo 1996

(*)Favela “Cabeça de Porco”

(**)Favela “do Pau Comeu”

Percebemos que nas Vilas Fátima, Conceição e Maçola concentram-se a maior parte da população do Aglomerado, sendo que os menores percentuais de crescimento foram apresentados pelas vilas mais antigas, mais consolidadas, ainda que também tenham crescido significativamente. As Vilas Nossa Senhora de Fátima e Novo São Lucas apresentaram

elevados percentuais de crescimento (52,25% e 62,22%, respectivamente), como podemos observar no quadro que se segue:

TABELA 4
Quadro Comparativo por Vilas
Total de Domicílios do Aglomerado da SERRA

VILAS	Nº Domicílios 1993*	Nº Domicílios 1999*	Crescimento (%)
Nossa Sra. Aparecida	1302	1748	34,25
Santana do Cafezal	1613	2147	33,1
Nossa Sra. da Conceição	1817	2217	22,01
Nossa Sra. de Fátima	2283	3476	52,25
Marçola	2169	2852	31,48
Novo São Lucas	630	1022	62,22
Total	9814	13462	37,17

(*) Fonte: URBEL- Levantamento do Universo de Trabalho

(**) Fonte: Contagem de Domicílios- PGE- 1999

É interessante notar que mesmo sendo uma área de ocupação antiga e consolidada, a Vila Nossa Sra. De Fátima concentra o maior número da população do Aglomerado(30%), ao mesmo tempo que possui um das mais elevadas taxas de crescimento populacional. Talvez isso se deva ao fato de que se trata da maior vila do Aglomerado em termos de extensão territorial, já que ela faz limite com o bairro Serra, da região Centro-Sul e com vários bairros da Regional Leste. No caso da Vila Novo São Lucas tais percentuais de crescimento podem estar relacionados com sua posição estratégica dentro do Aglomerado, uma vez que a proximidade com o bairro São Lucas facilita o acesso ao centro da cidade, por um lado, e pelo fato de que, apesar da intensificação de sua ocupação ocorrer no final da década de 80, é um processo que perdura por toda a primeira metade da década de 90 do século vinte.

Assim, a intensificação de ocupação, embora seja característica das áreas de ocupação mais recente, atinge o Aglomerado como um todo. Todas as Vilas do Aglomerado da Serra, mesmo as mais antigas como Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora Aparecida e Maçola (tempo médio de ocupação de 17,6 anos, 16,9 anos e 12,8 anos respectivamente),

vieram, nos últimos cinco anos da década de 90, recebendo percentual significativo de pessoas. Fato esse que talvez seja resultado do desemprego e empobrecimento geral da população, além de ser o Aglomerado um local estratégico para a moradia, com a proximidade do centro da cidade e com os aparatos públicos do seu entorno.

Para a Vila Novo São Lucas, por se constituir em uma ocupação recente, era esperado um elevado acréscimo do contingente populacional (foi a que mais recebeu população nos últimos cinco anos: 66,7%, segundo dados da URBEL), apesar de ser este um aspecto que merece atenção, devido às diversas situações de risco e áreas impróprias para a moradia ali existentes. Fazendo limite com o bairro São Lucas e a Vila Santana do Cafezal a Vila Novo São Lucas começará a ser ocupada, segundo moradores, a partir de 1972, sendo que essa ocupação se dará através da comercialização/conquista de terrenos; forçadas, principalmente, pelas enchentes deste período, que fizeram com que muitas famílias que habitavam as margens do Rio Arrudas fossem transferidas para a vila.

Os primeiros moradores tinham origem no Norte de Minas Gerais, Vale do Jequitinhonha e interior da Bahia. A maior parte deles possuía uma grande experiência de trabalho como construtores de casas e, devido a uma grande esperança de melhores condições de vida e de trabalho, (esperanças essa proporcionada pelo crescimento no ramo da construção civil naquele período) mudaram para Belo Horizonte.

Nesta fase não havia serviços urbanos de água, luz, esgoto, e nem programas na área de saúde. As moradias eram improvisadas com plásticos e a iluminação era em sistema de “bicos” de luz, onde um padrão central cedia redes improvisadas para muitos outros moradores.

Aos poucos, os moradores sentiram a necessidade de se organizarem para que líderes políticos e órgãos públicos fossem sensibilizados a respeito dos principais problemas da região; assim foi criada a Associação Comunitária dos Moradores da Vila Cafezal em 1975; Associação essa que apesar do nome, reivindicava, a princípio, urbanização, posto de saúde, enfim, serviços essenciais à população do aglomerado como um todo.

Essa associação, como muitas outras, não tinha muito poder de pressionar o Estado, talvez devido ao período não democrático em que estava inserida, e assim os serviços de água e luz, mesmo precários foram surgindo com muita luta. A vila do Cafezal adquiriu um padrão simplificado de energia elétrica. Através deste, o pagamento das contas de luz era facilitado e, conseqüentemente um maior número de famílias podia usufruir do serviço.

Por volta do final da década de 70, com a distensão política do governo federal e, sobretudo pelo clima de abertura política, iniciado pelo então presidente Ernesto Geisel, houve uma modificação no contexto do planejamento do Estado, quando, através do III Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social (III PMDES) foram criados vários programas destinados à população de baixa renda; entre eles, o Programa de Desenvolvimento de comunidades (PRODECOM). Através do PRODECOM iniciaram-se obras de melhorias urbanas das vilas do Aglomerado da Serra, composto das vilas Nossa Senhora Aparecida; Nossa Senhora da Conceição; Nossa Senhora de Fátima; Vila Maçola e Vila Santana do Cafezal. É bom ressaltarmos que a Vila Novo São Lucas ainda não era contemplada, visto que sua ocupação ainda não estava consolidada.

Através desse programa foram construídos chafarizes, com bicas, o que amenizou um pouco um dos problemas mais sérios da região: os problemas criados pela falta de água. A Rua Serenata, que na época era o principal acesso para as vilas do Aglomerado, foi calçada com o objetivo de facilitar a penetração de serviços urbanos básicos e complementares. Devido às más condições de moradia, as doenças respiratórias eram as mais detectáveis, o que fez com que a população do Aglomerado da Serra lutasse pela implantação de postos de saúde na região.

Assim, penso que tais melhorias nas vilas do Aglomerado fizeram com que as áreas desocupadas se tornassem uma forte atração para outras famílias de situação semelhante àquelas que povoaram a Vila Santana do Cafezal. E as áreas próximas do Cafezal foram as de maior atração. Tanto pelo fato de que muitos parentes não consangüíneos vissem a oportunidade de terem suas próprias casas e não morar mais com parentes ou de aluguel, como pelo fato de que muitas famílias que deixaram parentes nas regiões de origem incentivaram a vinda desses, com a propagação das melhorias nas vilas do aglomerado.

Dessa forma, o aglomerado de vilas da serra (9º distrito sanitário centro-sul), localizado na zona sul do município, que era composto apenas das vilas N.Sra. de Fátima, Aparecida, Conceição, Vila Maçola e Cafezal, passa, a partir de 1989-90 a contar oficialmente também com mais uma área de ocupação: Novo São Lucas. E apesar dessa área ser denominada assim, a população que a compõe aproxima-se muito mais da população da vila do Cafezal, tanto pelos laços de parentesco, amizade, quanto por aspectos socioeconômicos. E essa “homogeneidade” entre Novo São Lucas e Santana do Cafezal começa aparecer nas formas de construção das moradias: a topografia irregular e acidentada e a alta declividade do terreno dificultam qualquer tentativa dos moradores de melhorar suas

casas. Contudo, tais dificuldades parecem que não foram capazes de impedir o aumento da ocupação da área limitada pelo bairro São Lucas e Vila Santana do Cafezal no fim dos anos 80, quando, segundo os moradores, diversas famílias, cuja parentela já residia na Vila Cafezal e na própria Vila Novo São Lucas, assentaram-se no local.

TABELA 5
Quadro Comparativo por Vilas
Tempo de Ocupação das Vilas do Aglomerado da SERRA (%)

Vilas/Tempo de Ocupação	Novo São Lucas	Nossa Sra. de Fátima	Nossa Sra. da Conceição	Maçola	Santana do Cafezal	Nossa Sra. Aparecida
0a 2 anos	35.1	26.3	12.1	18.6	16.7	10.4
2 a 5 anos	31.6	21.3	08.7	16.6	11.9	10.04
5 a 10 anos	26.0	24.2	14.7	18.6	20.9	17.8
10 a 20 anos	05.7	18.1	30.0	21.8	32.8	27.9
20 a 30 anos	01.5	07.2	18.4	15.5	14.7	17.4
Mais de 30 anos	00.1	02.9	16.1	08.9	03.0	16.4
N	932	2671	1493	1888	1209	1179
Média (anos)	4.7	8.5	17.6	12.8	11.9	16.9

Fonte: URBEL- Contagem de Domicílios- PGE-1999

Na Vila Nossa Senhora de Fátima, a ocupação vem sendo sistemática e constante ao longo da década de 90, tendo recebido um volume maior de pessoas a partir de 1997 (apenas 26,3% dos moradores dessa Vila estão no local há até dois anos). Também a Vila Maçola vem recebendo um contingente populacional de forma relativamente constante ao longo do tempo, como demonstra o quadro nº 03, ao contrário do que ocorreu com a Vila Novo São Lucas, Santana do Cafezal e Nossa Senhora da Conceição, que tiveram um período marcante de crescimento. As Vilas Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Conceição, Cafezal e Maçola receberam maior volume de pessoas no período compreendido entre dez e vinte anos, sendo que, no caso das duas primeiras, mais de 60% da população ali reside entre dez e trinta anos. Ao passo que a Vila Novo São Lucas deixa claro a característica de ocupação mais recente, visto que mais de 65% estão na Vila há, no máximo, cinco anos.

TABELA 6
Quadro Comparativo por Vilas
Domicílios Residenciais/Mistos, População Residente Estimada e Densidade Demográfica

Vilas	Domicílios Residenciais/Mistos	Tamanho Médio da Família	População Residente	Densidade Demográfica (hab/ha)
Nossa Sra. Aparecida	1.504	4.1	6.166	434.53
Santana do Cafezal	1.669	4.2	7.009	516.12
Nossa Sra. da Conceição	1.864	4.2	7.828	426.12
Nossa Sra. de Fátima	3.091	4.3	13.291	213.44
Marçola	2.037	3.9	7.944	327.85
Novo São Lucas	895	4.3	3.848	210.38
Total	11.060	4.16	46.086	305.34

Fonte: URBEL, PGE- Contagem de domicílios e Pesquisa Amostral-1999.

Dados de estudo realizado pelo PLAMBEL em 1983 e aqueles oferecidos pelo Censo

Demográfico do IBGE, em 1996, reforçam a constatação de crescimento constante e elevado das Vilas

Os critérios adotados pelos diversos órgãos para dimensionamento do tamanho da população são diferenciados, quer quanto à concepção e forma de coleta de dados (como no caso do IBGE), quer quanto ao método de cálculo da estimativa. Um exemplo disto está na Contagem Populacional do IBGE de 1996: a adoção dos setores censitários como critério na contagem, impossibilita a realização desse trabalho dentro dos limites das Vilas, com risco de excluir da contagem contingente populacionais ali residentes. Essa constatação fica clara quando se analisa dados do IBGE constantes na tabela apresentada no relatório da fase de Levantamento de Dados: ali, além de não constar dados referentes à Vila Novo São Lucas, são apresentados sete setores censitários (do 318 ao 324), cuja população não tem local de residência preciso, sendo apresentada com residente em Fátima/Cafezal.

No caso deste Diagnóstico, tomou-se como base para o cálculo da população residente o número total de domicílios residenciais e mistos, obtido através da contagem de domicílios e do tamanho médio da família. Dado obtido através da Pesquisa Amostral feito pela Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL), o que indicou para o Aglomerado da Serra uma população total de 46.086 habitantes. População distribuída de forma relativamente

homogênea pelas diversas Vilas que o compõem, exceção feita à Vila Nossa Senhora de Fátima, que abriga quase o dobro da população de cada uma das outras Vilas e o Novo São Lucas, a menor e mais recente delas.

TABELA 7
Quadro Comparativo por Vilas
População Residente em 1983, 1996 e 1999

Vilas	1983*	1996**	% cresc. (83/96)	1999	% cresc. (96/99)
Nossa Sra. Aparecida	2.770	4.851	75.12	6.166	27.1
Nossa Sra. Da Conceição	4.730	5.761	21.79	7.828	35.87
Santana do Cafezal	3.500	3.148	8.99	7.009	122.64
Nossa Sra. De Fátima	7.000	10.382	48.31	13.291	28.02
Marçola	4.550	7.129	56.68	7.944	11.43
Novo São Lucas	-	-	-	3.848	-

(*) Fonte:URBEL; Inventário da Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – PLAMBEL – 1983.

(**) Fonte – IBGE- Censo de 1996.

(***) Como já observamos, constam, ainda, nos dados do IBGE, alguns setores censitários (do 318 ao 324) que não têm a sua delimitação definida em termos de pertinência a uma determinada Vila, sendo apresentados como setores pertencentes às Vilas N. Sra. de Fátima/Cafezal. Esses setores englobam 5.703 pessoas que estão excluídas da tabela acima, o que torna a análise precária.

Apesar da fragilidade dos dados, principalmente aqueles referentes às Vilas Nossa Senhora de Fátima e Santana do Cafezal, pode-se verificar através do quadro acima, que todas as Vilas apresentam crescimento positivo, com percentuais menores no período 96/99 para as Vilas Nossa Senhora Aparecida e Maçola, que receberam maior quantidade de população no período anterior.

A Vila Nossa Senhora da Conceição, mesmo sendo uma das mais antigas, ainda está em processo de crescimento elevado, com percentual de 35,87% no período 96/99. As comparações com as taxas de crescimento verificadas para Belo Horizonte e as demais Regionais mostram o quanto é diferente a situação nas Vilas da Capital. Assim, enquanto Belo Horizonte cresceu 3,53% entre 91 e 96, algumas Regionais tiveram crescimento

negativo (Leste e Noroeste). Mesmo a Regional Centro-Sul cresceu apenas 3,34% nesse período. Em contrapartida, as Vilas do Aglomerado tiveram crescimento médio superior a 11%. Chama-me particularmente a atenção a Vila Santana do Cafezal, que no período 96/99 cresceu 122,64%. Isto porque sabemos das implicações de um crescimento tão expressivo em pouco mais de dez anos não apenas para a própria Vila, mas para o Aglomerado com um todo, bem como para o Município, que terá que lidar com o aumento das demandas estruturais do Aglomerado.

TABELA 8
Quadro Comparativo por Regiões
População de Belo Horizonte e Administrações Regionais, Taxa de Crescimento e Densidade Demográfica 1991-1996

Regional	População 1991	Área (ha)	Densidade Demográfica (hab/ha)	População 1996	Densidade Demográfica	Taxa de crescimento %
Barreiro	219.740	5.514	39.85	237.089	43.0	7.9
Centro-Sul	247.032	3.236	75.71	255.271	78.23	3.34
Leste	248.742	2.889	86.1	243.120	84.15	-2.26
Nordeste	248.763	3.986	62.41	250.149	62.76	0.56
Noroeste	337.294	3.814	88.44	335.827	88.05	-0.43
Norte	151.074	3.432	44.02	157.653	51.18	16.27
Oeste	247.834	3.210	77.21	252.288	78.59	1.80
Pampulha	105.718	4.680	22.59	120.916	25.84	14.38
Venda Nova	198.126	2.761	71.76	217.864	78.91	9.96
Belo Horizonte	-	33.550	60.21	2.091.448	62.34	3.53

Fonte: URBEL; IBGE- Censo Demográfico/1991 e Contagem Populacional/1996.

Quando comparamos as Regionais percebemos que poucas (como a Norte, Pampulha e Venda Nova respectivamente) tiveram um crescimento que se aproxima do crescimento das vilas do Aglomerado. E mesmo assim, se aproximam daquelas que tiveram um crescimento menor, como a Vila Santana do Cafezal no período 83/96, com um crescimento de 8,99% e a Vila Maçola no período seguinte, com 11,43%. No entanto, uma comparação das densidades demográficas das vilas com as das Regionais revela aspectos preocupantes. Apenas para se ter uma idéia, a Regional com a maior densidade demográfica é a Noroeste (88,05 hab/ha). Esse

valor está longe de se aproximar da densidade demográfica na Vila Santana do Cafezal que é de 516,12 hab/ha. Se compararmos a Regional e a Vila com a menor densidade geográfica ainda assim teríamos resultados alarmantes: a Regional Barreiro, com densidade de 43 hab/ha e a Vila Novo São Lucas, com densidade de 210,38 hab/ha.

TABELA 9
Quadro Comparativo por Vilas
Vilas do Aglomerado da SERRA, segundo Idade de seus moradores
(Valores em %)

Vilas/Idade	Nossa Sra. Aparecida	Santana do Cafezal	Nossa Sra. da Conceição	Nossa Sra. de Fátima	Marçola	Novo São Lucas
0 á 6	9.4	10.9	11.6	17.7	13.7	24.5
7 á 10	6.3	6.8	6.6	10.1	8.2	8.4
11 á 14	7.9	10.2	8.0	8.6	7.5	7.3
15 á 17	7.2	6.8	8.0	5.3	7.0	5.6
18 á 21	8.8	11.4	12.5	9.9	8.2	7.3
22 á 30	22.3	15.2	16.0	15.1	15.5	16.7
31 á 50	22.3	23.6	21.5	20.7	27.6	19.9
Mais de 50	14.0	10.7	12.5	12.1	12.6	7.5
N/R	1.8	4.4	3.3	0.5	0.7	2.8
N	555	644	575	604	547	534

Fonte: URBEL :PGE- Pesquisa Amostral-1999

Esses dados nos mostram alguns aspectos interessantes em relação à distribuição etária dos moradores do Aglomerado. Quando analisamos a distribuição da faixa etária de até 14 anos, percebemos que não há diferenças muito significativa entre as vilas. Contudo, duas vilas nos chamam a atenção pela grande concentração de pessoas nessa faixa etária. São elas: Vila Novo São Lucas e Maçola respectivamente. Principalmente a primeira deixa claro o fato de que é composta por uma população jovem, grande parte de crianças e adolescentes, visto que 40,2% dos moradores têm até 14 anos de idade. Além do fato de que apenas 7,5% têm acima de 50 anos. Ela é seguida pela Vila Maçola, com 29,4% das pessoas com até 14 anos. Tais dados devem ser observados com certa preocupação, se lembrarmos da associação existente entre essa faixa etária e a inserção no tráfico de drogas, uso de drogas e briga entre gangues

para o controle do tráfico; problema esse que encontra nas periferias de todo o Brasil um terreno fértil para prosperar. A distribuição da população da faixa etária compreendida entre 15 e 21 anos é mais homogênea, entre 15% e 20%. Contudo, a população adulta (maior de 21 anos) está concentrada em três vilas: Nossa Sra. Aparecida (58,6%), Nossa Sra. De Fátima (57,8) e Maçola (55,7) respectivamente. Chama-nos particularmente a atenção o fato de que a população de 15 a 21 anos esteja tão homogeneamente distribuída nas vilas, já que tal fenômeno pode ser um indicador também de que os jovens de todas as vilas estejam envolvidos homogeneamente na violência, seja como vítimas ou como agressores. Beato(2009), analisando duas comunidades do Rio de Janeiro, mostra que enquanto essas comunidades registraram um decréscimo de até 20% em suas populações, a cidade do Rio de Janeiro cresceu mais de 5%(2009,p9). Seria razoável imputar a esse êxodo não só o fato de que os habitantes das comunidades sob o domínio do tráfico de drogas buscam outro lugar para morar tão logo seja possível, mas também que a população jovem é a principal protagonista e vítima da violência gerada pelo comércio ilegal de drogas.

TABELA 10
Quadro Comparativo por Vilas

Famílias das Vilas do Aglomerado da SERRA, segundo o nº de pessoas e média

Nº de pessoas/Vilas	De 1 á 2 pessoas	De 3 á 5 pessoas	De 6 á 10 pessoas	Total	Média
N. Sra. Aparecida	22.3%	55.4%	22.3%	100%	4.1
	-29	-72	-29	-130	
Santana do Cafezal	26.2%	51.5%	22.3%	100%	4.2
	-34	-67	-29	-130	
Nossa Sra. da Conceição	24.6%	53.9%	21.5%	100%	4.2
	-32	-70	-28	-130	
Nossa Sra. de Fátima	18.6%	56.4%	25.0%	100%	4.3
	-26	-79	-35	-140	
Marçola	27.1%	52.9%	20.0%	100%	3.9
	-38	-74	-28	-140	
Novo São Lucas	20.8%	55.4%	23.8%	100%	4.3
	-27	-72	-31	-130	

FONTE: URBEL-PGE- Pesquisa Amostral- 1999

Podemos observar que esses dados contrariam algumas crenças de senso-comum de que as periferias são compostas, predominantemente, de famílias com um grande número de filhos, de famílias extensas. Na verdade, no que se refere ao tamanho médio, pelo menos no Aglomerado da Serra, as famílias não se distanciam muito das famílias de classe média, visto que em todas as vilas mais da metade das famílias possui de 3 à 5 pessoas. É certo que talvez encontremos, na classe média, percentuais menores de famílias que tenham de 6 a 10 pessoas. Contudo, tais percentuais observados na tabela podem expressar muito mais uma estratégia de burlar as dificuldades econômicas do que números grandes de filhos, em que muitas famílias abrigam parentes. Observando como essa distribuição se dá no Brasil parece que não é muito diferente, pois temos os seguintes dados:

TABELA 11
Quadro Comparativo por Regiões Metropolitanas e Unidades Federativas
Domicílios particulares, pessoas e número médio de pessoas, por domicílio e dormitório, segundo
as Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas – 1996

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Total		Número médio de pessoas					
			Por domicílio			Por dormitório (1)		
	Domicílios particulares (1000)	Pessoas (1000)	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Brasil (2)	39 731	153 967	3,9	3,8	4,2	1,9	1,9	2
Norte (3)	1 568	7 134	4,5	4,5	-	2,2	2,2	0
Região Metropolitana de Belém	209	950	4,5	4,5	-	2,2	2,2	-
Nordeste	10 438	44 942	4,3	4,2	4,5	2	2	2,1
Região Metropolitana de Fortaleza	610	2 607	4,3	4,3	5,1	2	2	2,3
Região Metropolitana de Recife	760	3 048	4	4	4,1	1,9	1,9	2,1
Região Metropolitana de Salvador	672	2 724	4,1	4	4,2	2	2	2
Sudeste	18 248	67 352	3,7	3,6	4,1	1,9	1,9	2
Região Metropolitana de Belo Horizonte	953	3 832	4	4	4,5	1,9	1,9	2,3
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	2 991	10 219	3,4	3,4	3,6	1,9	1,9	2
São Paulo	9 401	34 332	3,7	3,6	4	2	1,9	2
Região Metropolitana de São Paulo	4 549	16 663	3,7	3,7	4,1	2	2	2,3
Sul	6 600	23 629	3,6	3,5	3,8	1,8	1,7	1,9
Região Metropolitana de Curitiba	664	2 397	3,6	3,6	3,8	1,8	1,8	1,9
Região Metropolitana de Porto Alegre	968	3 234	3,3	3,3	3,3	1,8	1,8	1,8
Centro-Oeste	2 806	10 607	3,8	3,8	3,7	1,9	1,8	1,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1996

(1) Exclusive os domicílios sem declaração de número de dormitórios. (2) Exclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. (3) Exclusive a população rural

Percebemos que em todas as Grandes Regiões o número médio de pessoas por domicílio se aproxima ou é idêntico a mais da metade das famílias do Aglomerado da Serra. Inclusive nas áreas urbanas das Regiões Metropolitanas, ou seja, de 3 a, no máximo, 5 pessoas por domicílio. Chama-nos a atenção a Área Rural da Região Metropolitana de Fortaleza, com 5.1 pessoas por domicílio, o que talvez possa configurar aquela estratégia para burlar as dificuldades econômicas. Principalmente se tivermos em mente o fato de que, em grande parte das áreas rurais o trabalho tem uma forte configuração de agricultura familiar. Mesmo quando as atividades dominantes se relacionam à agropecuária, é necessário, em muitos casos, o envolvimento de todo o grupo familiar. O que talvez explique então esse número de pessoas por domicílio seja os “agregados” e “parentes”.

Em todas as vilas predominam os núcleos familiares constituídos por pais e filhos, embora seja possível destacar aquelas famílias que abrigam netos e outros parentes, situação freqüente em todas as Vilas do Aglomerado da Serra, com pequena diferença registrada na Vila Nossa Senhora Aparecida, em que 14,8% das pessoas que habitam no domicílio são parentes e agregados. Ainda, comparando-se os percentuais relativos às categorias de “genro-nora” e “netos”, pode-se inferir que muitas crianças são criadas pelos avôs, visto que os percentuais de genro-nora são bem menores do que os de neto. Talvez isso se deva ao fato de que em grande parte das famílias de baixa renda os avós (paternos ou maternos) se constituem nos principais provedores do grupo familiar, visto que são eles que possuem uma renda com a qual se pode contar- a aposentadoria ou pensão. Isto faz com que mesmo que exista uma família nuclear, os parentes e agregados acabam por se estabelecerem no mesmo lote ou área, embora já tenham constituídos suas próprias famílias. Assim, o sistema de parentesco é de fato a forma mais básica de organização das relações sociais que vem garantir a sobrevivência

material. Embora, como nos lembra FILHO (1981), o sistema de parentesco ocupe nas sociedades atuais um lugar diferente do que ocupa nas sociedades primitivas, parece ainda representar uma estrutura que permite a seus membros acesso á outras dimensões da vida social, como trabalho, lazer e alimentação. Fora da estrutura promovida pelas relações de parentesco tarefas aparentemente simples estariam comprometidas. Essa estrutura permite sair para o trabalho ou para participar de alguma atividade de lazer, já que não se tem com quem deixar os filhos menores a não ser com os parentes. Permite preparar uma refeição para comer no trabalho, mesmo que bem antes do final do mês o salário tenha sido ceifado por um imprevisto.

7.2 - O Perfil da Educação no Aglomerado da Serra

Em todo o mundo as transformações econômicas das últimas décadas vêm forçando uma redefinição na agenda de políticas sociais. O aumento nos níveis de desemprego e a disseminação de formas não convencionais de inserção profissional, baseadas no trabalho autônomo, parecem reduzir a abrangência e eficácia dos mecanismos tradicionais de proteção social, boa parte vinculados à esfera do trabalho assalariado (direitos e garantias trabalhistas, por exemplo).

A introdução de programas de renda mínima e a sua consolidação enquanto, instrumentos permanentes de política social em sociedades como a brasileira, marcada por um grande déficit social, envolve uma série de questões complexas, como por exemplo a limitação de recursos técnicos e financeiros. No Brasil, em geral, a pobreza resulta de uma longa trajetória de exclusão social, na qual fatores como indigência econômica, falta de acesso a serviços sociais básicos (como educação e saúde), desconhecimento de princípios básicos de

cidadania e desestruturação familiar e pessoal associam-se e reforçam-se mutuamente. É dentro desta perspectiva que o perfil socioeconômico da população do Aglomerado Serra parece se encaixar. Talvez seja em função dessa vivência problemática que os contatos que tivemos com os moradores deixavam clara a preocupação da população em promover ocupação, emprego (principalmente o primeiro emprego) e renda como forma de melhorar todas as outras áreas críticas das vilas. Neste aspecto, principalmente, os moradores associam o desemprego a violência, embora reconheçam outras causas para a mesma.

Não só as comunidades têm demonstrado essa preocupação, como também têm evidenciado uma demanda pela ênfase no atendimento à infância e adolescência, em particular no tocante ao acesso à educação. Este anseio encontra certa repercussão em programas existentes, como por exemplo, o da Bolsa Escola, que tem como característica a concessão dos benefícios a unidades familiares através do incentivo à educação dos menores.

Neste contexto, uma política de renda mínima que não considerasse os diversos aspectos associados à pobreza absoluta e não procurasse, ainda que indiretamente, atuar sobre eles teria pouca chance de alcançar uma redução significativa dos patamares de exclusão social.

Atualmente existem poucas dúvidas sobre a relevância do fator educacional na determinação do nível de renda e do estágio de desenvolvimento de uma sociedade. É o capital humano estabelecendo uma relação de causalidade entre educação e renda. Fato é que a escolaridade tem resultados certos, pois normalmente dá acesso a empregos cujas remunerações situam-se acima da linha de pobreza. E isto faz com que os dados sobre educação nas periferias sejam extremamente preocupantes.

No caso do Aglomerado Serra, a falta de escolas torna o 2º Grau restrito à minoria que tem que se deslocar muito até as poucas escolas do entorno que oferecem este nível de ensino (Escola Municipal Santos Dumont e Escola Estadual Pedro Aleixo, principalmente). Isto também é visível pelo índice de analfabetismo e baixa escolaridade. O número de pessoas a atingir o nível de ensino superior é irrisório, conforme demonstram os gráficos a seguir:

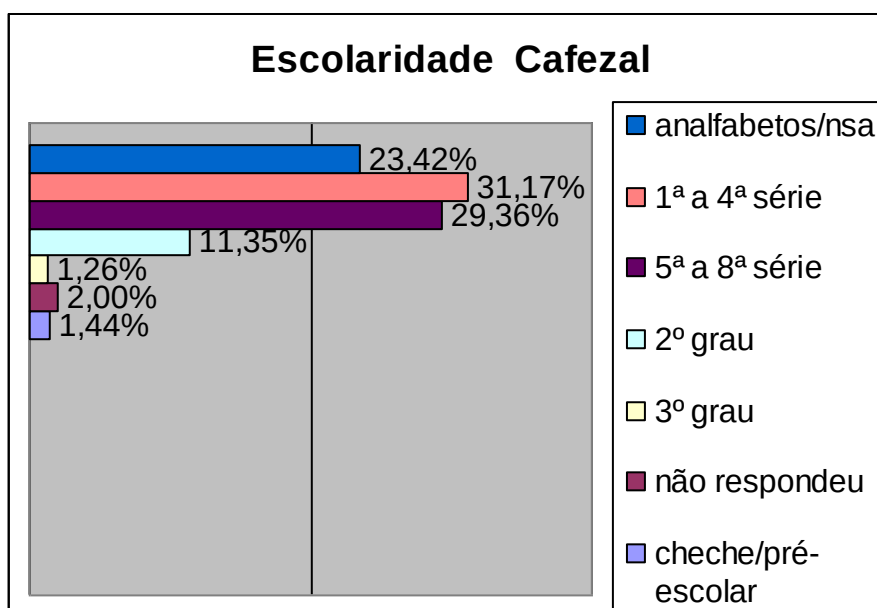


GRÁFICO 2: Índice de escolaridade na Vila Santana do Cafezal

Fonte: PGE-AGAGLOMERADO DA SERRA-URBEL

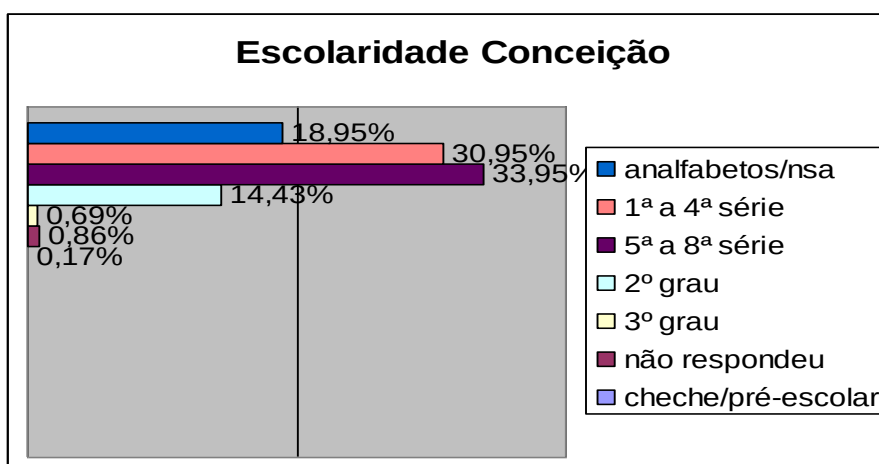


GRÁFICO 3: Índice de escolaridade na Vila Nossa Senhora da Conceição

Fonte: PGE-AGAGLOMERADO DA SERRA-URBEL

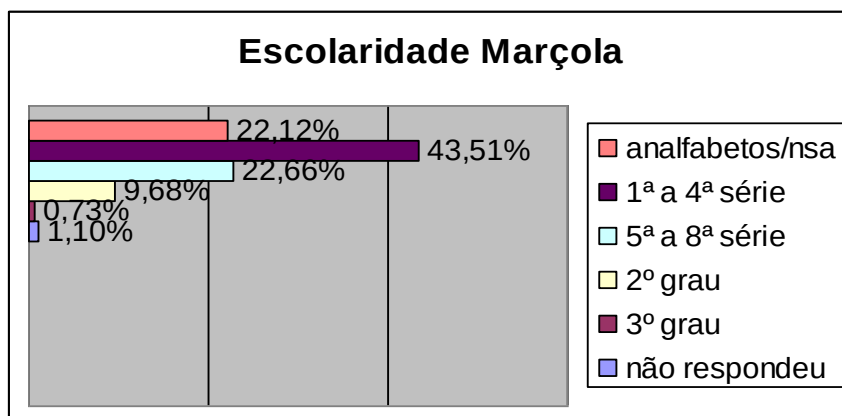


GRÁFICO 4: Índice de escolaridade na Vila Marçola
Fonte: PGE-AGAGLOMERADO DA SERRA-URBEL

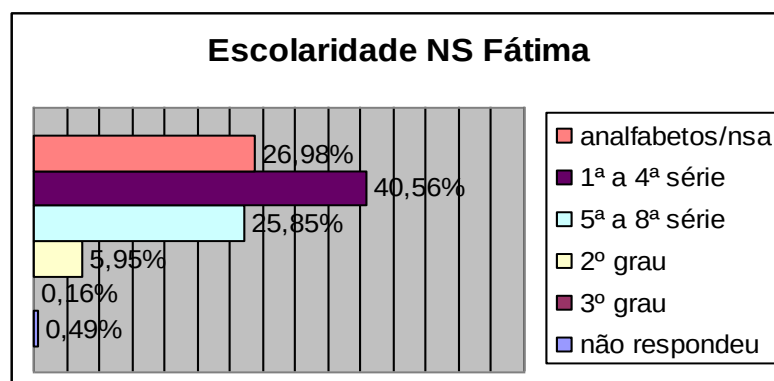


GRÁFICO 5: Índice de escolaridade na Vila Nossa Senhora de Fátima
Fonte: PGE-AGAGLOMERADO DA SERRA-URBEL

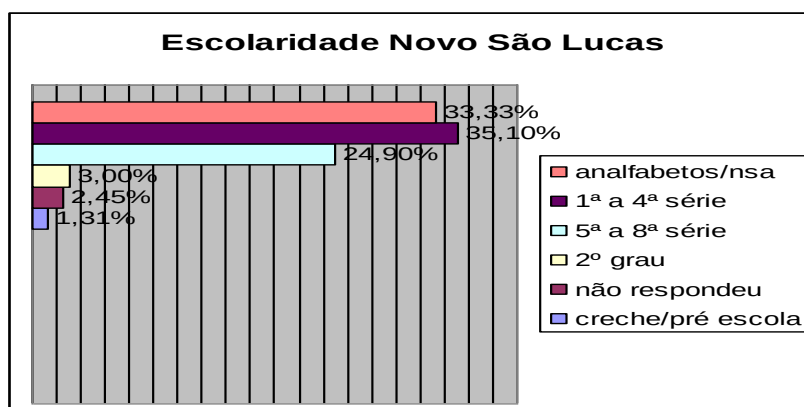


GRÁFICO 6: Índice de escolaridade na Vila Novo São Lucas
Fonte: PGE-AGAGLOMERADO DA SERRA-URBEL

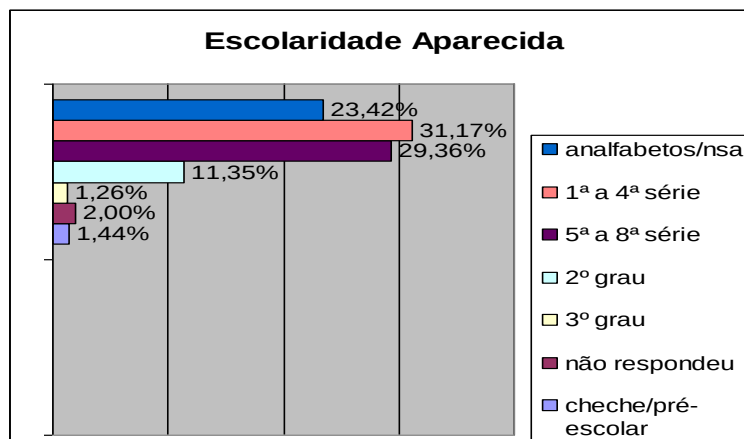


GRÁFICO 7: Índice de escolaridade na Vila Nossa Senhora Aparecida
Fonte: PGE-AGAGLOMERADO DA SERRA-URBEL

Pode-se perceber nas vilas do Aglomerado Serra que o atendimento ao pré-escolar pelo poder público é mínimo. Em contrapartida, o atendimento ao ensino fundamental é bastante expressivo; como é expressivo também o número de analfabetos. Isto nos revela um cenário no qual aproximadamente 75% dos moradores (em algumas vilas esse número é até maior) chegaram no máximo ao ensino fundamental. O maior problema começa com os estudantes na idade adequada para freqüentar o ensino médio e que não seguem os estudos devido à falta de oferta deste nível de ensino.

Os adolescentes matriculados normalmente estão em séries anteriores às que deveriam estar. Consequentemente, o que se verifica é uma sensível diminuição do número de estudantes conforme o aumento da idade.

Mas se de fato existe uma relação causal entre educação e renda; se a escolaridade dá acesso a empregos cujas remunerações situam-se acima da linha de pobreza, voltamos ao Aglomerado da Serra com um olhar preocupante, tendo em vista a excessiva concentração da população, tanto nos níveis mais baixos de renda (próximo de 50% dos moradores de todas as

vilas recebem até um salário mínimo), quanto nos de escolaridade (a maioria tem no máximo até o primeiro grau), como podemos observar nos quadros abaixo:

TABELA 12
Quadro Comparativo de Escolaridade por Vila
Vila Nossa Senhora Aparecida - População Segundo Escolaridade e Renda

Renda por Salário Mínimo (SM)	% Analfabetos	% 1ª à 4ª Série	% 5ª à 8ª Série	% 2º Grau	% Superior
Até 1SM	29	39.22	52.55	68.57	50
2 á 3 SM	33.33	9.6	18.65	8.57	50
3 á 5 SM	4.17	11.77	8.47	11.43	0
Acima de 5 SM	0	1.96	8.47	2.86	0
Não tem renda	37.5	27.45	11.86	8.57	0
Total	100 (24)	100 (51)	100 (59)	100 (35)	100 (2)

Fonte: URBEL, 1998

TABELA 13
Quadro Comparativo de Escolaridade por Vila
Vila Santana do Cafezal - População Segundo Escolaridade e Renda

Renda por Salário Mínimo (SM)	% Analfabetos	% 1ª à 4ª Série	% 5ª à 8ª Série	% 2ª Grau	% Superior
Até 1SM	54.77	41.22	32.91	39.14	0
2 á 3 SM	7.14	2.98	15.20	30.43	0
3 á 5 SM	0	0.76	2.53	4.35	0
Acima de 5 SM	0	11.53	0	0	0
Não tem renda	38.09	43.51	49.36	26.08	0
Total	100 (42)	100 (131)	100 (79)	100 (23)	0 (0)

Fonte: URBEL, 1998

TABELA 14
Quadro Comparativo de Escolaridade por Vila
Vila Nossa Senhora da Conceição - População Segundo Escolaridade e Renda

Renda por Salário Mínimo (SM)	% Analfabetos	% 1ª à 4ª Série	% 5ª à 8ª Série	% 2ª Grau	% Superior
Até 1SM	44.45	30.77	30.25	50.98	25
2 á 3 SM	3.70	9.90	7.56	2.84	0
3 á 5 SM	0	33.30	1.68	0	25
Acima de 5 SM	0	1.09	0.85	1.96	50
Não tem renda	51.85	54.94	59.66	41.17	0
Total	100 (27)	100 (91)	100 (119)	100 (51)	100 (4)

Fonte: URBEL, 1998

TABELA 15

Quadro Comparativo de Escolaridade por Vila

Vila Nossa Senhora de Fátima - População Segundo Escolaridade e Renda

Renda por Salário Mínimo (SM)	% Analfabetos	% 1ª á 4ª Série	% 5ª á 8ª Série	% 2ª Grau	% Superior
Até 1SM	66.66	58	48.86	61.90	0
2 á 3 SM	8.33	13	1.57	23.80	100
3 á 5 SM	2.78	2	2.85	4.77	0
Acima de 5 SM	0	1	1.44	0	0
Não tem renda	22.23	26	34.28	9.53	0
Total	100 (36)	100 (100)	100 (70)	100 (21)	100 (1)

Fonte: URBEL, 1998

TABELA 16

Quadro Comparativo de Escolaridade por Vila

Vila Marçola - População Segundo Escolaridade e Renda

Renda por Salário Mínimo (SM)	% Analfabetos	% 1ª á 4ª Série	% 5ª á 8ª Série	% 2ª Grau	% Superior
Até 1SM	54.04	45.31	46.15	34.48	0
2 á 3 SM	2.70	6.25	12.30	31.04	0
3 á 5 SM	0	1.57	0	3.45	0
Acima de 5 SM	0	0.78	0	3.45	0
Não tem renda	43.25	46.09	41.55	27.58	100
Total	100 (37)	100 (128)	100 (24)	100 (29)	100 (1)

Fonte: URBEL, 1998

TABELA 17

Quadro Comparativo de Escolaridade por Vila

Vila Novo São Lucas - População Segundo Escolaridade e Renda

Renda por Salário Mínimo (SM)	% Analfabetos	% 1ª á 4ª Série	% 5ª á 8ª Série	% 2ª Grau	% Superior
Até 1SM	60	38.46	52.94	33.33	0
2 á 3 SM	4	25.64	20.58	16.67	0
3 á 5 SM	0	0	5.88	0	0
Acima de 5 SM	0	0	0	0	0
Não tem renda	36	35.90	20.60	50	100
Total	100 (25)	100 (39)	100 (34)	100 (06)	100 (1)

Fonte: URBEL, 1998

A relação entre baixa (ou falta de) escolaridade e baixos rendimentos tem caráter bidirecional, pois não só os baixos níveis de educação determinam baixos rendimentos, mas

também baixos rendimentos forçam uma inserção precoce no mercado de trabalho, em prejuízo da educação. Este círculo vicioso; baixa educação-pobreza-baixa educação, gera uma reprodução contínua das desigualdades sociais. Contudo, sabendo da existência dessa relação entre educação e renda, os dados acima levantam muito mais questionamentos do que respostas. Em todas as vilas do Aglomerado, quando observamos a população que ganha até um salário mínimo, há sempre uma concentração maior de analfabetos, como era de se esperar. Mas as diferenças não são tão expressivas como deveriam, e no caso da Vila Nossa Sra. Da Conceição, temos um percentual até maior de pessoas com o 2º grau do que de analfabetos ganhando até um salário mínimo. Na Vila Novo São Lucas, embora 60% dos que ganham até um salário mínimo são analfabetos, 50% dos que têm 2º grau não possuem nenhum tipo de renda. Além disso, nas Vilas Aparecida e Conceição, o percentual dos que possuem o 2º grau e que ganham até um salário mínimo supera o percentual de analfabetos com a mesma renda.

Esta contextualização do Aglomerado Serra, acreditamos, não é muito distinto dos problemas enfrentados por outros aglomerados urbanos, de população pobre espalhados por todo o país. Contudo, não podemos deixar evidentemente de considerar suas especificidades, suas peculiaridades socioeconômicas e culturais, sua identidade própria enquanto lugar. Seu tamanho e localização no espaço urbano e as conseqüências que daí emergem.

Existem, no Aglomerado, algumas iniciativas interessantes de inserção econômica e social, como: ESCOLA ESTADUAL JOSÉ MENDES JÚNIOR (Vila Conceição) que oferece cursos de tapeçaria, artesanato, bijuteria e manicure; CASA DA SOLEDADE (Vila Conceição) com cursos de computação, pintura, cartões e caixinhas para presente; ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA VILA FÁTIMA (Vila Fátima), que possui cursos de

costura, bordado e tapetes; JOVENS COM UMA MISSÃO-JOCUM (Vila Novo São Lucas), que ministra cursos de marcenaria, bordado e outros trabalhos manuais; CONSELHO DE PAIS CRIANÇA FELIZ (Vila Cafezal), que oferece cursos de cabeleireiro, marcenaria, office-boy e nutrição, além do OBRA SOCIAL DO SÃO LUCAS (Vila Aparecida), com cursos de informática e confecção de artigos com retalhos.

Constatamos que o entorno e as próprias vilas absorvem significativa mão-de-obra, quando comparados aos outros locais da cidade.

TABELA 18
Quadro Comparativo de Mão-de-obra por Vilas
Distribuição percentual de mão-de-obra por Vilas do Aglomerado da SERRA

Vila/Local	Nossa Senhora Aparecida	Santana do Cafezal	Nossa Senhora da Conceição	Nossa Senhora de Fátima	Marçola	Novo São Lucas
Própria Vila	23,98	17,5	23,95	17,7	21,24	17,61
Entorno	28,5	14,45	17,7	23,95	23,83	16,5
Outra cidade	4,1	4,81	2,08	1,56	1,55	1,13
Centro	9,04	13,85	9,4	10,44	12,45	13,63
Outro Bairro	34,38	49,39	46,87	46,35	40,93	51,13

Fonte: URBEL, 1998

Cada uma das vilas absorve, no mínimo, 31% da sua própria mão-de-obra e da mão-de-obra das vilas adjacentes. Chamou-nos particularmente a atenção as Vilas Aparecida e Maçola, que absorvem 52,48% e 45,02% respectivamente de sua própria mão-de-obra e da mão-de-obra das vilas vizinhas.

Quando se considera o mercado de trabalho urbano, a distinção entre empregados e desempregados é normalmente utilizada para se caracterizar a situação dos membros da força de trabalho. No entanto, ao lado de uma parcela do mercado de trabalho, cuja organização é suficientemente formal para permitir uma separação clara entre emprego e desemprego, subsistem importantes faixas do mercado de trabalho, compostas de mão-de-obra cuja

situação não se adapta a essa simples dicotomia (empregado/desempregado). Estas faixas constituem basicamente o mercado informal que embora apresente características indefinidas, têm claro que seus membros estão quase sempre sujeitos a baixos rendimentos, jornadas de trabalho de duração variada e instabilidade em suas ocupações.

No Aglomerado Serra boa parte da população encontra-se nesta situação. Parcela considerável está ligada à informalidade, o que, na maioria das vezes, equivale a subemprego e sub-renda. O trabalho exercido pelos chefes de família se concentra em setores de baixa produtividade, como por exemplo, os assalariados registrados na construção civil.

Os dados mostram que existe, em todas as vilas, uma concentração de pessoas em três categorias: Desempregados, Donas de Casas e Autônomos respectivamente, seguidas pelos aposentados. É importante salientar que não é impossível desvincular o Aglomerado Serra do contexto geral brasileiro no que se refere ao tema “informalidade”. Cremos que há certo consenso sobre a necessidade de ampliação das oportunidades de inserção produtiva das classes de baixa renda na economia da cidade. Essa inserção, por sua vez, implica a capacitação para o domínio de competências que somente serão adquiridas e eficazmente acionadas a partir de uma formação básica mais sólida, o que somente se dará a longo prazo.

Percebemos então o Aglomerado da Serra é um conjunto de seis comunidades que, de modo geral, enfrentam os mesmos problemas. De 3 a 15% dos moradores de todas as vilas têm o curso médio e em grande parte a renda não chega a dois salários mínimos. Assim como em todas as vilas houve um crescimento populacional expressivo, principalmente a Vila Cafezal que teve um crescimento de mais de 122% de sua população entre 1996 e 1999. Também é considerável o percentual de crianças de até 14 anos, embora os jovens de 15 a 21

anos oscilam entre 16 e 20%. Esses dados nos fazem refletir sobre a capacidade dos níveis de controles atuarem. O pouco acesso á escola implica pouca escolaridade e, portanto, menos acesso ao sistema produtivo formal e ou a melhores salários. Como consequência, aumenta-se a carga horária de trabalho, na sua maioria, assalariado registrado e sem registro. Soma-se a isso a quase inexistência de creches, obrigando os pais a deixarem os filhos sozinhos em casa para trabalharem, o que compromete o nível mais básico de controle: o privado. Assim, todo aquele percentual somado de crianças até 14 anos mais os jovens até 21 anos estão, a maior parte do tempo, longe do controle privado.

.

7.3 - Estatística Inferencial

Estamos preocupados em entender a suposta associação entre “modelos de estrutura familiar” e o crime contra a pessoa, evento mais freqüente nos aglomerados e associados a atividades de gangues de uma forma geral, em um período compreendido entre os anos de 2000 e 2005 em Belo Horizonte e no Aglomerado da Serra. Para tanto, pensamos em fazer alguns testes de significância, bem como tentar detectar a extensão de supostas correlações entre algumas variáveis que julgamos operacionalizar alguns modelos de estrutura familiar e crime contra a pessoa⁴⁰.

Como bem coloca BABBIE (2005:400),

“a significância estatística de uma relação observada num conjunto de dados amostrais[...] é sempre expressa em termos de probabilidades. Significativo no nível 0,05(p menor que 0,05)significa que a probabilidade de uma relação tão forte como a observada ser atribuída apenas a erro de amostragem não é maior que 5 em 100. Ou seja, se duas variáveis são independentes uma da outra na população e 100

⁴⁰ O crime contra a pessoa é uma variável que consiste na soma de crimes como tentativa de homicídio, homicídio, estupro, agressão grave.

amostras probabilísticas são extraídas desta população, não mais que cinco dessas amostras devem mostrar uma relação tão forte como a observada.”

A partir de dados do IBGE, referentes ao Aglomerado da Serra, tentamos encontrar associação entre algumas variáveis baseado na hipótese de que o crime contra a pessoa está relacionado com sexo e faixa etária por setor censitário. Será que a presença ou ausência masculina de uma faixa etária específica estaria associada com o crime contra a pessoa, categoria de crimes relacionados principalmente ao comércio ilegal de drogas e às gangues?

TABELA 19
Quadro Correlação de Sexo e Crime
Contra a Pessoa

Domicílios com 2 moradores homens ou mais e Crime contra a Pessoa

Ano	A=0.05	Coef. Corr.
2000	0,213	0.189
2001	0,837	0.031
2002	0,071	0.272
2003	0,828	0.033
2004	0,012	0.373
2005	0,409	-0.126

Fonte: Pesquisa: Os entraves para o surgimento da Eficácia coletiva: Um Estudo de Casos em uma Periferia de Belo Horizonte. 2009

TABELA 20
Quadro Correlação de Sexo e Crime Contra
a Pessoa

Domicílios sem moradores homens ou mais e Crime contra a Pessoa

Ano	P=0.05	Coef. Corr.
2000	0,904	0.018
2001	0,269	-0.169
2002	0,922	-0.015
2003	0,961	0.007
2004	0,129	0.230
2005	0,577	-0.085

Fonte: Pesquisa: Os entraves para o surgimento da Eficácia coletiva: Um Estudo de Casos em uma Periferia de Belo Horizonte. 2009

TABELA 21
Quadro Correlação de Sexo e Crime Contra a
Pessoa
Domicílios sem moradores mulheres e Crime
contra a Pessoa

Ano	P=0.05	Coef. Corr.
2000	0,587	-0.083
2001	0,785	0.042
2002	0,868	0.025
2003	0,96	0.008
2004	0,189	0.200
2005	0,665	-0.066

Fonte: Pesquisa: Os entraves para o surgimento da Eficácia coletiva: Um Estudo de Casos em uma Periferia de Belo Horizonte. 2009

Os dados mostram que presença ou ausência da referência feminina ou masculina no domicílio parece não influenciar a variável crime contra a pessoa. Em todo o período analisado, apenas no ano de 2004 a presença masculina e feminina aparece associada à variável crime contra a pessoa, com $p = 0.012$ e coeficiente de correlação de 0.375 .

Se as gangues surgem da interação de um número de adolescentes frente a problemas similares de adaptações (COHEN,1955) e se os procedimentos ilegítimos encontram nas classe de baixa renda e em uma faixa etária específica um terreno fértil para prosperarem, pensamos que seria interessante tentar descobrir se existe associação entre a faixa etária compreendida entre 18 e 24 anos e o crime contra a pessoa⁴¹:

⁴¹ De acordo com James c Howell, John P. Moore e Arley Egley, Jr.(2002:6), de 1996 a 1999 a proporção de adultos envolvidos com gangues nos Estados Unidos (18-24) cresceu de 37% para 50%. Segundo eles, talvez isso se deva a uma melhoria no sistema de dados e ao uso padronizado de critérios, bem como ao rápido desenvolvimento da base de dados criminais. Nos últimos anos a lei tem definido “ganguê” e “membro de gangue”, bem como “crimes cometidos por gangues” de forma quase universal. No caso de Belo Horizonte, já em 1983, Paixão constatou que 93,3% dos autores de crimes eram compostos de população do sexo masculino e que 58,4% estavam na faixa de idade entre 18 e 30 anos; percentuais que podem aumentar consideravelmente se baixarmos essa faixa etária para 15 anos de idade . Chama-me particularmente a atenção o fato de que esse perfil é mais significativo para as modalidades de crimes contra o patrimônio e tráfico de entorpecente, sendo este último uma das principais motivações para as atividades de gangues nos aglomerados de Belo Horizonte.

TABELA 22
Quadro Correlação de Faixa etária e Crime Contra a Pessoa
Homens e mulheres entre 18 a 24 anos e Crime contra a Pessoa

<i>Ano</i>	<i>P=0.05</i>	<i>Coef. Corr.</i>
2000	0,247	0.176
2001	0,866	0.026
2002	0,032	0.320
2003	0,717	0.056
2004	0,004	0.425
2005	0,561	-0.089

Fonte: Pesquisa:
 Os entraves para o surgimento da Eficácia coletiva:
 Um Estudo de Casos em uma Periferia de Belo Horizonte.

Nota-se que a faixa etária por si só não aparece associada com o crime contra a pessoa, exceto em 2002 e 2004, sendo que em 2004 o coeficiente de correlação é bastante significativo. Mas quando agregamos a faixa etária, de um lado e gênero do outro, temos os seguintes resultados:

TABELA 23
Quadro Correlação de Sexo, Faixa etária e Crime Contra a Pessoa
Mulheres entre 18 a 24 anos e Crime contra a Pessoa

<i>Ano</i>	<i>P=0.05</i>	<i>Coef. Corr.</i>
2000	0,175	0.206
2001	0,678	0.064
2002	0,034	0.316
2003	0,545	0.093
2004	0,004	0.424
2005	0,94	-0.012

Fonte: Pesquisa: Os entraves para o surgimento da Eficácia coletiva: Um Estudo de Casos em uma Periferia de Belo Horizonte.2009

TABELA 24
Quadro Correlação de Sexo, Faixa etária e Crime Contra a Pessoa
Homens entre 18 a 24 anos e Crime contra a Pessoa

<i>Ano</i>	<i>P=0.05</i>	<i>Coef. Corr.</i>
2000	0,25	0.175
2001	0,961	0.007
2002	0,029	0.325
2003	0,879	0.023
2004	0,002	0.445
2005	0,879	-0.098

Fonte: Pesquisa: Os entraves para o surgimento da Eficácia coletiva: Um Estudo de Casos em uma Periferia de Belo Horizonte.2009

A faixa etária e o sexo, separadamente, aparecem associados com o crime contra a pessoa com a mesma freqüência com que aparecem quando estão agregados, embora o coeficiente de correlação de 2004 seja mais consistente.

Observamos, com frequência, uma quantidade considerável de “genro-nora” e “netos”⁴², e talvez seja possível inferir que muitas crianças (e ou adolescentes) são criadas pelos avós, visto que os percentuais de genro-nora são bem menores do que os de netos. Talvez pudéssemos inferir também que há uma quantidade significativa de mães solteiras e (ou) mães adolescentes, o que justificaria aquela diferença nos percentuais de genro-nora em relação aos netos. Assim, supondo que um modelo de “família convivente” ou de genitores ausentes⁴³ tivesse alguma relação com comportamentos desviantes, resolvemos analisar a possível relação entre a presença de netos/bisnetos e o crime contra a pessoa na no Aglomerado da Serra:

⁴² Os dados mostram que o percentual de genros/noras varia de 1 a 3%, ao passo que o percentual de netos varia de 9 a 15%.

⁴³ Famílias que moram juntas no mesmo domicílio, sendo ou não parentes entre si. Cada família pode ser constituída por “pai-mãe-filho”, por “pai-filhos” ou por “mãe-filhos”. Outros adultos sem filhos, parentes ou não, podem também viver no domicílio. Nessa categoria foram também agrupadas as famílias compostas de duas ou mais gerações, desde que em cada geração houvesse pelo menos uma mãe ou um pai com filhos de até 18 anos. Ou famílias em que nem o pai nem a mãe estão presentes, mas que existem outros adultos (tais como avós, tios) que serão responsáveis pelos menores de 18 anos. AMAS(1995:27/28):Famílias de crianças e adolescentes: diversidade e movimento. Belo Horizonte

TABELA 25
Quadro Correlação de Estrutura Familiar e Crime
Contra a Pessoa

Netos/Bisnetos e Crime contra a Pessoa

Ano	<i>P=0.05</i>	<i>Coef. Corr.</i>
2000	0,25	0.175
2001	0,921	0.015
2002	0,178	0.204
2003	0,628	-0.074
2004	0,022	0.342
2005	0,31	0.155

Fonte: Pesquisa:
 Os entraves para o
 surgimento da
 Eficácia coletiva:
 Um Estudo de Casos
 em uma
 Periferia de Belo
 Horizonte.

Em todo o período analisado, apenas em 2004 percebemos correlação entre as duas variáveis, com $p= 0.022$. Segundo BABBIE (2005), erro de amostragem e o tamanho da amostra são inversamente proporcionais. Significa que quanto maior a amostra menor o erro esperado. Considerando que estamos trabalhando com dados do IBGE relacionados aos 45 setores censitários que compõem o aglomerado da Serra, pensamos que talvez tenhamos aí um problema relacionado ao tamanho da amostra. Ou então possamos supor que esse número considerável de netos/netas no grupo familiar seja resultado dos baixos salários, em virtude da pouca escolaridade e qualificação dessa população. Assim, os avôs se transformam um dos principais provedores do grupo familiar, já que possuem renda fixa da aposentadoria ou pensão. Nesse sentido, morar com os avôs pode ser mais uma garantia de sobrevivência alimentar do que desestruturação familiar e, nesse caso, teria pouca ou nenhuma associação com crimes contra a pessoa. Isto porque quando se compara o perfil dos responsáveis pelo domicílio e crime contra a pessoa em Belo Horizonte, também não aparecem correlações.

Vejamos então os coeficientes de correlação das variáveis “responsável pelo domicílio” e “crime contra a pessoa” em Belo Horizonte:

TABELA 26
Quadro Correlação da Instrução do Responsável,
Sexo e Crime Contra a Pessoa
Pessoa Alfabetizada Responsável pelo Domicílio e
Crime Contra a Pessoa

Ano	Coef. Corr.
2000	0.065*
2001	0.065*
2002	0.049*
2003	0.072*
2004	0.085*
2005	0.068*

Fonte: Pesquisa: Os entraves para o surgimento da Eficácia coletiva: Um Estudo de Casos em uma Periferia de Belo Horizonte.2009

* A correlação é significativa no nível 0.05

** A correlação é significativa no nível 0.001

TABELA 27
Quadro Correlação da Instrução do Responsável,
Sexo e Crime Contra a Pessoa
Homem Alfabetizado - Responsável pelo Domicílio e
Crime Contra a Pessoa

Ano	Coef. Corr.
2000	0.282*
2001	0.283*
2002	0.305*
2003	0.346*
2004	0.324*
2005	0.308*

Fonte: Pesquisa:
 Os entraves para
 o surgimento da
 Eficácia coletiva:
 Um Estudo de
 Casos em uma
 Periferia de Belo
 Horizonte.2009

* A correlação é significativa no nível 0.05

** A correlação é significativa no nível 0.01

TABELA 28
Quadro Correlação de Instrução do Responsável,
Faixa Etária e Crime Contra a Pessoa
Pessoa Alfabetizada entre 20 e 29 - Responsável pelo
Domicílio e Crime Contra a Pessoa

Ano	Coef. Corr.
2000	0.217*
2001	0.222*
2002	0.219*
2003	0.252*
2004	0.270*
2005	0.235*

Fonte: Pesquisa: Os
entraves para o
surgimento da
Eficácia coletiva: Um
Estudo de Casos em uma
Periferia de Belo
Horizonte.2009

* A correlação é significativa no nível 0.05

** A correlação é significativa no nível 0.01

TABELA 29
Quadro Correlação da Instrução do Responsável,
Sexo e Crime Contra a Pessoa
Homem Responsável pelo Domicílio com até 8 Anos
de Estudos e Crime Contra a Pessoa

Ano	Coef. Corr.
2000	0.169*
2001	0.180*
2002	0.200*
2003	0.244*
2004	0.292*
2005	0.276*

Fonte: Pesquisa: Os entraves para o surgimento da
Eficácia coletiva: Um Estudo de Casos em
uma Periferia de Belo Horizonte.2009

* A correlação é significativa no nível 0.05

** A correlação é significativa no nível 0.01

TABELA 30
Quadro Correlação do Sexo, Faixa Etária, Instrução e
Crime Contra a Pessoa
Domicílios com Moradores Homens de 15 a 34 Anos,
Alfabetizados e Crime Contra a Pessoa

Ano	Coef. Corr.
2000	0.217*
2001	0.212*
2002	0.229*
2003	0.256*
2004	0.279**
2005	0.247**

Fonte: Pesquisa: Os entraves para o surgimento da
 Eficácia coletiva: Um Estudo de Casos em uma
 Periferia de Belo Horizonte.2009

* A correlação é significativa no nível 0.05

** A correlação é significativa no nível 0.01

O que percebemos é que a pouca ou nenhuma escolaridade dos responsáveis pelo domicílio, bem como a faixa etária deles não aparecem associadas ao crime contra a pessoa no Aglomerado da Serra. Mas se a pouca ou nenhuma escolaridade é uma das variáveis relacionadas às classes de baixa renda, por que não se verificou uma associação positiva ou negativa entre ela e a variável crime contra a pessoa? Seria uma questão de variações no tamanho da amostra ou haveria no Aglomerado da Serra, outras variáveis que estão mais relacionadas ao crime contra a pessoa? Parece que muitos contextos podem não estar sendo capturados por essas correlações entre as variáveis. Assim, baixa escolaridade não implica necessariamente distanciamento dos valores tradicionais. Grupos de pessoas de uma faixa etária específica podem estar inseridas no mercado de trabalho formal ou em redes de relacionamentos que extrapolam essa dimensão comunitária, ou ainda talvez seja possível pensar no fato de que a posição de responsável pela família permite uma inserção social na estrutura da comunidade que funcione como controle. Talvez os dados que operacionalizem tais contextos poderia nos dizer algo mais concreto.

Assim, pesamos em mensurar contextos cujas variáveis se expressem na interação cotidiana dos moradores do Aglomerado da Serra.

8 - ANÁLISE DESCRITIVA DAS MEDIDAS DE COESÃO SOCIAL E DE EFICÁCIA COLETIVA NA VILA SANTANA DO CAFEZAL

8.1 - Medidas de Coesão Social na Vila Cafezal

As questões que tentam mensurar a coesão social revelam uma dinâmica típica das comunidades periféricas. Percebe-se que aproximadamente a metade das pessoas que responderam os questionários acha seus vizinhos confiáveis e talvez por isso se sentem em casa morando na Vila.

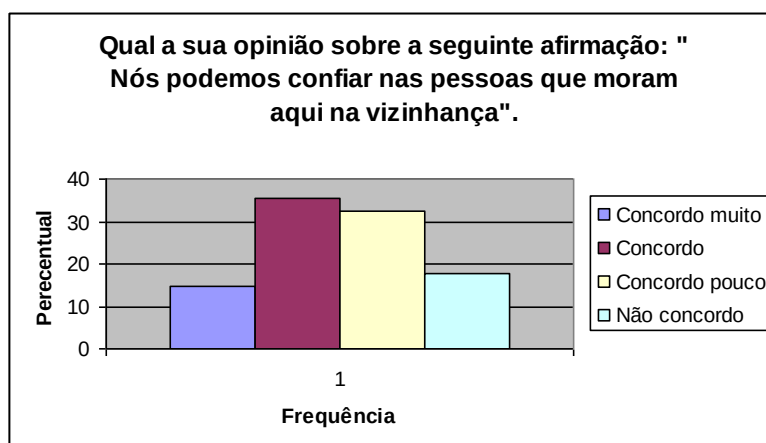


GRÁFICO 8: Índice de confiança entre moradores da Vila Santana do Cafezal

Fonte: Pesquisa: Os Entraves para o surgimento da Eficácia coletiva: Um estudo de Casos em um Aglomerado de Belo Horizonte: 2009

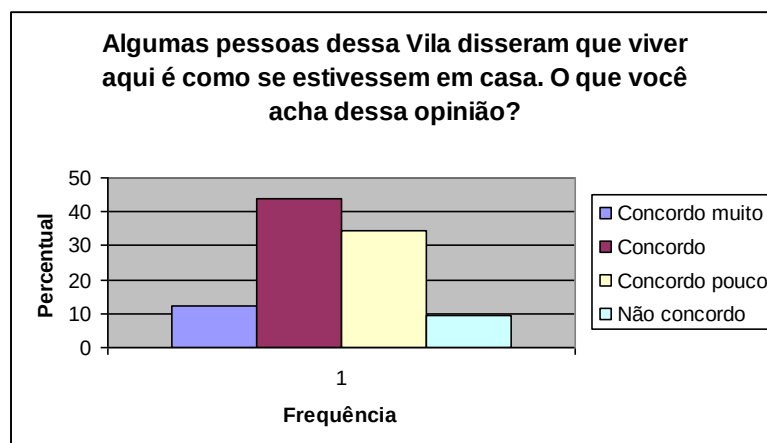


GRÁFICO 9: Índice de confiança entre moradores da Vila Santana do Cafezal

Fonte: : Os Entraves para o surgimento da Eficácia coletiva: Um estudo de Casos em um Aglomerado de Belo Horizonte: 2009

Essa confiança mútua pode ter sido gerada e alimentada por eventos concretos, em que uns ajudaram os outros em algum momento de dificuldade, parece ficar evidente quando observamos que também a metade concorda muito ou concorda com a afirmação de que os vizinhos são prestativos quando se precisa deles, ou na predisposição que 80% demonstraram de emprestar dinheiro caso algum vizinho precise.

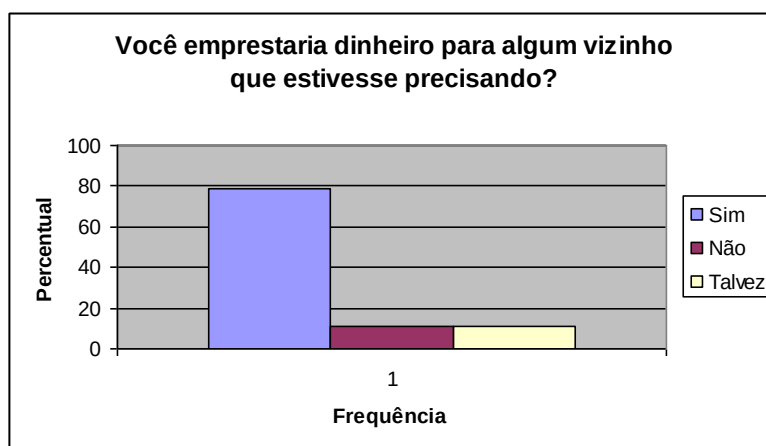


GRÁFICO 10: Índice de confiança entre vizinhos da Vila Santana do Cafezal

Fonte: : Os Entraves para o surgimento da Eficácia coletiva: Um estudo de Casos em um Aglomerado de Belo Horizonte: 2009

Mas apesar disso, talvez devêssemos nos afastar um pouco do romantismo que muitas vezes filtram nossas análises das comunidades. Ainda se preza muito o espaço da intimidade e, contrário ao que um olhar distanciado poderia deduzir, os vizinhos não se visitam com a frequência esperada.

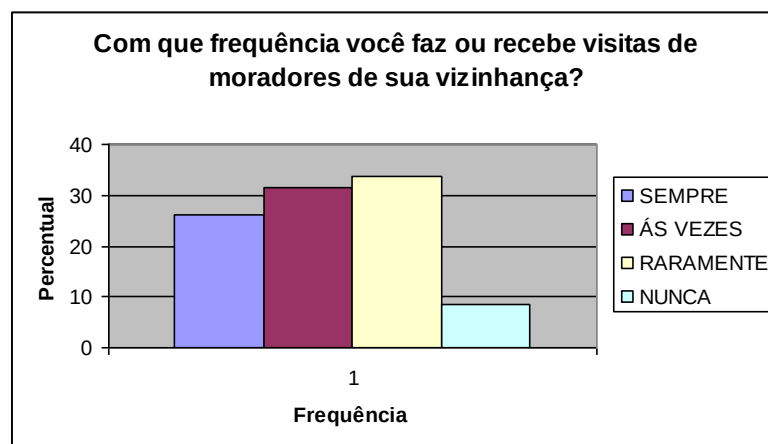


GRÁFICO 11: Índice de confiança entre moradores e vizinhos da Vila Santana do Cafezal

Fonte : Os Entraves para o surgimento da Eficácia coletiva: Um estudo de Casos em um Aglomerado de Belo Horizonte: 2009

Os dados mostraram que mais de 30% raramente visitam ou são visitados. Mesmo assim, o fato de que menos de 10% nunca visitam ou são visitados por vizinhos e que 25% sempre se visitam mostra uma dinâmica comunitária peculiar, com implicações também peculiares. Os questionários foram aplicados apenas na Vila Santana do Cafezal, mas a partir de nossas observações das outras vilas do Aglomerado podemos notar que em todas elas existem vários conjuntos de becos (algo equivalente aos quarteirões de um bairro) em que esse tipo de convivialidade perdura por várias décadas. Todos os moradores daquela área se visitam, fazem e recebem favores de seus vizinhos e uns participam da criação e do crescimento dos filhos dos outros. Por isso é comum expressões como “eu vi fulano crescer” ou “foi criado comigo”, ou ainda, “foi criado com o meu menino”.

De um modo geral, o que se observa é que essa coesão social não se expressa na forma de comportamento associativo no sentido político, institucional. Parece que a faceta mais institucional da coesão social na Vila Cafezal e no Aglomerado da Serra se objetiva, de forma muito tímida, em agremiações como igrejas e, de forma mais tímida ainda, em associações de bairros.

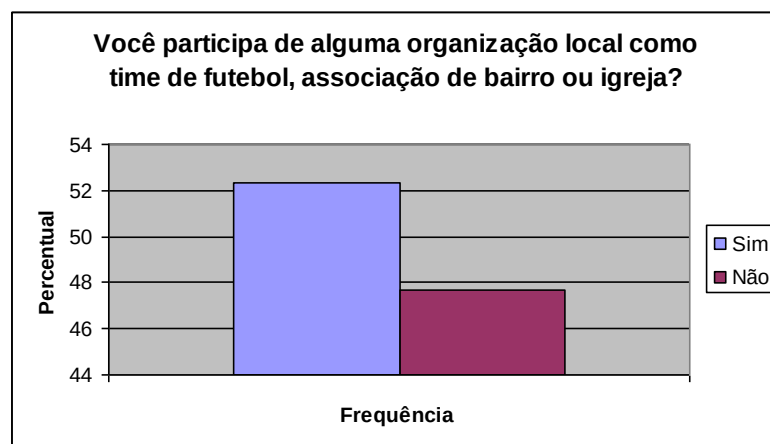


GRÁFICO 12: Associativismo entre moradores e vizinhos da Vila Santana do Cafezal

Fonte: : Os Entraves para o surgimento da Eficácia coletiva: Um estudo de Casos em um Aglomerado de Belo Horizonte: 2009

Desse modo, o Aglomerado da Serra estaria longe de possuir grande quantidade de capital social no sentido que Putnam define. Isto porque sua definição, bem como a operacionalização de sua definição de capital social está impregnada de um associativismo institucionalizado, ainda que em diferentes graus. Assim, mesmo que a coesão seja uma das principais variáveis que compõem o capital social, parece que, no Aglomerado da Serra, ela se mostra difusa e não se objetivou institucionalmente. Quase a totalidade dos que responderam que participam de alguma organização estava se referindo à Igreja (Católica ou Evangélica). Obviamente que não podemos desconsiderar tais organizações como espaços de discussões de metas coletivas e do bem comum. No entanto, é fato que a confissão religiosa restringe consideravelmente os participantes, bem como os impactos coletivos das decisões. Não significa que a coesão não exista. Pelo contrário. Ela existe e se expressa nas interações

cotidianas, permeada pela informalidade. Essa coesão, mesmo que não se traduza em comportamentos associativos, mesmo que não se formalize, parece ser capaz de “lubrificar” uma estrutura de privação econômica característica das periferias.

8.2 - Medidas de Eficácia Coletiva

As respostas para as perguntas que tentam medir a eficácia coletiva revelam dados interessantes. Quando a pergunta se relaciona a predisposição para intervir quando se observa a presença de pessoas estranhas, percebemos que quase 90% responderam que nunca ou raramente tomam alguma atitude.

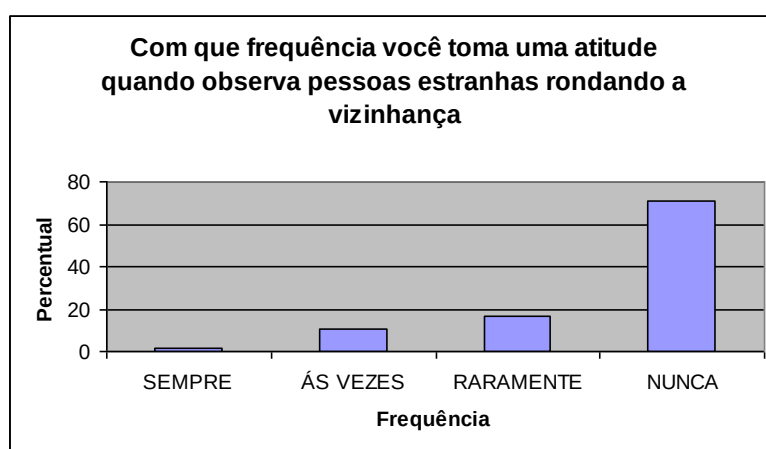


GRÁFICO 13: Índice de intervenção dos moradores contra atitudes de pessoas estranhas da Vila Santana do Cafezal

Fonte: Os Entraves para o surgimento da Eficácia coletiva: Um estudo de Casos em um Aglomerado de Belo Horizonte: 2009

Talvez isso se deva a vários fatores. “tomar uma atitude” parece um termo vago demais para mensurar atitude. Os tipos de crimes e violência existentes nas periferias parecem desencorajar qualquer morador a interpelar estranhos. Principalmente se esse “estranho” tem o

perfil de um morador da periferia. Por isso a “lei do silêncio” e os “toques de recolher” são tão eficazes para os traficantes.

Da mesma forma, quando o que está em jogo é intervir no comportamento de crianças, vemos que muitos raramente ou nunca tomam atitude quando observam crianças nas ruas no horário em que deveriam estar na escola.

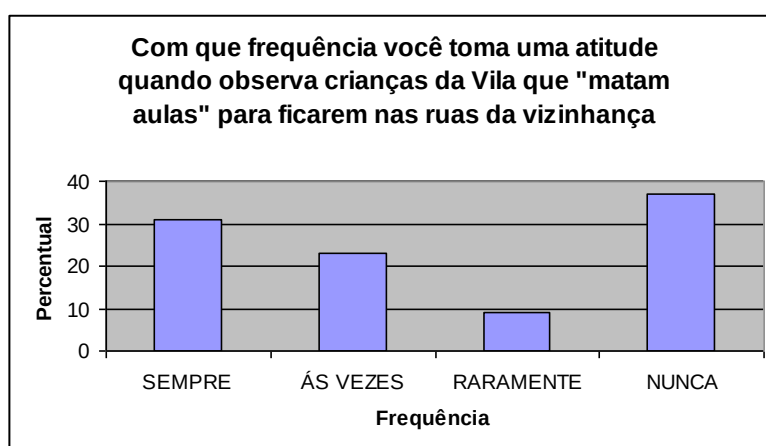


GRÁFICO 14: Índice de intervenção contra a evasão escolar na Vila Santana do Cafezal

Fonte: Os Entraves para o surgimento da Eficácia coletiva: Um estudo de Casos em um Aglomerado de Belo Horizonte: 2009

Contudo, mais da metade respondeu que sempre ou às vezes toma uma atitude. Talvez isso se deva a dois fatores: um deles é o fato de que as relações pessoais nas periferias brasileiras (não só nas periferias, mas principalmente nelas), são permeadas pela informalidade. Isso faz com que adultos se sintam mais livres para repreenderem filhos de outros. A covivialidade, bem como o partilhamento de dificuldades comuns (como a ameaça dos filhos serem cooptados pelo tráfico), além da crença de que a repreensão pode moldar comportamentos se aplicada desde a infância, motiva os adultos a exercerem esse controle espontâneo.

No entanto, também não podemos negar o fato de que “criança” possui um significado social e afetivo diferente de adolescente ou jovem. Assim, talvez muito menos pessoas respondessem sempre ou às vezes se ao invés de crianças, perguntássemos sobre adolescentes ou jovens. Principalmente diante de um confronto mais declarado, de desrespeito explícito.

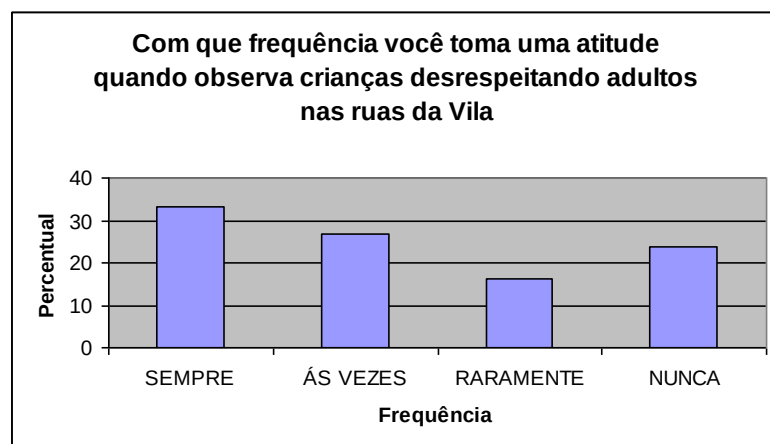


GRÁFICO 15: Índice de intervenção contra o desrespeito de crianças contra adultos na Vila Santana do Cafezal

Fonte: Os Entraves para o surgimento da Eficácia coletiva: Um estudo de Casos em um Aglomerado de Belo Horizonte: 2009

Nesse sentido, é pouco provável que 60% das pessoas que moram na Vila Cafezal tomassem alguma atitude sempre ou às vezes se, ao invés de crianças, vissem adolescentes ou jovens desrespeitando adultos nas ruas da Vila, ou que 67% interferissem quando observassem comportamentos de vandalismo⁴⁴.

⁴⁴ Vandalismo entendido como tocar campainha nas casas e correr, jogar pedras uns nos outros, gritar palavrões.

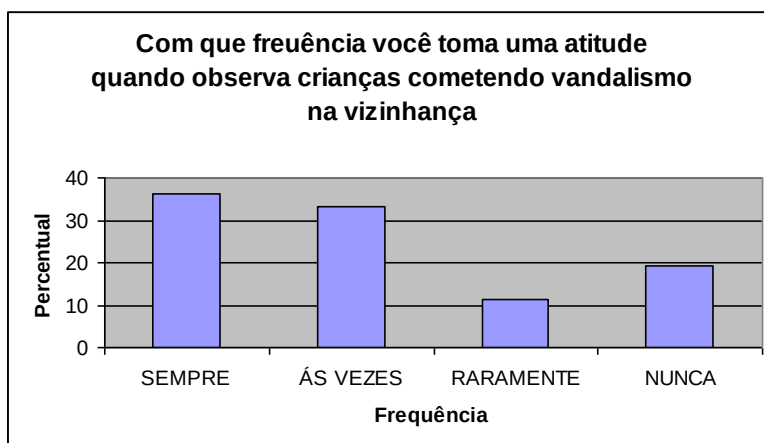


GRÁFICO 16: Índice de intervenção contra o vandalismo entre crianças na Vila Santana do Cafezal

Fonte: Os Entraves para o surgimento da Eficácia coletiva: Um estudo de Casos em um Aglomerado de Belo Horizonte: 2009

Quando as perguntas referem-se explicitamente ao comportamento dos adolescentes e dos jovens, fica clara a posição de distanciamento. Nossos dados mostraram que 70% não se sentem responsáveis pelos comportamentos dos jovens, ao mesmo tempo em que 80% concordam que os adolescentes da Vila são criados muito soltos. Mas a maioria (62%) estaria disposta a algum sacrifício para ter mais segurança, doando uma quantia em dinheiro se tivesse certeza de que tal sacrifício amenizaria o problema. Esse sacrifício parece não se traduzir em comportamentos associativos. Isto porque, como vimos, embora 53% aleguem participar de alguma organização, grande parte dessa participação gira em torno de atividades religiosas em igrejas, principalmente evangélicas. E ainda que não se possa negar a influência da religião protestante no comportamento de traficantes/ex-traficantes, sabemos que tal influência depende de experiências sobrenaturais, geralmente individuais. Mesmo que o ex-traficante- agora evangélico – usufrua de uma proteção simbólica que a religião possui⁴⁵, ou da proteção dos membros da igreja, tais proteções não se disseminam em toda a estrutura comunitária.

⁴⁵ É exemplar os relatos de traficantes cujos rivais se convertem à religião protestante. Um deles me afirmou que estava só esperando o seu ex-rival se desviar da religião para se vingar. Zaluar(1985) também, na nota de pé-de-página nº 2 do capítulo 5, reproduz a fala do pai de Manoel Galinha, em que bandidos invadem a casa atirando, mas voltam correndo ao se depararem com os evangélicos que formavam um grupo de oração.

Daqueles que responderam os questionários, 70% desconhecem a existência de alguma organização, dentro da Vila do Cafezal, que se ocupe de problemas ligados à criminalidade ou à violência. Mas talvez isso seja típico das periferias brasileiras, pois são raras as tentativas organizacionais explícitas, dentro das comunidades, voltadas para problemas relacionados à violência e à criminalidade⁴⁶. Mesmo aqueles que disseram conhecer tais organizações deixavam claro que estavam pensando no Projeto Criança Esperança, cuja sede em Belo Horizonte se encontra nas proximidades do Aglomerado e oferece diversas opções de lazer, de cultura ou de cursos profissionalizantes. E como o próprio nome do projeto sugere, existe um público alvo específico.

Essa falta de contexto associativo, voltado para problemas relacionados à violência e à criminalidade parece não ser recente, se considerarmos que todos os que responderam os questionários moram na Vila há pelo menos cinco anos e desses, 81% nunca participou de nenhum evento cuja temática seja a segurança na vizinhança.

Os dados nos revelam então um cenário no qual os moradores experimentam uma coesão que se expressa no cotidiano, informalmente. Ela surge nos pequenos gestos que, somados, é capaz de minimizar os efeitos das desvantagens estruturais. Saber que se pode

⁴⁶ Temos alguns exemplos no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte. Em agosto de 1993, na noite em que o Brasil se classificaria para a copa do mundo de 1994, um grupo de policiais militares invadiu a favela de Vigário Geral no Rio de Janeiro e assassinou 21 moradores como represália ao assassinato de vários policiais na noite anterior. A polícia estava envolvida com um esquema de corrupção e, cansados de pagar propina para os policiais, os traficantes resolveram atacar. Semanas após o massacre um grupo de jovens organiza um movimento chamado MOVIMENTO COMUNITÁRIO DE VIGÁRIO GERAL para protestarem contra a violência. Esse grupo rapidamente fez conexões com ONGs de fora da comunidade e consegue a atenção necessária para trazer assistência. Em um mês o movimento se organiza com uma ONG chamada CASA DA PAZ. Em Belo Horizonte, na década seguinte, surge o programa FICA VIVO, implantado inicialmente na favela Morro das Pedras, na região Oeste, cujo objetivo principal é a diminuição das taxas de homicídios. Posteriormente o programa foi estendido para outras favelas como Pedreira Prado Lopes, Alto Vera Cruz, Cabana, dentre outras e para a Região Metropolitana de Belo Horizonte, bem como para outras cidades mineiras.

contar com um grupo de vizinhos e parentes cria a possibilidade de se inserir e se manter no mercado de trabalho, de reformar a casa ou mesmo de reivindicar melhorias do poder público, mesmo que em momentos pontuais. Por outro lado, os dados também mostram que esse tipo de interação entre os vizinhos não se traduziu em controle dos comportamentos dos jovens, já que muitos sequer sentem-se responsáveis por tais comportamentos e não intervêm em tais comportamentos. Esse cenário parece ser encontrado em todas as vilas do Aglomerado da Serra.

9 - OS ENTRAVES COTIDIANOS PARA O SURGIMENTO DA EFICÁCIA COLETIVA

Tentamos selecionar os temas das entrevistas de acordo com a nossa hipótese; ou seja, existe a coesão, mas ela não se transforma em eficácia coletiva devido às especificidades das redes existentes na Vila Santana do Cafezal e no Aglomerado da Serra. Teríamos então dois temas centrais: **A) a percepção do lugar e B) as interações entre os moradores e entre eles e os traficantes.**

9.1 - A Percepção do Lugar

De modo geral, as respostas que se referem à percepção que os entrevistados têm do Aglomerado da Serra podem ser dispostas em três categorias: **1**-menção a existência de violência e/ou a algum tipo de crime (como “guerra”,gangues, tráfico, drogas, tiros, roubo, malandragem); **2**-menção a um ou a vários indicadores da presença de estrutura urbana(linha de ônibus, farmácia, mercado, proximidade com o centro da capital, hospital, centro de saúde) e **3**- a existência ou não de boas relações com os vizinhos (respeito, solidariedade, sentimento de que se é uma família).

Notamos então que a percepção que os entrevistados têm do “lugar” é mencionado a partir de duas dimensões: uma física (infraestrutura urbana) e outra relacionada á convivialidade social (a qualidade das interações com os vizinhos e/ou com as gangues). Notamos que quase na totalidade das falas são mencionadas juntas a violência e atividade de gangues e indicadores da presença de infraestrutura urbana ou essa infraestrutura e as relações com os vizinhos. No entanto, nos relatos que caracterizam, na percepção deles, os pontos negativos, não aparece a infraestrutura urbana. Pelo contrário. Ela aparece como

ponto positivo, juntamente com as relações com a vizinhança. Mesmo não sendo um hospital público, o Hospital Evangélico, situado nas proximidades do Aglomerado é citado juntamente com a proximidade do centro da Capital como algo positivo. Talvez os problemas de infraestrutura urbana não sejam mencionados porque a coesão social e o associativismo, característico do Aglomerado da Serra, têm sido capaz de lidar com essas questões; capacidade essa que parece não fazer frente ao problema das gangues e da violência. Isto parece ficar claro quando observamos que, das quinze entrevistas realizadas, as guerras entre as gangues, o tráfico de drogas, bem como os tiroteios são lembrados por 14 dos entrevistados e, claro, sempre como ponto negativo. Contudo, chama-nos particularmente a atenção o fato de que, se por um lado, “os meninos do movimento” são um problema, por outro lado, não “incomodam”.

Parece-nos que a história da ocupação das Vilas e as lutas empreendidas na conquista de melhorias para seus habitantes, confundem-se com o processo de busca de identidade com o espaço físico-social ocupado por cada uma delas.

Por outro lado, a maior ou menor identificação com um espaço onde existe um conjunto de elementos comuns a todas as Vilas, depende de aspectos objetivos, tais como a localização destas em relação ao Aglomerado. Ou seja, as populações residentes nas áreas periféricas (áreas que fazem limites com os bairros Serra, São Lucas e Santa Efigênia) tendem a uma menor identificação com o conjunto das Vilas em contraponto das que estão na parte mais central do Aglomerado.

Também são fatores de peso na identificação com o Aglomerado, aqueles subjetivos, representados por avaliações negativas de pertinência ao lugar. Entre estas, destaca-se a

identificação do Aglomerado como “Cafezal”, comum nos órgãos de comunicação e em outros vinculados ao poder público, como a Polícia Militar, por exemplo, bem como em toda a cidade. Segundo alguns moradores, a razão da identificação do Aglomerado com o nome de uma de suas Vilas originou-se na época em que a Vila Cafezal era local de esconderijo de bandidos que utilizavam as grandes plantações de café existentes ali como esconderijo e rota de fuga da polícia. Esse é motivo suficiente para um sentimento que influencia negativamente a auto-estima dos que moram no Aglomerado, como um todo, e na Vila Cafezal em especial. Tanto que os moradores da Vila Cafezal e do Aglomerado, incentivados pela Rádio Favela, têm buscado valorizar seu nome original: Santana do Cafezal.⁴⁷ Essas questões foram mencionadas principalmente para ilustrar o fato de que a percepção de pertencimento a um espaço maior do que aquele ocupado por cada uma das Vilas é tênue. O que prevalece é a busca da identidade de cada vila, particularmente, trazendo conseqüências negativas, quando se quer discutir as questões que afetam o Aglomerado como um todo. Assim, nas falas dos entrevistados, fica claro que “os pontos positivos de se morar no Aglomerado”, bem como “como são as relações com a vizinhança” referem-se a uma circunferência restrita a, no máximo, três quarteirões, chegando, às vezes a um beco. Da mesma forma, quando concordam com a afirmação de que “os vizinhos são muito prestativos” quando se precisa deles ou com a de que “viver aqui é como se estivesse em casa”, estão se referindo aos contatos restritos que têm com os moradores de sua rua ou do seu beco.

A identificação dos moradores com seu espaço físico-social é um processo construído ao longo do tempo, a partir de ações coletivas empreendidas. Nesse sentido, é fundamental a existência de entidades comunitárias capazes de canalizar os anseios coletivos, conduzindo a

⁴⁷ A Rádio Favela é uma emissora que, como tantas outras emissoras de periferia, se originou de forma clandestina. Mesmo na clandestinidade buscava valorizar aspectos da cultura popular existente no Aglomerado, cedendo espaço para benzedadeiras, donas de casas que recitavam receitas de culinária, procura de desaparecidos. Agora, já fora da clandestinidade, incentiva os grupos de bagode, samba e de Hip-Hop existentes no Aglomerado. Tais ações, juntamente com o programa do Governo de Minas “Vozes do Morro”, têm aumentado a auto-estima dos moradores.

processos de mobilização e organização social. No caso do Aglomerado da Serra, as Associações Comunitárias e as lideranças encontram-se em estágios diferentes no que se refere à capacidade de aglutinar pessoas em torno de metas coletivas e à importância dada à organização comunitária. Algumas delas, principalmente as lideranças da Vila Novo São Lucas, ainda tratam as questões da comunidade dentro de uma perspectiva individual, recusando-se (ou tendo dificuldade de) a perceber que muitos problemas da Vila são também do Aglomerado como um todo. A vantagem é que se a capacidade das lideranças comunitárias de aglutinar moradores em prol de metas coletivas é comprometida, pelo menos na há uma rivalidade explícita entre elas. Diferente do que ocorre entre as gangues que ocupam as vilas do aglomerado, como declara um dos entrevistados:

“...Eles (os traficantes) pegam os meninos desde pequeno. Que nem os meus, eles pegaram quando eles era novo, os três. Um deles, por causa dessa confusão de gangues, desse confronto que todo dia tem, nem sai de casa. Os outros dois ta no SERESP DA GAMELEIRA. Eu não vou lá mais não. Não quero passar por aquilo de novo não. Passam a mão na bunda da gente, revista a comida, faz a gente ficar pelado. Falei pra eles: arruma uma mulher de fé pra levar as coisas pro cês. Posso até ajudar com alguma coisinha, mas não vou lá não...” (G. SACRAMENTO).

Temos então que, se para os moradores a identidade com o lugar parece ser enfatizado pelas histórias de lutas por moradias e aparatos públicos, ou ainda pela convivialidade com os vizinhos, para as gangues essa identidade se dá principalmente por meio dos confrontos. Assim, é por meio da oposição entre “nós” e “eles” que as gangues se afirmam como um grupo coeso, fazendo com que os confrontos armados desempenhem papel fundamental na “nutrição” da identidade com suas respectivas “áreas” ou vilas.

“...As quadrilhas, por assim dizer, comandam e acentuam a rivalidade entre as áreas[...] transformando-a na “guerra” em defesa do ponto de venda de tóxicos e da “moral” masculina, que não admite humilhações e exige o troco. Da fama, do poder e da imagem do local, os bandidos se vêem como encarnação e o espelho implacável e sangrento. Com os companheiros, e com o próprio território que passa a representar sua identidade, a relação é especular, não havendo lugar para a alteridade e, portanto, a distância, relativa...” (Zaluar;1985.p.176/177).

Contudo, apesar de na maioria das vezes não conseguirem mobilizar suficientemente suas comunidades, as associações e suas lideranças são efetivamente reconhecidas como canais de reivindicações e ajudam a comunidade na obtenção de melhorias, sendo o nome de seus representantes citados por considerável percentual de moradores, destacando-se Dona Dalila da Vila Nossa Senhora de Fátima, Antônio João da Marçola, e Irene da Nossa Senhora da Conceição, curiosamente vilas cujas gangues mais se opõem (ou seja, a gangue da Band que domina as Vilas Nossa Sra de Fátima e Marçola e a gangue da Sacramento que domina a Vila Conceição).

Devem-se considerar algumas questões no que se refere às relações que os moradores mantêm com as associações. Em primeiro lugar, são poucas as atividades oferecidas pelas Associações passíveis de aglutinar os moradores. Exceção feita a reuniões, que não acontecem com periodicidade; em segundo lugar, tem-se a pouca experiência de trabalho coletivo das lideranças que mesmo reclamando de falta de apoio, atuam de forma individualizada. Além disto, não se pode deixar de lado que, em alguns casos, a não participação pode ser indicador de uma postura de rejeição a determinadas práticas comunitárias, ou mesmo a utilização de outros canais de onde provêm elementos (materiais ou simbólicos) necessários à existência. Assim, chamou-me em particular a atenção o fato de que grande parte da população evangélica do aglomerado (população essa em número considerável) tem no seu grupo religioso grande parte da ajuda de que necessitam e, por isso, participam pouco das reuniões das associações e tampouco filiam-se.

De qualquer forma, os dados que coletamos mostram que, se por um lado, os moradores têm pouca predisposição para se organizarem formalmente, por outro lado, no cotidiano, longe das instituições, se mobilizam com seus vizinhos para se ajudarem

mutuamente. Solidarizam-se com os moradores de sua rua ou de seu beco, em momentos críticos ou não. E se as associações que conseguem aglutinar os moradores em prol de uma meta coletiva são poucas, é porque os indivíduos se identificam muito mais com a sua vila, com os vizinhos de sua rua, de seu beco ou com o seu grupo religioso. Nesse sentido, as associações bem sucedidas nesse aspecto são as que conseguem utilizar essa identificação estreita que os moradores têm com sua vila em momentos cruciais (escolha dos delegados que irão representá-los nas reuniões do Orçamento Participativo), o que talvez pudesse explicar o fato de que algumas vilas (Nossa Sr. De Fátima e Marçola) consigam mais benefício por meio do Orçamento Participativo do que outras.

9.2 - A comunidade do Aglomerado da Serra

O que tentamos abstrair de nossos informantes poderia ser condensado nas seguintes categorias: a) a avaliação que os entrevistados fazem de sua relação e de sua família com os vizinhos; b) da avaliação que os entrevistados fazem da influência que o parentesco teria nas relações entre a comunidade e os traficantes e, c) como avaliam a forma como os traficantes interagem com os moradores.

Grande parte da literatura sociológica que trata do conceito de “comunidade” ressalta conceitos “secundários” ou de suportes para definir-la. Park e Burgess (GRASMICK e BUIRSIK,1993), por exemplo, ao assumirem que a “ordem geográfica” resulta de um mecanismo natural, percebem bairros e comunidades como áreas também naturais, “pequenos mundos”, cujos principais elementos são, dentre outros, uma população com certa homogeneidade social, demográfica e étnica, além de um sistema de papéis, normas e um padrão regular de interação social que funcione como mecanismo de controle social.

Embora não exista um consenso na sociologia sobre o conceito de comunidade, alguns aspectos básicos para se falar em comunidade são fundamentais: uma área fisicamente pequena dentro de uma área maior e com pessoas habitando. É preciso também que haja uma vida coletiva que seja inerente a uma rede de relações sociais entre esses residentes, além de um cenário institucional que abarque toda essa rede. Isto é, “a comunidade é habitada por pessoas que se percebem com interesses comuns. E, finalmente, comunidade tem uma identidade tradicional e contínua sobre o tempo...” (GRASMICK e BUIRSIK,1993.p6). Park e Burgess(1924) consideravam a comunidade como sendo um sistema complexo de amizade, uma rede de parentesco e laços associativos.

Assim, falar de comunidade remete a um tipo de interação em que há sociabilidade. E por sociabilidade entende-se “essa predisposição que nos leva à benevolência para com os nossos semelhantes; a fazer todo o bem que dependa de nós; a conciliar nossa felicidade com a dos outros, e a subordinar sempre o nosso benefício particular ao benefício comum e geral...” (Bourdon,1992, p.494).

Contudo, não há por que supor que exista uma representação unificada do social, na qual a maioria dos indivíduos partilha conteúdos básicos de uma consciência comum. Porto (1999), por exemplo, argumenta em favor da existência de novas sociabilidades, no plural, diferenciadas e heterogêneas, condizentes com novas possibilidades de estruturação social.

“Tal realidade sugere que as sociedades contemporâneas não comportam um processo de socialização, mas produzem e são produzidas por distintas formas de sociabilidades que, no mais das vezes, se circunscrevem e abrangem grupos, camadas, etnias, raças, não tendo vigência no conjunto da sociedade”(Porto,1999:p5)

Nesse sentido, parece que as formas de sociabilidades dominantes no Aglomerado da Serra são estruturadas por duas dimensões que às vezes são distintas e às vezes complementares, ou seja, os vizinhos e amigos de um lado, e as gangues, os “meninos do movimento” de outro. Falar de como é a vida no Aglomerado é falar “de trocas recíprocas geradas e mantidas por regras sociais negociadas”; é falar da “capacidade de seus habitantes de jogarem bem esse jogo social [...] O espelho é refratado por identidades mais amplas que incluem o outro como possibilidade de diferenciação”(Zaluar, 1985,p178). Assim, falar dos pontos positivos e negativos é falar da “moldura” dentro da qual se transita:

[...]Os amigos, não tem ganância, os amigos. A violência tem mesmo, mas tem em qualquer lugar. Mas a convivência é outra. Ninguém fica cada um no seu canto que nem eu vejo no asfalto [...] O tráfico de droga que é constante. Mais isso aí é ...não sei a palavra agora, mais a diferença social é muito grande aí leva os manos pra essa vida. Por que eles não quer ficar naquela vida. Tão ali porque são atraído por dinheiro né, por fama né. É a sensação de poder. O que destrói a nossa favela é a sensação de poder. Isso aí é o que realmente acaba com nós[...]Eu não tenho nada a reclamar não. Tanto que eu trabalho aqui, constitui minha família aqui, eu ando livremente, não tenho rolo com ninguém. É eles lá(os meninos do movimento) e eu cá [...] Eu não penso em mudar não. Por que violência tem em todo lugar. E aqui o “pessoal” me conhece, nunca tive problema com eles... E. Del Rey

[...]O futebol, a “resenha”, a turma do futebol [...]O tráfico. Sem dúvida, a criminalidade, esses menino que a gente viu crescer, que a gente bricava com os pais deles, que bricavam com os nossos filhos e vem crescendo no meio do crime, com a influência de traficante, isso é um ponto negativo[...] Aqui é o melhor lugar pra morar. Eu já morei em outros lugar, por isso eu posso falar que aqui é melhor. Não falta nada[...]Eu não mudaria não. Tem o problema dos meninos do movimento. Mas pra gente que mora aqui no aglomerado, que conhece todo mundo eu não acredito que tenha perigo. Pra mim mesmo não[...] (P)Band/Arara

Nesse sentido, as representações sociais dos moradores, ao mesmo tempo em que expressam visões de mundo que objetivam explicar e dar sentido ao fenômeno da convivialidade e da criminalidade local, participam, por essa condição mesma da representação social, da constituição do fenômeno, uma vez que sua avaliação, pelos moradores, é sempre positiva e negativa respectivamente. Porto (1999) admite que as

representações sociais, embora resultem da experiência individual, são condicionadas pela inserção social de indivíduos e grupos que as produzem. A sociabilidade estruturada na e pela violência faz surgir então múltiplas lógicas de ação entre os moradores e entre eles e os “meninos do movimento”. Relacionar-se bem com os vizinhos é “conversar com quem conversa comigo”, é “não ter problema com ninguém”. Relacionar-se bem com os “meninos do movimento” é “respeitá-los e ser respeitado por eles” é “não se envolver no movimento deles”:

“...Muito bom, não tenho reclamação não. Todo mundo conhece todo mundo né. Eles(os traficantes) sabe quem é quem, sabe quem é da firma rival, quem é só usuário e quem não ta envolvido. Se alguém entra na firma, no mesmo dia a firma rival fica sabendo, já tem a ficha completa. Que nem eu falei mesmo. É que nem uma família. Um vai na casa do outro, come, dorme...”E. Del Rey

“...Eu do meu lado me relaciono muito bem. Agora cada um tem uma forma de relacionamento. Tem uns que deve muito, que não tem controle da bebida. Agora os meus parentes eu não sei. Agora eu tento ajudar, que nem o W. que ta trabalhando pra mim. Ele podia ta envolvido com outras coisas ruim, ou então o J. que também chegou no meu bar perguntando se eu não tava precisando de alguém, eu falei pra ele pra vim fazer um teste e ele trabalha pra mim até hoje. Então eu sou assim com os vizinhos , se eu puder ajudar eu ajudo. Não vou difamar a pessoa como muita gente faz...”

M-BAND/ARARA:

“Tenho eu que moro aqui, tenho uma irmã que mora no Arara, tenho um irmão que mora na Del Rey e frequento a casa deles sempre, as vezes tem almoço, um aniversário de algum sobrinho, eu sempre vou. A gente às vezes tem um pouco de receio de transitar porque tem essa rivalidade de um lugar pro outro, por causa desse problema do tráfico de drogas. Mas nunca tive que sair de lá corrido, ninguém nunca me desrespeitou pelo fato de eu morar na Del REy não. E todos os lugares que eu vou eles sabem que eu moro aqui, porque pelo tempo que eu moro eu conheço todo mundo aqui no algerado, sabem que eu nunca me envolvi com essas coisas e que eu não tenho nada a ver com isso...” (W.) SACRAMENTO/CHÁCARA

A liberdade de ir e vir é um dos principais indicadores de que “se relaciona bem” com os membros das gangues. Diferente deles, que têm o trânsito restrito às suas áreas de atuação, os moradores, em geral, conseguem nutrir os laços inter cruzados (Glukman,1976). Parece que

o tráfico de drogas no Aglomerado da Serra ainda não assumiu o caráter territorial-político-militar experimentado pelo Rio de Janeiro (Misse,1999), em que moradores, sob a influência das quadrilhas, também têm acesso restrito. Não registramos moradores que reclamam de não poderem visitar parentes ou amigos que moram em áreas dominadas por outras gangues, embora saibam os horários e locais em que o risco de tiroteios é maior.

9.3 - Comunidade e Os “Meninos do Movimento”

O que fez a classe média, desde o início da década de 70 do século XX, se cercar em seus condomínios e muros não foi, inicialmente, o tráfico de drogas, mas os furtos e roubos e assaltos a bancos, arrombamentos de residências, apartamentos e furtos e roubos de carros. O medo da violência não surgiu a partir do tráfico, embora essa criminalidade vá se associar a ele em meados de 80. A sensação de insegurança se instalou ainda na década de 70 (Misse,1999, p3).

A queda do roubo, a partir do auge de 1985 coincide com o período de crescente visibilidade do tráfico de drogas nas áreas urbanas pobres. Essa mudança de padrão ocorre entre 70 e 80, associando-se ou substituindo-se em seguida, ao crescimento do mercado mais lucrativo e ainda menos arriscado do tráfico de cocaína. Do ponto de vista econômico, a opção entre a transação dessas diferentes mercadorias criminalizadas (bens roubados e drogas) oscilou seguindo uma avaliação de custo/benefício.

Assim, só a partir do final da década de 70 é que o tráfico de cocaína começa a ser detectado, e sua importância se consolida ainda na primeira fase do tráfico, período em que o

mesmo foi efetivamente controlado pelo Comando Vermelho. Essa fase de controle pelo Comando Vermelho entra em declínio no final dos anos oitenta.

Então, de acordo com Misse (1999), a primeira fase do tráfico de cocaína se caracteriza pela avaliação da relação custo/benéfico e pela acumulação proporcionada pelo aumento da venda de maconha. Nessa época, o início da onda de assaltos a bancos e a residências nos anos 70 do século XX, a oferta (e a nova demanda) de cocaína a partir de meados dos anos 70, bem como a organização de presidiários, que se estrutura na Ilha Grande(Falange Vermelha, depois, Comando Vermelho) e a Penitenciária da Frei Caneca(Falange do Jacaré), marcaram a transição da “boca de fumo” tradicional para o “movimento”, baseado no comércio de cocaína. Ainda segundo o autor, a expressão “movimento”, que se generalizou para designar a organização mais abrangente da primeira fase, aplica-se hoje ao restou dessa organização; a rede local do tráfico (Misse,1999 p8). Assim, “meninos do movimento” é uma expressão que faz referência a um tipo de comércio e comportamentos que, embora tenha os seus “tentáculos” cravados para além da comunidade, só adquire sentido em uma dimensão localizada e comunitária. Para os moradores do Aglomerado da Serra, “Meninos do movimento” refere-se aos membros das gangues do aglomerado da Serra. Significa que são as gangues do aglomerado da Serra, e não de outra localidade, que estarão sendo avaliadas. Isto parece se verificar em todas as outras periferias, em que tal expressão traz á tona, para os moradores, comportamentos e interações com os membros das gangues de suas respectivas comunidades. Fora das comunidades, como mostra Misse(1999), o início do tráfico se nutre de uma estrutura econômica e logística originária dos presídios.

Contudo, dentro das comunidades, de acordo com Beato Et al....(2009) o primeiro estágio da estruturação das atividades criminosas, não apenas o tráfico, mas implicando-o necessariamente, tem uma lógica mais societária do que econômica, o que leva a que muitos episódios de guerras entre gangues e grupos criminosos sejam por motivos banais que ensejam uma infundável sequência de vinganças, retaliações, conflitos, trocas de tiros, traições, crueldades e chacinas de toda sorte. Aspectos sociais também contribuiriam para estabelecer as condições de eclosão da violência, como famílias desestruturadas, gravidez precoce, pouco tempo em escolas, além do alcoolismo e uso de drogas que criam igualmente o contexto para o surgimento de gerações de jovens com baixo grau de supervisão, cujos familiares têm limitado controle sobre seus comportamentos (Beato Et al., 2009,p1).

A descrição de Beato parece ser coerente com o que ocorreu no Aglomerado da Serra no final da década de 70 e toda a década de 80. Todos os moradores mais antigos são saudosos da época em que podiam atravessar o Aglomerado de uma vila á outra para irem a uma festa na casa de alguém com quem nem se tinha intimidade. O “penetra” passava a ser visto como inconveniente apenas quando não respeitava a filha do morador, a namorada do filho do dono da casa. Época em que os conflitos armados eram raros, mas que todos os conflitos tinham desdobramentos para além do aqui e agora. Mas as vinganças e retaliações tinham muito mais componente moral do que utilitário ou de defesa de territórios. Obviamente que o uso e venda de maconha, principalmente, e cocaína (raramente) estavam presentes, mas de forma bastante fragmentada, desestruturada e independente da figura de lideranças, o que vai ocorrer apenas no final da década de 80 e início de 90. Até então eram os conflitos interpessoais, por motivos aparentemente banais, que ressaltava nas cenas do cotidiano.

Nos aglomerados cariocas, segundo Misse(1999), muitos moradores dessas áreas caracterizam essa primeira fase em aberta descontinuidade com a segunda fase, marcada pela segmentação do “movimento” e pelo enfraquecimento do Comando Vermelho, com a prisão e morte de suas principais lideranças, dominada por lideranças “maduras”, “experientes”, que tinham “respeito”, enquanto a segunda fase é dominada pelos “garotos”, “empolgados”, “muito violentos” e “sem respeito pelas famílias”(P.9). Mas no momento em que fizemos o trabalho de campo no Aglomerado da Serra, em 2008, parece que deparamos com um cenário idêntico ao que Beato Et al.i (2009) define como a segunda fase do ciclo de violência. Ou seja, um período de intensa competição entre esses grupos, marcada por um processo seletivo de depuração através de violentos conflitos e grande número de mortes. Inicia-se aqui a utilização massiva da arma de fogo. Tanto Beato quanto Misse interpretam tal fase como a mais violenta, “caracterizada [...] por constantes guerras entre grupos do movimento...que continua até hoje, mas atingiu o seu ápice, até o momento, entre 1985 e 1992 (Misse,1999,P5)”. Para os moradores do Aglomerado da Serra, tais conflitos parecem inerentes à dinâmica social na qual estão inseridos:

“...A guerra entre gangues, boca de fumo. Eu já quase fui vítima disso já com bala perdida. Porque tipo assim, quando eu tava saindo da igreja aqui em baixo tava indo embora entrando no beco da minha casa, perto da sacramento. O pessoal da gangue da Band chegou na hora aí começou a trocar tiro no meio da sacramento. Todo mundo correndo. Eu não tinha esposa ainda não e tava eu e meu colega. Foi aquela correria. Só barulho de bala passando...”
(W)- Sacramento e Chácara

“...Tem hora que a gente chega de madrugada e pode tomar uma bala sem saber o que ta acontecendo...” G- Sacramento e Chácara

As trocas de tiros entre bandidos e polícia e entre bandidos de gangues rivais parecem cumprir duas funções fundamentais no tráfico de drogas. A defesa do território e a conquista do “respeito” de seus pares, rivais e moradores. Como bem coloca Zaluar,

“...Um ethos da honra masculina pervertido aparece também nas relações entre bandidos. Entre eles...parece haver, no limite, uma avaliação moral da coragem do parceiro e da sua posição na hierarquia do tráfico...matar ou trocar tiros implica o risco de ter a imagem pública analisada pelos demais moradores segundo as justificativas de seu ato...O ato de matar uma pessoa não é julgado a priori como um crime, segundo a concepção universal de justiça. A avaliação moral deste ato depende de quem foi morto e em que circunstâncias isso ocorreu...(1985,p143)”

“... tipo assim do morador lá querer roubar a casa de outro morador, mas mesmo assim o cara já foi até expulso da favela, nem mora aí mesmo. Os meninos do movimento mesmo expulsou ele. Ou então o cara, tipo assim, que nem aconteceu , tem um morador lá perto de casa que é usuário. O rapaz tava devendo 3 mil pros meninos do movimento. Aí os meninos pegou ele e matou ele e ficou com a casa. Por que eles não caça confusão à toa, eles não matam ninguém à toa. Sabe quando eles matou a M ? Ela não tava envolvida, mas depois que eu descobri. Foi ela que escondeu os meninos da Band (Bandonion) e depois mostrou onde o Q. morava. Aí os meninos da band entrou na casa do Q. de manhã bem cedo e mataram ele com mais de 70 tiros. E o Q. era considerado na Sacramento. Porque eles não ameaça moradores que não tá envolvido não...”

W-Chácara/Sacramento

... Não. Por que eu vejo que na região onde existe o tráfico “o pessoal” não deixa aprontar na área não. Então isso não acontece aqui não. Pode até acontecer, mas é muito difícil. E se acontecer, os próprios camaradas “dá um jeito”. Que nem no mês passado, o cara entrou na casa da minha irmã, ele nem era do movimento. Ele roubou a televisão da minha irmã e o dono da firma espalhou que a televisão tinha que aparecer até o dia seguinte. No outro dia de manhã o vizinho entregou a televisão e falou que foi fulano que mandou entregar. Mas era ele mesmo que tinha roubado. Ele viu a casa aberta e pegou a televisão. Ele nem era do movimento. Teve que comprar a mesma televisão pelo dobro do preço pra não morrer...L- CAFEZAL

Implícito aí parece estar a crença em um sistema de justiça informal que ganha espaço na lacuna deixada pelo sistema de justiça oficial. Consequentemente, muitas práticas das gangues têm sido legitimadas pelos moradores por cumprir um ritual de justiça, ainda que estruturada na violência e criminalidade. Misse (1999.p.59) argumenta que essa “impossibilidade” de escolha ou falta de acesso ao o sistema de justiça oficial cria uma dependência entre comunidade e traficantes pela habilidade dos últimos em manter a ordem. Além disso, as gangues se transformam em um instrumento que estimula a economia dentro das comunidades. As gangues “empregam” o dono, gerentes, soldados, vapores, olheiros e

endoladores. Os membros da comunidade recebem “presentes” ou artigos de primeira necessidade dos traficantes. Muitas famílias cujos parentes são membros de gangues dependem da renda desses parentes. Existem várias pessoas que vendem seus produtos (como comida e roupas) quase que exclusivamente para as pessoas que as facções empregam. Sem contar que existem famílias inteiras que dependem daqueles que vendem tais produtos para as facções criminosas (Dowdney 2003, p60). Talvez por isso o “formato” das interações que os membros das facções criminosas desenvolvem com os membros da comunidade, em todo o desenvolvimento do tráfico de drogas, seja tão determinante nas avaliações que os segundos farão dos primeiros.

Pensamos que a predisposição de intervir nos comportamentos é nutrida pelo suposto incômodo que tais comportamentos possam produzir nos moradores e pela ameaça que causa à estrutura comunitária. Assim, se Eficácia coletiva pressupõe a expectativa compartilhada entre os vizinhos de engajar no controle social (Sampson, 2009, p.1582), o tipo de interação que os agentes, para os quais o controle se direciona, desenvolvem com os vizinhos parece ser um elemento importante na intensidade desse controle.

Dowdney(2003,P.53), definindo como “reciprocidade forçada” as relações desenvolvidas entre os traficantes do Rio de Janeiro e suas comunidades, mostra que o formato de tais interações é definido pelos membros das facções criminosas, embora ambos ganhem e perdem em algum sentido. O espaço físico das favelas, bem como as carências materiais dos moradores, fazem com que essas periferias se transformem em cenário ideal para o comércio de drogas ilícitas. O espaço físico permite uma maior proteção contra a polícia e facções rivais. A carência material dos moradores os transforma em alvos fáceis para

serem cooptados por meio de estratégias paternalistas dos traficantes, .como empregados ou, na maioria das vezes, pela violência ou pela ameaça da violência.

No entanto, parece haver um mecanismo que potencializa consideravelmente a eficácia das atividades das gangues na periferia, ao mesmo tempo em que diminui a eficácia coletiva, pois dificulta o controle sobre os comportamentos dos jovens dessas comunidades. Referimo-nos não apenas aos “emaranhados de laços de parentescos” nos quais moradores e traficantes estão enredados, mas também às relações quase “fraternais” entre moradores e membros das gangues.

“...Acho que tipo assim, de 0 a 10, uns 7. Porque eles não procuram confusão com a gente. Eles fica tranqüilo. Vende os negócio deles, faz o que têm que fazer, mas fica de boa . O único problema é só quando tem a guerra entre eles, que a gente acaba sendo vítima. Por que, tipo assim, a gente faz festa lá em casa eles vêm, curte um mucado, zoa(brinca) um mucado, é ser humano como qualquer outro. Como eu já fiz lá eles também participaram sem criar confusão nem nada. Tanto que a festa foi até no outro dia sem confusão nenhuma. Acho que é uma coisa boa...”W-Chácara/Sacramento

“...Eles comportam bem viu. Não enche o saco não. A única coisa que eles fazia era só usar droga na porta da gente. Mas pelo menos agora eles tão parando com esse negócio. Ainda mais com essa guerra deles né eles não fica de bobera não. Então a relação deles com os moradores é tranqüila, não tem roubo, pelo menos essa parte não tem nada a ver...”
G- Chácara/Sacramento.

“...Mas quem tem parente no meio deles tem essa amizade sim. Que nem o meu vizinho, que tem um filho envolvido com isso, eles são amigos mesmo, ele(o vizinho) leva até café pra eles de manhã lá na boca. Então eu acho assim que as pessoas que têm parente no meio deles têm essa amizade. Eu acho isso errado, mas muita gente aqui tem essa amizade...”
E-Del Rey

Temos, abaixo, apenas um exemplo dos tipos configurações de relações de parentescos entre moradores e traficantes existentes no Aglomerado da Serra. Não foi por acaso que

escolhemos, para exemplificar, a configuração das relações de parentesco e amizade existente entre moradores e membros da gangue que possui a maior área de abrangência no aglomerado:

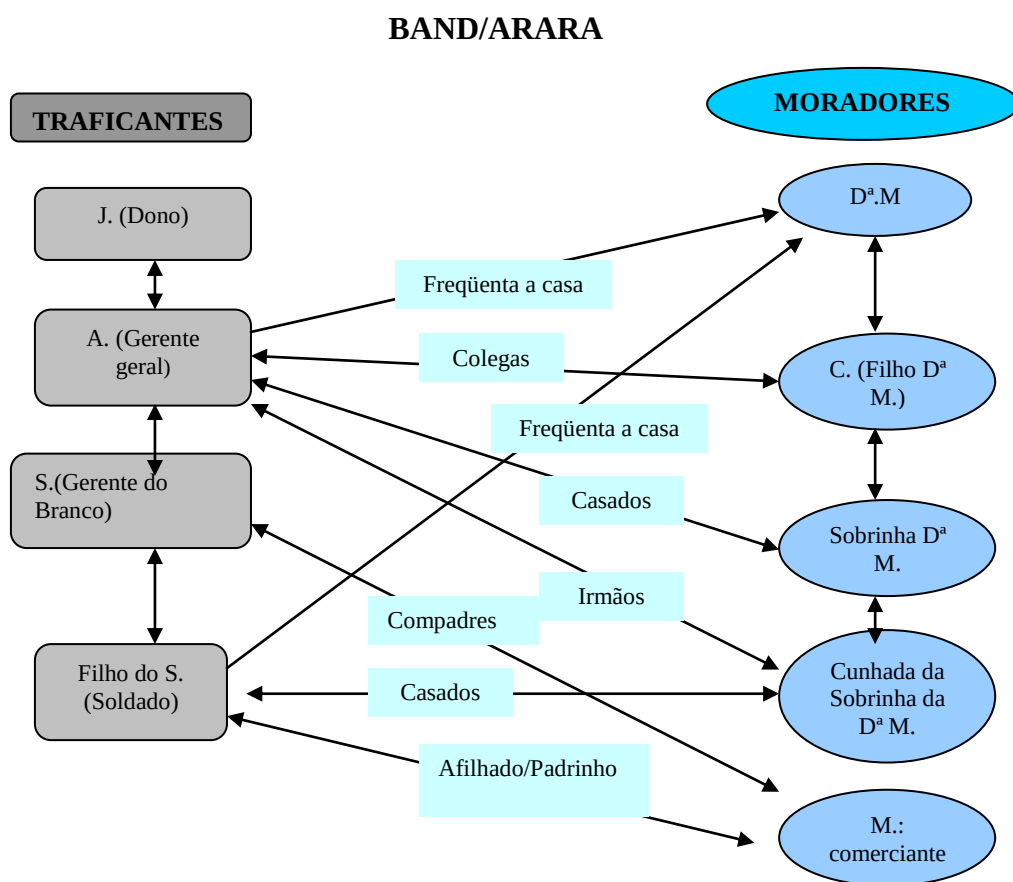


FIGURA 3 - Rede de relacionamento entre Traficantes e Moradores

Fonte: Pesquisa: Os Entraves Para o Surgimento da Eficácia Coletiva: Um estudo de Casos em um aglomerado de Belo Horizonte, 2009.

À esquerda temos o J. que, usando a terminologia de Misse(1999,p.11), é o “general”, o dono da boca. É o principal fornecedor de drogas para o A. O J. raramente visita o Aglomerado. O A, “gerente geral”, embora more em outro bairro, é mais freqüente. Por ser o “braço direito” do J, ele faz a mediação entre o J. e os traficantes da Band/Arara. É “casado” com a sobrinha da dona M (evangélica), com quem tem dois filhos. Dona M, mesmo também

sendo evangélica, hospeda o A. quando está no aglomerado. O C, também evangélico e filho de Dona M, é instrutor de auto-escola e desenvolveu laços de amizade com A no processo de instrução para os exames do DETRAN.

S, um dos principais membros da gangue da Band/Arara (que atualmente se encontra preso por tráfico de drogas e é “braço direito do gerente geral”), por ter um filho⁴⁸ casado com a irmã do A, freqüentava a casa da Dona M. com certa regularidade. M, um comerciante local, é compadre do S por ter sido padrinho de batismo do seu filho, o soldado da gangue que integra com seu pai.

O interessante dessa configuração é que, em todas as vilas do aglomerado, a coluna da direita tende a ser muito maior e mais estável do que a da esquerda, cuja rotatividade é grande devido ao número de homicídios, prisões e do número de membros do “exército industrial de reserva” produzido nesses contextos socioeconômicos.

É muito comum, no Aglomerado da Serra, encontrarmos famílias cuja configuração Gluckman (BOTT,1976, p.14) definiu como “família de malha estreita”; isto é, parentes, amigos, vizinhos e, às vezes, até companheiros de trabalho, que conhecem uns aos outros e, frequentemente, nestas várias categorias, são as mesmas pessoas. Gluckman supõem que a variável dominante, no complexo de uma rede de malha estreita, é a presença próxima de parentes dos cônjuges, separadamente ou juntas, de tal modo que os vizinhos da família são seus parentes e, daí, os parentes se constituem de amigos dos cônjuges e, em certas áreas, são também seus companheiros de trabalho. Parece então que a variação das representações

⁴⁸ Após alguns anos de prisão, esse filho do S foi morto por membros da gangue rival na porta da Penitenciária Nelson Hungria, no Município Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, MG, quando saía da prisão em liberdade condicional.

sociais dentro das quais estão os comportamentos dos membros das gangues estão, de alguma forma, associados ao meio social imediato da família. Este meio social parece consistir em uma rede de diferentes relações com algumas pessoas e com algumas instituições, principalmente com as instituições representativas dos níveis paroquial e público de controle. Assim, traficantes não “caem do céu”. Surgem de suas comunidades. A coesão social, traço comum nas periferias sociais, acaba por cumprir um duplo papel. Por um lado, funciona como uma estratégia de enfrentamento das privações econômica, da indiferença das autoridades políticas. Por outro, cria um cenário fértil para o surgimento e manutenção das “famílias de malha estreita”, em que vizinhos são também parentes, que são também amigos e, dentre esses últimos, muitos são também membros de gangues de traficantes. Não são raros os entrevistados que ressaltaram alguma vantagem de se ter um parente ou amigo fazendo parte de uma das gangues do aglomerado:

“...Tipo assim se eu sou primo do chefe aqui da Sacramento , aí eu não posso ficar indo lá na band. Porque tipo assim, da rinha que eles têm, qualquer outra pessoa da família para eles é lucro. Porque é difícil acertar o alvo mesmo então qualquer um da família que eles pega é lucro. A parte boa é que, pelo menos na área onde é que a gente mora tem um pouco mais de respeito. Na área onde ele mora então ele anda com tranquilidade, tem respeito...”W-Sacramento/Chácara

“...Realmente é mais fácil quando os “meninos” moram na mesma área que a gente mora. Mas quando você vai partir pra outro lado é difícil. Eu tenho até medo de ir na Del Rei, Cafezal eu não vou de jeito nenhum. Na Sacramento é mais tranquilo pra mim...”G-Sacramento/Chácara

Como também não são raros os depoimentos em que assumem algum tipo de relação amistosa com os traficantes:

“...Amizade não tem não. Mas tem alguma relação porque teve algum filho envolvido, o que acontece é isso. É o filho que já foi amigo da pessoa que tá no movimento, viu crescer desde pequeno. Ou é amigo dos parentes da pessoa que tá envolvida. Que nem o C. que estudou com o meu menino, não saía lá de casa e agora tá envolvido com o movimento. Quando encontro com ele na rua pega até mal não dá atenção, conversar. Como eu conheço ele desde pequeno, não tenho medo de conversar com ele não e o “pessoal dele” também me considera pra caramba...” L-CAFEZAL

“...Existe né. Mas não é como a amizade que a gente tem com os outros amigos não. É uma amizade que a gente não pode ficar muito tempo com eles, não da pra frequentar os mesmos lugar que eles frequenta. Mas se a gente precisar de alguma coisa eles são gente boa. Que nem os caras que me assaltaram e assaltaram os clientes. Fizeram todo mundo ficar pelado, deram tapa na minha cara. A sorte é que eles foi preso. Mas os meninos(referindo-se aos traficantes da Band/Arara) ficaram puto com eles quando eu contei que eles me assaltaram. Falaram que quando eles saírem nem precisam pô os pés aqui se não “vão passar eles”. Então é assim. Ninguém faz gracinha com a gente não. Es não sabia que eu era amigo dos caras, senão não tinha feito aquilo não⁴⁹...”M-ARARA/BAND

Para Dowdney (2003) as interações entre comunidade e as fações criminosas baseiam-se na “reciprocidade forçada”, imposta pelos traficantes e são eles que têm a ganhar e, por isso, impõem essa reciprocidade. Mas baseado em Misse(1999) talvez poderíamos dizer que trata-se de “troca de mercadorias políticas”, entendidas como “um conjunto de diferentes bens ou serviços compostos por recursos políticos(não necessariamente bens ou serviços públicos de base estatal) que podem ser constituídos como objetos privados de apropriação para a troca(livre ou compulsória, legal ou ilegal, criminal ou não) por outras mercadorias, utilidades ou dinheiro” (Pé-de-página nº4,Pag.2). O “clientelismo” dos traficantes para com a comunidade, a falta de cooperação da comunidade para com os órgãos de segurança pública, a ordem social, ainda que baseada na violência ou na ameaça dela, imposta pelos traficantes; tudo isso poderia se configurar em “mercadorias políticas”, trocadas dentro de uma rede na qual se emaranham moradores, parentes, amigos e vizinhos. “Rede” aqui entendida no sentido em que Misse a utiliza: “modo de organização que prevalece quando o enquadramento das populações se realiza na ausência de qualquer adesão a um objetivo ou a uma argumentação normativa. Grupo que dispõe de diversos recursos de poder e impõe uma regulação coletiva

⁴⁹ Esse comerciante, que é compadre do S, um dos membros mais importante da gangue Band/Arara, imediatamente acionou os contatos que tem com os “meninos do movimento”, que chegaram a acompanhá-lo em diligências na área dominada pela gangue da Band a procura dos suspeitos. Posteriormente, descobriu-se que os assaltantes moravam na área dominada pela referida gangue, mas que já haviam sido presos em flagrante quando assaltaram uma vídiolocadora na Rua Caraça, além de estuprarem a namorada do dono do estabelecimento.

comportando forte grau de coerção, não apelando para uma adesão voluntária, e sim para uma aliança sob constrangimento. As interações entre redes baseiam-se em uma mistura de transação e constrangimento”(P.13, nota de pé-de-página nº12).

Mas o nosso argumento é o de que esse constrangimento é “anestesiado” quando essa rede possui uma forte configuração de laços de parentescos e amizades. Configuração essa que dificulta a “objetivação” da coesão social em eficácia coletiva. Significa que se, como nos mostra Bursik(1995:111), o conceito de solidariedade social explícito no arcabouço de Shaw e Mckay é identificado com a dinâmica dos controles sociais informais, em que cada residente tenta regular os comportamentos e as atitudes uns dos outros, por meio da alocação de sentimentos positivos, aprovação e estima. E se, por isso, o nível de organização comunitária é mensurado em termos de redes de relacionamentos locais, expressas em instituições formais e informais (Sampson,1989), então essas “teias” nas quais se inserem tanto moradores da comunidade quanto membros de gangues tornam especialmente problemático na produção do controle social.

Os laços entre as organizações comunitárias, no Aglomerado da Serra, parecem personificar estruturalmente a solidariedade da comunidade (Sampson,1995) apenas naquilo que se refere aos interesses relacionados a bens e serviços públicos, já que parece não haver consenso sobre o interesse de se verem livres das atividades das gangues, via controle das atividades dos jovens.

10 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme já foi apontado na introdução, esse estudo, ao investigar a criminalidade do Aglomerado da Serra, guiou-se pela hipótese de que a coesão social está presente nas interações entre os moradores, mas que não se “objetiva” em eficácia coletiva. E que a não conversão da coesão em eficácia se deve (entre outros) aos “emaranhados” de relações de parentesco e amizades existentes entre a comunidade e os membros das gangues.

Já foi discutido, através de Sampson et al.(1997), que a coesão e a confiança são mensurados em termos de extensão da confiança local, boa vontade dos vizinhos de se ajudarem e valores compartilhados. Que a medida de eficácia coletiva tem a ver com o engajamento dos residentes no controle social local e que trata-se de um processo dinâmico que se manifesta de diferentes formas de uma comunidade para outra e exerce papel fundamental no que se refere ao controle da violência e da criminalidade.

Volta-se agora á discussão, retomando mais uma vez os conceitos de redes de laços fracos de Granovetter (1973), de reciprocidade forçada de Dowdney (2003) e de mercadorias políticas de Misse(1999).

As redes de laços fracos se caracterizam por uma menor intensidade emocional, bem como por uma menor intimidade, ou seja, “...aquelas relações fora do círculo familiar ou dos amigos mais próximos...as redes de relações interpessoais de ligações fracas ou de baixa intensidade possuem mais capacidade de unir membros de diferentes pequenos grupos do que as ligações fortes encontradas nesses mesmos grupos...”(TOMÁS Et al. 2007.p82). Mas o grau de sobreposição de duas redes de amizades, por exemplo, varia diretamente com a força dos laços(Granovetter, 1973, p1361). Significa que se os laços forem muito fortes a

sobreposição dessas redes de amizades também tende a ser forte. É isso que se observa, nos parece, em uma comunidade em que grande parte das famílias é “família de malha estreita”; em que parentes, amigos, vizinhos e companheiros de trabalhos se conhecem e às vezes são os mesmos (Bott, 1976,p.14). E se considerarmos o estímulo econômico na comunidade provocado pelas facções criminosas (Dowdney, 2003 p.60), e que os membros dessas facções consideram suas atividades como um “trabalho”, então, no Aglomerado da Serra, esses “trabalhadores” acabam fazendo parte desta “família de malha estreita”. Não significa no entanto que todos os membros dessa “família” trabalhem na mesma atividade:

“...Cada um na sua, eles pra lá a gente pra cá , eles faz o movimento deles a gente faz o nosso movimento e cada um respeitando o outro, cada um com os seus problemas. A gente respeita o movimento deles, eles respeita o movimento da gente, a gente não se envolve com eles e a gente também não prejudica eles em nada; desde que não esteja envolvido eles não incomoda. É a gente pra cá e eles faz os movimento deles prá lá...” E. Del Rey

Também não há por que supor que essa “família” seja imune às tensões que, em última instância, são resolvidas na força bruta, ou seja, com a violência ou a ameaça dela. Isto porque, embora a “reciprocidade forçada” no aglomerado seja cíclica, ela existe. Chamo-a de cíclica porque se trata de uma reciprocidade que é intercalada por relações de parentescos e amizades por um lado e de outro lado por trocas de mercadorias políticas, (Misse,1999). Ainda que essa troca, às vezes, se dê de forma compulsória. De qualquer forma, parece que o resultado é a dificuldade de transformar a coesão social existente entre os moradores em controle social efetivo ou em eficácia coletiva.

Ao finalizar esse trabalho, há pouco a concluir e muito a refletir. Inúmeras questões permanecem em aberto e sem pretensão de respostas definitivas. Uma das questões é saber se tal fenômeno estaria presente em todos os aglomerados que apresente taxas consideráveis de

crimes contra a pessoa e altos níveis de coesão social. Ou ainda, já que os membros das facções criminosas surgem de suas próprias comunidades, se esse “emaranhado” de relações de parentescos e amizades teria o mesmo efeito observado no Aglomerado da Serra, no sentido de “lubrificar” as relações entre comunidade e facções criminosas.

E é assim que terminamos esse trabalho, deixando-o aberto para as várias possibilidades de respostas.

REFERÊNCIAS

ABREU FILHO, Ouvídio de. O Parentesco como sistema de representações: um estudo de caso, Im FIGUEIRA, S. da e VELHO, Gilberto(coord.) Família, psicologia e sociedade. Rio de Janeiro: Campus,1981.

ANDERSON, E. The Code Of The Streets, In The Atlantic Monthly, May, 1994.

AGNEW, Robert & CULLEN, Francis T.: Criminological Theory: Past to Present. Roxbury Publishing Company, Los Angeles, California; 2003.

BABBIE, Earl. Métodos de Pesquisas de Survey, Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1999

BAUER, Martin W.; GASKELL, George; Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som. Petrópoles: Vozes,2002.

BEATO, C. Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.13, n.37, p.74-89, jun. 1998.

BEATO, Cláudio, REIS, Ilka Afonso; Desigualdade, desenvolvimento socioeconômico e crime. In: Henriques, Ricardo (organizador). Desigualdade e Pobreza no Brasil. Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro. Dezembro, (.2000).

BEATO, Cláudio e ZILLI, Luis Felipe: A estruturação de Atividades Criminosas: Um estudo de Casos. Belo Horizonte, CRISP-UFMG, 2009

BECKER, Howard S. Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais. Editora Hucitec. São Paulo, (1993).

BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade. Petrópolis: Vozes, 1983.

BOOKIN-WEINER, H. & HOROWITS, R. The and of the gang: Fad or fact? *Criminology*, 21, 585-602. 1983.

BOTH, Elizabeth; Família e Rede Social. Rio de Janeiro, Ed. Francisco Alves, 1976

BOURDIEU, P; The Forms of Capital, in John G. Richardson (ed) *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*, Westport, CT, Greenwood Press ", (1986[1983]).

BURSIK, Robert, Jr. The Systemic Model of Gang Behavior, In *Gangs in America III*, HUFF, Ronald C. (Ed), p. 71-81. Thousand Oaks, Califórnia (2002).

BURSIK, Robert J. e Webb, J. Community Change and Patterns of Delinquency, *American Journal of Sociology*, Vol.88, Issue 1 (Jul.), 24-42. .(1982)

BURSIK, Robert J. Ecological Stability and the Dynamics of Delinquency. In:

REISS, Albert J., TONRY, Michael. *Communities and Crime*, Vol. 8. University of Chicago Press, (1986)

BURSIK, Robert J. Social Disorganization and Theories of Crime and Delinquency. *Criminology*, vol. 26, n.4, (1986)

BURSIK Jr., Robert. J. and Harold G. GRASMICK ; Neighborhood and Crime: the dimensions of effective community control. San Francisco: Jossey-Bass Inc. 1993.

BURSIK, R. J., GRASMICK, H. G. Neighborhood-based networks and the control of crime and delinquency. In: BALROW, H. (Ed.). *Crime and public policy: Putting theory to work*. Boulder, CO. Westview, (1995).

CLOWARD, Richard A. & LLOYD Olin; Delinquency and Opportunity. New York: Free Press.(1960)

COHEN, Albert K. Delinquent Boys. Glencoe, IL: The Free Press.(1955)

COLEMAN, J. Social Capital in the Creation of Human Capital. *American Journal of Sociology*, 94 (supplement), S95-S120. (1988)

_____ The Foundations of Social Theory, Cambridge, Harvard University Press, 1990.

D`ARAÚJO, Maria Celina; Capital Social, Rio de Janeiro, Ed, Zahar, 2003.

DOWDNEY, Luke. Crianças do Tráfico: Um Estudo de Caso de Crianças em Violência Armada Organizada no Rio de Janeiro. Sete Letras. Rio de Janeiro, 2003.

DURKHEIM, E. As regras do método sociológico. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1995.

ESBENSEN, Finn-Aage & PETERSON, Dana & FRENG, Adrienne, & TAYLOR, Terrance, J. Initiation of Drug Use, Drug Sales, and Violent Offending Among a Sample of Gang and Nongang Youth, In Gangs in America III, HUFF, Ronald C. (Ed), p. 37-50. Thousand Oaks, Califórnia(2002).

FELSON, M. Crime end everyday life: insights and implications for society. Oaks, Pine Forge, 1997.

FINESTONE, H. Victims of Change: Juvenile Delinquency in American Society. Westport, CT: Greenwood Press. 1976.

FERNANDES, Florestan; Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica, Ed. Nacional, 1959.

FLEISHER, Mark S. Doing Field Research on Diverse Gangs: Interpreting Youth Youth Gangs as Social Networks, In Gangs in America III, HUFF, Ronald C. (Ed), p.199-217. Thousand Oaks, Califórnia(2002)

FUKUYAMA, F. Trust: the Social Virtues and the Creation of Prosperity, New

York, Free Press.1995

GRANOVETTER, M: The Strength of Weak Ties, The American Journal of Sociology, vol. 78, nº 6(May,1973), 1360-1380.

_____The Strength of Weak Ties: A Network Theory Revisted, vol. 1(1983), 201- 233

GLUCKMAN, M. Prefácio; Família e Rede Social, BOTH, Elizabeth, ed. Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1976.

GRUNN, P. Uma geografia da violência na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 80. In: PINHEIRO, P.S (org.). São Paulo sem medo: um diagnóstico da violência Urbana. São Paulo: Garamond, 1998.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota; Metodologias Qualitativas na Sociologia, Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 3ª-ed.1992.

HEGERDON, John M. People and Folks: Gangs, Crime and the Underclass in a Rustbelt city, Chicago: Lakeview Press. 1988.

HIRSCHI, T.____The Family. In: Crime; WILSON, Q. James, PETERSILIA, Joan (eds). San Francisco, Califórnia, ICS Press, 1995.

HOWELL, J. MOORE, J.P and EGLEY, Arley Jr. The Changing Boundaries of Youth Gangs. P.3-18, In Gangs in America III, HUFF, Ronald C. Editor, Thousand Oaks, Califórnia(2002).

HUNTER, Albert. J. Private, Parochial and Public Social Orders: The problem of crime and incivility in Urban Communities, Pp 230-242 in The Challenge of Social

Control: Citizenship and Institution Building in Modern Society, edited by Gerald D.

Suttles and Mayer N. Zald. Norwood, NJ: Ablex Publishing. (1985)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE- Censo de 1996.

JAPIASSÚ, Hilton, MARCONDES, Danilo; Dicionário Básico de Filosofia, Zahar, 3ª-Ed.

Rio de Janeiro, 1996.

JOHNSON, Allan, G. Dicionário de Sociologia: Guia Prático da Linguagem Sociológica,

Zahar, Rio de Janeiro 1997.

JÚNIOR, Cláudio Santiago Dias; Capital Social e Violência: uma análise comparada em duas

Vilas de Belo Horizonte, UFMG, 2001

KASSARDA, John. D. and Morris JANOWITZ; Community Attachment in Mass Society.

American Sociological Review, Vol. 39, Issue 3 (Jun.), 328-339. (1974)

KLEIN, M. Street gangs and street workers. Englewood Cliffs, NJ. Prentice Hall, 1971.

_____. On Group Context of Delinquency. Sociology and Social Research 54:63-71.

(1969).

KLEIN, M. W. , MAXSON, C.L, & MILLER, J. The Modern Gang Reader. Los Angeles: Roxbury. 1995.

KORNHAUSER, Ruth. R. Social Sources of Delinquency: An Appraisal of Analytic Models. Chicago: University of Chicago Press. 1978.

LAND, K. C., MacCALL, P.I., Conhen, L.E Structural covariates of Homicide rates: are there any invariances across time and social space? American Sociological Review, n.95,p.922-963,1990.

LANDER, BERNARD; Towards an Understanding of Juvenile Delinquency. New York: Columbia University Press. (1954).

MACHADO, Marília Novais da Mata; Entrevista de Pesquisa: A interação Pesquisador/Entrevistado, C/Arte, Belo Horizonte, 2002.

MAGALHÃES, Carlos Augusto T. Crime, Sociologia e Políticas públicas. Dissertação de Mestrado, UFMG, Belo Horizonte, MG, 1996

MERRY, S.E. Urban danger: Life in a neighborhood of strangers. Philadelphia: Temple University Press(1981).

MERTON, Robert K. Social Structure and Anomie. American Sociological Review 3:672-682. (1938).

MILLER, W. B. Violence by youth gangs and youth groups as a crime problem in major American cities. Washington, DC: Government Printing Office.1975

MILLER, B. The lower class culture as a generating milieu of gang delinquency. In Wolfgang, M. e Ferracuti, F. (orgs) The sociology of crime and delinquency. New York, John Wiley Sons, inc.(351-63).1958

MISSE, Michel. As Ligações Perigosas: Mercado Informal Ilegal, Narcotráfico e violência no Rio. Educação e contemporaneidade, número temático sobre Qualificação e informalidade, nº2,1997

MISZTRAL,B. Trust in Modern Societies: the Search for the Bases of Social Order. Cambridge, Polity Press.1996

MORASH, Merry. Gangs, Group, and Delinquency. British Journal of Criminology 23:309-335. (1983).

MORENOFF, Jeffrey D., SAMPSON, Robert J., RAUDENBUSH, Stephen W. Neighborhood Inequality, Collective Efficacy, and the Spatial Dynamics of Urban Violence. Criminology. Vol. 39, n. 3. (2001).

NASCIMENTO, Luís Felipe Zilli ; Violência e Criminalidade em Vilas dos grandes centros urbanos: um estudo de caso da pedreira Prado Lopes, UFMG, 2004.

NEVES, Jorge A. , HELAL, Diogo H. Associativismo, Capital Social e Mercado de Trabalho, In Desigualdades Sociais, Redes de Sociabilidade e Participação política; Neuma Aguiar(org.) UFMG, Belo Horizonte, 2007.

PAIXÃO , Antônio Luís : Crimes e Criminosos em Belo Horizonte , In Pinheiro, P. Sérgio (Org): Crime , Violência e Poder, Ed. Brasiliense , SP , 1983

_____ ; A Violência urbana e a Sociologia: Sobre Crenças e Fatos e Mitos e Teorias e Políticas e Linguagens e...; Religião e Sociedade, 15/1, 1990.

PARK, Robert. E. and Ernest W. BURGESS; The City. Chicago: Chicago University Press. (1925).

PORTO, M.S.G. A Violência Urbana e suas representações sociais: o caso do Distrito Federal, In: São Paulo, Perspectiva, vol.13,nº4, out/dez., 1999

PRATES, Antônio A.P., CARVALHAIS, Flávio A. O., SILVA, Bráulio F.A; Capital Social e Redes Sociais: Conceitos Redundantes ou Complementares? , In Desigualdades Sociais, Redes de Sociabilidade e Participação política; Neuma Aguiar(org.) UFMG, Belo Horizonte, 2007.

PUTNAM,R. Comunidade e Democracia: a Experiência da Itália Moderna, Rio de Janeiro, FGV. (1996[1993]):

REISS, Albert J. Why are Communities Important in Understanding Crime? In: TONRY, Michael and REISS, Albert J.. Communities and Crime. Crime and Justice. University of Chicago Press. Vol. 8, 1986. (1986).

REISS, A. ROTH, J. Expanding the limits of understanding and control. In: Understanding and Preventing Violence, Washington N. A. Press, 1993.

SAMPSON, Robert J. and W. Byron GROVES. Community Structure and Crime: Testing Social-Disorganization Theory. American Journal of Sociology, Vol. 94, Issue 4 (Jan.), 774-802. (1989).

SAMPSON, R. RAUDENBUSH, S. & FELTON, E. Neighborhoods and Violent Crime: a Multilevel Study of Collective Efficacy, American Association for the Advancement of Science, vol 277, pp.918-924. (1997)

_____ Collective Efficacy and Crime, In CULLEN, F. e AGNEW, R. Criminological Theory past to present, 2^o Ed. Roxbury Publishing Company, Los Angeles, California, 2003

SAMPSON, Robert, J : Networks and neighbourhoods, ed. Demos, (2004a)

_____ The Community, in WILSON, Q. James, PETERSILIA, Joan (eds). Crime: Twenty-eight leading experts look at the most pressing problem of our time. San Francisco: Institute for Contemporary Studies, 1995. p. 3-37; 39-19215; 237-263; 465-507.

SAMPSON, R. J., Raudenbush, S. W.; Neighborhood Social Capital as Differential Social Organization: Resident and Leadership Dimensions, in *American Behavioral Scientist*, vol. 52, nº 11, July de 2009.

SHAW, Clifford and Henry D. MCKAY . Juvenile Delinquency and Urban Areas. Chicago: University of Chicago Press. 1942.

SHAW, Clifford, Frederick M. Zorbaugh, Henry D. Mackay, and Leonard S. Cottrell. Delinquency Areas. Chicago: University of Chicago Press. 1929.

SILVA, Bráulio Figueiredo Alves; Coesão Social, Desordem percebida e Vitimização em BH.MG.Brasil, UFMG, 2004.

SPERGEL, I. A. Youth gangs: Continuity and Change. In M. Tonry & N. Morris(Eds.), *Crime and justice: A review of research*(Vol.12). Chicago: University of Chicago Press. 1990.

SUTHERLAND, Edwin H. Principles of Criminology. Second Edition. Philadelphia: J.B Lippincott. 1934.

FJP, PMMG, UFMG. Criminalidade violenta em Minas Gerais(1986-1997)

TAYLOR, Raph B., HARRELL, Adele V. Physical Environment and Crime. National Institute of Justice, January, 1996.

THRASHER, Frederic M. The Gang: A Study of 1.313 Gangs in Chicago. The University of Chicago Press, January, 1927.

TOMÁS, Maria , XAVIER, Flávia, DULCI, Otávio; Interface dos Capitais Humano, Cultural e Social na Situação ocupacional e nos Rendimentos dos Indivíduos, In Aguiar, N.(org.) Desigualdades Sociais, Redes de Sociabilidade e Participação Política, Belo Horizonte, ed. UFMG,2007.

URBEL; IBGE- Censo Demográfico/1991 e Contagem Populacional/1996.

URBEL :PGE- Pesquisa Amostral-1999

URBEL. Plano Global Específico do Aglomerado da Serra. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte/PBH. 1998.

URBEL, PGE- Contagem de domicílios e Pesquisa Amostral-1999.

URBEL; Inventário da Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – PLAMBEL – 1983.

WIRTH, Louis: Human Ecology: Journal of Sociology, Vol.50, (may) (1945)

WILLIAMS,K.R; FLEWELLING, R.L. The Social Production of Criminal Homicide: A Comparative Study of Disaggregated in American Cities. American Sociological Review, V.53, jun.1988, 421-431

WOLFGANG, Marvin E., FERRACUTI, Franco. The Subculture of Violence: Towards an integrated Theory in Criminology. Beverly Hills, CA: Sage.1982.

ZALUAR, A. Crime, medo e polícia, in Zaluar, A. Alvito, M. Um Século de favela, Fundação Getúlio Vargas, 1998

_____ A Máquina e a Revolta. As Organizações populares e o significado da Pobreza, Ed.Brasilense, 1985.

APÊNDICE

Questionário

Questionário Nº____ Data ____/____/2007 (Cafezal)

Filtro 1-Você mora nessa vila? Se sim, continue; se não agradeça e encerre a entrevista.

Filtro 2-Você tem 18 anos ou mais? Se sim, continue; se não agradeça e encerre a entrevista.

Filtro 3-Você mora na Vila há cinco anos ou mais? Se sim, continue. Se não, agradeça e encerre.

1-Variáveis Demográficas

V1-1-Sexo masculino____2- Sexo feminino____

V2-Qual é a sua idade?__1-de 18 a 24anos; 2- de 25 a 35 anos; 3-de 36 a 55 anos; 4- 55 anos ou mais; 88-N/S; 99-N/R

V3-Qual é o seu estado civil?_____

1-Casado (a), 2-Solteiro(a), 3- Separado(a)/Divorciado(a), 5-Outros,88-N/S,99N/R

V4-até que série você estudou ?

1-1ª a 4(); 2- 5ª a 8ª();3-1º ao 3º ano()4- iniciou um curso superior(); 88-N/S,99N/R

V5-Você tem Filho(s)? 1-Sim(); 2-Não ()- (se sim, pergunte quantos, se não, coloque o número zero)

2-Medidas de Coesão Social e Eficácia Coletiva

V6-**Qual a sua opinião** sobre a seguinte afirmação: “**Nós podemos confiar nas pessoas que moram aqui na vizinhança**”.

1-Concordo muito, 2- Concordo, 3-Concordo pouco, 4-Não concordo, **88-N/S,99N/R**

V7-Algumas pessoas dessa Vila disseram que viver aqui é como se estivessem em casa. **O que você acha dessa opinião:**

1-Concordo muito, 2- Concordo, 3-Concordo pouco, 4-Não concordo, **88-N/S,99N/R**

V8-Com que frequência **você toma uma atitude** quando observa uma pessoa estranha rondando a vizinhança:

1-Sempre, 2-Algumas vezes, 3-Raramente, 4-Nunca, **88-N/S,99N/R**

V9-Você mora com um (a) companheiro (a), marido/esposa? 1- Sim, 2-Não, **99N/R**

V10-Com que frequência **você toma uma atitude** quando observa crianças da vila que “matam aulas” pra ficarem nas ruas da vizinhança:

1-Sempre, 2-Algumas vezes, 3-Raramente, 4-Nunca, **88-N/S,99N/R**

V11-Com que frequência **você toma uma atitude** quando observa crianças desrespeitando adultos nas ruas da vila:

1-Sempre, 2-Algumas vezes, 3-Raramente, 4-Nunca, **88-N/S,99N/R**

V12-Com que frequência **você se sente responsável** pelos comportamentos dos jovens de sua comunidade:

1-Sempre, 2-Algumas vezes, 3-Raramente, 4-Nunca, **88-N/S,99N/R**

V13-**O que você acha da opinião** de que os vizinhos nessa vila são muito prestativos quando você ou outro morador necessita deles?

1-Concordo muito, 2- Concordo, 3-Concordo pouco, 4-Não concordo, **88-N/S,99N/R**

V14-Com que frequência **você toma uma atitude** quando observa crianças cometendo vandalismo na vizinhança (**LER PARA O ENTREVISTADO**:como apertando campainha nas casas e correndo; jogando pedras uns nos outros; gritando palavrões) .

1-Sempre, 2-Algumas vezes, 3-Raramente, 4-Nunca, **88-N/S,99N/R**

V15-**Como você se sente** ao andar nas ruas de sua vila após ter escurecido:

1-Muito seguro, 2-Seguro, 3-pouco Seguro, 4-Inseguro, **88-N/S,99N/R**

V16-**O que você acha** da seguinte afirmação: “ **os adolescentes dessa Vila são criados muito soltos**”:

1-Concordo muito, 2- Concordo, 3-Concordo pouco, 4-Não concordo, **88-N/S,99N/R**

V17-**Você doaria** uma quantia em dinheiro para ter mais segurança em sua comunidade?
1- Sim, 2- Não, 3- Talvez, 88-N/S,99N/R

V18-**Você emprestaria dinheiro** para algum vizinho que estivesse precisando?
1-Sim, 2- Não, 3- Talvez, 88-N/S,99N/R

V19-Com que frequência **você faz ou recebe visitas** de moradores de sua vizinhança:
1-Sempre, 2-Algumas vezes, 3-Raramente, 4-Nunca, 88-N/S,99N/R

V20-**Você participa** de alguma organização ou clube local, como time de futebol, associações de bairro, igreja ou outros? 1-Sim, 2- Não, 3- outros (Qual?_____)

V21-**Existe alguma organização na sua vizinhança que elabora projetos** para reduzir a violência e a criminalidade?
1-Sim(), 2- Não()

V22-Em algum momento **você já participou** de algum projeto ou movimento ou reuniões para discutir a segurança em sua vizinhança? 1-Sim(), 2- Não().

Roteiro de Entrevista

- 1- Há quanto tempo você mora no Aglomerado?
- 2- Além de você, quantos membros de sua família moram no Aglomerado?
- 3- Você considera a região onde mora perigosa? Por quê?
- 4- Quais os pontos positivos de se morar aqui?
- 5- Quais os pontos negativos de se morar aqui?
- 6- O que você acha da vida aqui no Aglomerado?
- 7- Como você e a sua família se relacionam com a vizinhança?
- 8- As pessoas costumam dizer que quando os “meninos do movimento” sabem que a gente mora no Aglomerado ou que é parente de um deles fica mais tranquilo transitar pelas ruas. O que você acha dessa opinião?
- 9- Se você pudesse mudaria daqui? Por quê?
- 10- Em sua opinião, como os “meninos do movimento” se comportam com os moradores?

11- Nos últimos 2 ou 3 anos você já viu ou ouviu falar de assaltos a padarias, mercearias ou bares da vizinhança? **Em sua opinião, por que isso (não) acontece?**

12- Nos últimos 2 ou 3 anos você, alguém de sua família, algum parente, vizinho ou amigo já foi agredido ou ameaçado pelos “meninos do movimento”? **Em sua opinião, porque isso (não) acontece?**

13- As pessoas costumam dizer que existe certa amizade **(entre aspas)** entre os “meninos do movimento” e alguns moradores. O que você acha dessa opinião?